



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ- UNIFAP
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

ISNANDA DE AZEVEDO FEITOZA

**TRANSFERÊNCIA DE RENDA:
Reflexos do Bolsa Família e do Renda Para Viver Melhor no Modo de Vida
da Comunidade do Coração (Macapá/Amapá)**

**Macapá
2011**

ISNANDA DE AZEVEDO FEITOZA

**TRANSFERÊNCIA DE RENDA:
Reflexos do Bolsa Família e do Renda Para Viver Melhor no Modo de Vida
da Comunidade do Coração (Macapá/Amapá)**

**Dissertação de Mestrado apresentada
ao Programa de Pós-Graduação do
Mestrado em Desenvolvimento
Regional da Universidade Federal do
Amapá, como requisito para a
obtenção do título de Mestre em
Desenvolvimento Regional.**

**Área de concentração Meio Ambiente,
Cultura e Desenvolvimento Regional.**

**Orientador: Prof. Dr. Manoel de Jesus
de Souza Pinto**

**Macapá
2011**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Central da Universidade Federal do Amapá

Isnanda de Azevedo Feitoza

Transferência de Renda: Reflexos do Bolsa Família e do Renda Para Viver Melhor no Modo de Vida da Comunidade do Coração (Macapá/Amapá)/Isnanda de Azevedo Feitoza; orientador Manoel de Jesus de Souza Pinto. Macapá, 2011.

135f.

Dissertação (mestrado)- Fundação Universidade Federal do Amapá, Mestrado em Desenvolvimento Regional.

1. Desenvolvimento 2. Transferência de Renda. 3. Modo de Vida. 4. Pobreza. 5. Desigualdade. I. Manoel de Jesus de Souza Pinto (Orient.). II. Fundação Universidade Federal do Amapá, Mestrado em Desenvolvimento Regional. III. Título.

CDD. 22. ed. 338.9

ISNANDA DE AZEVEDO FEITOZA**TRANSFERÊNCIA DE RENDA:
Reflexos do Bolsa Família e do Renda Para Viver Melhor no Modo de Vida
da Comunidade do Coração (Macapá/Amapá)**

**Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação do
Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Amapá,
como requisito para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento
Regional.**

**Data da avaliação:
Banca Examinadora:**

Prof. Dr. Manoel de Jesus de Souza Pinto
(Orientador- PPGMDR/UNIFAP)

Prof.Dr^a. Elenise Faria Scherer
(Examinador Externo ao Programa- UFAM)

Prof.Dr. Antônio Sérgio Filocreão
(Examinador- PPGMFR/UNIFAP)

**Macapá
2011**

À minha família com amor irrestrito.

In memoriam de minha irmã Danuzia,
grande amor compartilhado nesta
existência.

In memoriam de Paulo Melo amizade e
dedicação infinitas...

À Gláucia, amiga que me oferece
credibilidade desmedida.

AGRADECIMENTOS

Aos atores sociais da Comunidade do Coração que colaboraram com informações indispensáveis para execução da pesquisa de campo, seja no levantamento socioeconômico e/ou nos momentos das entrevistas.

À minha família, que apesar da distância, me incentivou e apoiou em todos os momentos.

Aos meus colegas do mestrado que dividiram as alegrias e dificuldades do curso.

Aos meus amigos de sempre, pelo incentivo e amizade ao longo destes anos.

Às amigas Adriana Lavoura, Glaucia Sobrinho, Rosemary São Tomé e Sheila Brito que gentilmente participaram da pesquisa de campo.

À colega de mestrado e amiga Glaucia que compartilhou de minhas angústias e inquietações durante todo o curso. Sua presença foi imprescindível na construção desta dissertação. Com seu olhar de historiadora fez diferentes leituras, comentários, críticas e sugestões, e, mais do que isso, me fez acreditar que as adversidades da vida são mais suaves quando temos amizades sinceras compartilhadas. Obrigada!

Aos professores do Programa de Pós Graduação do Mestrado em Desenvolvimento Regional pelas oportunidades da convivência e do aprendizado.

Aos professores Antônio Sérgio Filocrião e Adalberto Carvalho Ribeiro pela participação e contribuição na Qualificação do projeto de pesquisa.

Aos professores que aceitaram o convite para estar na banca examinadora e enriquecer esta dissertação.

Ao PPGMDR por me oportunizar a experiência do Mestrado.

Ao meu Orientador Prof^o Dr. Manoel de Jesus de Souza Pinto pela confiança demonstrada durante toda nossa trajetória.

Ao DEUS supremo e infinitamente bom, presença constante e indispensável em minha vida física e espiritual.

“A vergonhosa desigualdade brasileira não decorre de nenhuma fatalidade histórica, apesar da perturbadora naturalidade com que a sociedade encara. A desigualdade tornada uma experiência natural não se apresenta aos olhos de nossa sociedade como um artifício. No entanto, trata-se de um artifício, de uma máquina, de um produto de cultura que resulta de um acordo social excludente, que não reconhece a cidadania para todos, onde a cidadania dos incluídos é distinta da dos excluídos, e em decorrência, também são distintos os direitos, as oportunidades e os horizontes”.

Ricardo Henriques, 2000.

RESUMO

A desigualdade socioeconômica e a pobreza na Amazônia são responsáveis diretas pela invisibilidade funcional de sua população. Assim, a Política de Renda Mínima cumpre uma importante estratégia na minimização desse quadro a partir dos Programas de Transferência de Renda. Seus reflexos no Modo de Vida da Comunidade do Distrito do Coração (Macapá/Amapá) são condicionados pelo Programa Bolsa Família do Governo Federal e pelo Programa Renda Para Viver Melhor do Governo do Estado do Amapá, em que, a população alcançou uma visibilidade configurada na geração de renda mínima, ao mesmo tempo em que se garantiu cidadania básica à população do Distrito. Seu modo de vida é lento, mas gradual; tanto urbano quanto ribeirinho, mas com urgência de melhoria na qualidade de vida; e, finalmente, diverso e polivalente nas estratégias do cotidiano. Observa-se, enfim, que os arranjos socioeconômicos nessa Comunidade, no que tange, as condições de moradia, lazer, trabalho e saneamento de renda, apresentam um cotidiano de larga simplicidade, acarretado tanto pelo modo de vida próprio do lugar, quanto pelas marcas da desigualdade socioeconômica que se visualiza entre a população. Destaca-se que a renda familiar é extremamente frágil, as moradias, a educação e a saúde no distrito são revestidas de incipiência e precariedade. Todavia a Transferência de Renda do Governo Federal e Estadual tem fomentado ajustes no dia a dia das famílias, reflexos que se traduzem em visibilidade e identidade social. O estudo tem um caráter explicativo-descritivo, cujo tratamento e apreciação das fontes foram procedidos a partir da análise quanti-qualitativa alinhada aos fundamentos da História Social. Seu objetivo é caracterizar e explicar a dinâmica da Transferência de Renda a partir dos Programas Bolsa Família e Renda Para Viver Melhor e seus reflexos no Desenvolvimento da Comunidade do Distrito do Coração (2004 a 2010). Apresenta três categorias de análise: transferência de renda, pobreza e desenvolvimento.

Palavras-chave: Transferência de Renda, Modo de Vida, Pobreza, Desigualdade, Desenvolvimento

ABSTRACT

The inequality socioeconomic and the poverty in the Amazonian are responsible direct for the functional invisibility of your population. Like this, the Politics of Minimum Income accomplishes an important strategy in the minimization of that picture starting from the Programs of Transfer of Income. Your reflexes in the Way of Life of the Comunidade do Distrito do Coração (Macapá/Amapá) they are conditioned by the Federal Government's Program Bolsa Família and for the Programa Renda Para Viver Melhor of the Government of the State of Amapá, in that, the population reached a visibility configured in the generation of minimum income, at the same time in that basic citizenship was guaranteed to the population of the District. Your life way is slow, but gradual; so much urban as riverine, but with improvement urgency in the life quality; and, finally, several and versatile in the strategies of the daily. It is observed, finally, that the arrangements socioeconomic in that Community, in what plays, the home conditions, leisure, work and sanitation of income, they present a daily of wide simplicity, carted so much by the own life way of the place, as for the marks of the inequality socioeconomic that it is visualized among the population. He/she/you stands out that the family income is extremely fragile, the homes, the education and the health in the district are covered of incipience and precariouness. Though the Transfer of Income of the Federal and State Government has been fomenting fittings day by day in the of the families, reflexes that are translated in visibility and social identity. The study has an explanatory-descriptive character, whose treatment and appreciation of the sources were proceeded starting from the aligned quanti-qualitative analysis to the foundations of the Social History. Your objective is to characterize and to explain the dynamics of the Transfer of Income starting from the Program Bolsa Família and Renda Para Viver Melhor and your reflexes in the Development of the Community of the District of the Heart (2004 to 2010). It presents three analysis categories: transfer of income, poverty and development.

Key-Words: Transfer of Income, Way of Life, Poverty, Inequality, Development

LISTA DE FIGURAS, GRÁFICOS, QUADROS E TABELAS

FIGURAS

Figura 1- Mapa de Localização do Distrito do Coração.....	70
Figura2- Esboço Dinâmico da Amostragem Validada no Levantamento Socioeconômico da Comunidade do Distrito do Coração- pesquisa de campo realizada entre setembro e outubro de 2010.....	84
Figura 3-“Jeitos” da Vida no Distrito do Coração.....	96
Figura 4- Passagem do Trem de Carga de Transporte de Minério da Empresa Anglo American.....	97
Figura 5- Perfil Habitacional na Comunidade do Distrito do Coração.....	105
Figura 6- Instalações Escolares de Educação Infantil e Ensino Fundamental....	112

GRÁFICOS

Gráfico 1- Comparativo Proporcional das Populações Beneficiárias do Programa Bolsa Famílias nos Estados da Amazônia Legal.....	60
Gráfico 2- Relação Comparativa entre o PIB e o Bolsa Família nos Estados da Amazônia Legal.....	61
Gráfico 3- Rede de Beneficiários do PBF e do PRPVM.....	65
Gráfico 4- Indicativo da Perspectiva de Renda na Comunidade do Distrito do Coração.....	71
Gráfico 5- População da Comunidade do Distrito do Coração Inserida em Programas Assistenciais.....	72
Gráfico 6- Representação Quantitativa de Mulheres e Homens no Levantamento Socioeconômico.....	90
Gráfico 7- Número de Filhos por Família.....	91
Gráfico 8- Demonstrativo de Idade dos Informantes do Levantamento.....	92
Gráfico 9- Característica dos Bens Domésticos mais Comuns entre as Famílias.....	93
Gráfico 10- Identificação da População como Comunidade Típica.....	93
Gráfico 11- Otimização da Força de Trabalho (Individual e Familiar).....	100
Gráfico 12- Estratégia de Composição da Renda Familiar a partir de PTR's.....	101
Gráfico 13- Renda Familiar no Distrito do Coração (com e sem TR).....	102
Gráfico 14- Habitação e Condição de Moradia no Distrito do Coração.....	104
Gráfico 15- Densidade Familiar por Unidade Residencial no Distrito do Coração.....	105
Gráfico 16- Origem da População Residente no Distrito do Coração.....	106
Gráfico 17- Justificativa para a Inserção das Famílias no Distrito do Coração....	107
Gráfico 18- Estratégia Doméstica de Abastecimento de Água.....	108
Gráfico 19- Tratamento de Resíduos Domésticos.....	109
Gráfico 20- Frequência da Limpeza Pública Urbana no Distrito do Coração.....	110
Gráfico 21- Configuração do Nível de Escolaridade da População.....	112
Gráfico 22- A Prática da Aquisição de Alimentos.....	113

Gráfico 23- Quantitativo de Refeições Realizadas Diariamente.....	115
Gráfico 24- Prática de Consumo de Alimentos entre as Famílias.....	115
Gráfico 25- Descrição das Doenças mais Comuns no Distrito do Coração.....	116
Gráfico 26- Assistência de Saúde Pública na Comunidade do Distrito do Coração.....	117
Gráfico 27- Avaliação da Gestão Institucional.....	123

QUADROS

Quadro 1- Demonstração Comparativa da Escala de Gestão e Implementação do Bolsa Família e do Renda Para Viver Melhor.....	63
Quadro 2- Demonstração Comparativa da Rede de Beneficiários e do Valor de Transferência do Bolsa Família e do Renda Para Viver Melhor.....	64
Quadro 3- Demonstração Comparativa da Rede de Beneficiários e do Valor de Transferência do Bolsa Família e do Renda Para Viver Melhor.....	66

TABELAS

Tabela 1- Comparativo Populacional x PIB x Transferência de Renda entre os Estados da Amazônia Legal- análise de proporcionalidade.....	58
Tabela 2: Dados Gerais dos Informantes.....	79
Tabela 3- Aspectos Gerais da Matriz Familiar.....	85
Tabela 4- Aspectos Gerais da Renda Familiar dos Moradores da Comunidade.	86
Tabela 5- Condições de Saúde e Meio Sanitário dos Moradores	87
Tabela 6- Aspectos da Ocupação, do Uso e da Gestão do Distrito do Coração.....	88

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

- ALCMS-** Área de Livre Comércio de Macapá e Santana
- BIEN-** Basic Income Earth Network
- BPC-** Benefício de Prestação Continuada
- BVCE-** Benefício Variável de Caráter extraordinário
- BVJ-** Benefício Variável Vinculado ao Adolescente
- CadÚnico-** Cadastro Único
- EFA-** Estrada de Ferro do Amapá
- GEA-** Governo do Estado do Amapá
- IBGE-** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- ICOMI-** Empresa Indústria Comércio de Minérios S.A
- IDH-** Índice de desenvolvimento Humano
- MDS-** Ministério do Desenvolvimento Social
- MEC-** Ministério da Educação e Cultura
- OCDE-** Organização para a cooperação do Desenvolvimento Econômico
- ONGs-** Organizações não governamentais
- ONU-** Organização das Nações Unidas
- OSCIP's-** Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
- PAS-** Plano Amazônia Sustentável
- PBF-** Programa Bolsa Família
- PDA-** Planos de Desenvolvimento para a Amazônia.
- PDSA-** Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá
- PETI-** Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
- PIB-** Produto Interno Bruto
- PIM-** Pólo Industrial de Manaus
- PNDR-** Política Nacional de Desenvolvimento Regional
- PPGMDR-** Programa de Pós Graduação Mestrado em Desenvolvimento Regional
- PRPVM-** Programa Renda para Viver Melhor
- PSB-** Partido Social Brasileiro
- PSDB-** Partido Social Democrata Brasileiro
- PT-** Partido dos Trabalhadores
- PTR's-** Programa (s) de Transferência de Renda
- SIMS-** Secretaria de Estado da Inclusão e Mobilização Social/AP

SUDAM- Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

SUDENE- Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

UNIFAP- Universidade Federal do Amapá

USB- Unidade Básica de Saúde

TR- Transferência de Renda

ZFM- Zona Franca de Manaus

SUMÁRIO

1- INTRODUÇÃO	15
2- SINGULARIDADE NO MODO DE VIDA AMAZÔNICO	19
2.1- O PROCESSO INICIAL DE OCUPAÇÃO E A INOCULAÇÃO DE SUJEITOS E CULTURAS.....	19
2.2- ENDOGENEIZAÇÃO DO CABOCLO DA AMAZÔNIA.....	23
3- DESIGUALDADE, POBREZA E TRANSFERÊNCIA DE RENDA: BRASIL-AMAZÔNIA-AMAPÁ	28
3.1- A TRAJETÓRIA DA DESIGUALDADE BRASILEIRA: DA CONFIGURAÇÃO HISTÓRICA À POLÍTICA DE RENDA MÍNIMA.....	28
3.1.1- Configuração Histórica.....	29
3.1.2 A Política de Renda Mínima e o Controle Estatal pela Transferência de Renda.....	36
3.1.3- Os Programas de Transferência de Renda Federais como Estratégias de Erradicação da Pobreza.....	41
3.2- POBREZA NA AMAZÔNIA: O CONTRASTE DO CRESCIMENTO ECONÔMICO X A DESIGUALDADE INTRARREGIONAL.....	47
3.2.1- A Gênese do Desenvolvimento.....	47
3.2.2 A Pobreza como um Predicado Socioeconômico.....	53
3.3- EXTRATO COMPARATIVO DO BOLSA FAMÍLIA E DO RENDA PARA VIVER MELHOR: DIVERGÊNCIAS E APROXIMAÇÕES DA TRANSFERÊNCIA DE RENDA.....	63
4- COMUNIDADE DISTRITAL DO CORAÇÃO: ABORDAGENS DO MÉTODO CIENTÍFICO E DO LEVANTAMENTO SOCIOECONÔMICO	69
4.1- CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DO LOCAL DE ESTUDO: PRÉ-PESQUISA DE CAMPO.....	69
4.2- FUNDAMENTOS CIENTÍFICO DA PESQUISA.....	73
4.2.1- Análise de Documento.....	74
4.2.2- Análise de Discurso na História Oral.....	74
4.2.3- Levantamento Técnico.....	75
4.3- METODOLOGIA DO LEVANTAMENTO SOCIOECONÔMICO.....	77
4.3.1- Dados Gerais dos Informantes: identificação/modo de vida.....	78
4.3.2- Aspectos Gerais da Matriz Familiar e Composição de Renda.....	84
4.3.3- Condições de Saúde e Meio Sanitário.....	86
4.3.4- Aspectos da Ocupação, do Uso e da Gestão do Distrito do Coração.....	87
4.4- PERSPECTIVA GERAL DO LEVANTAMENTO: TRAÇOS POPULACIONAIS.....	90
5- ARRANJOS SOCIOECONÔMICOS: NATUREZA SIMPLIFICADA DO COTIDIANO NA COMUNIDADE DISTRITAL DO CORAÇÃO	95
5.1- AS MARCAS DA DESIGUALDADE ECONÔMICA NOS VÍCIOS DA FRAGILIDADE SOCIAL.....	96
5.1.1- A Composição da Renda Familiar.....	99
5.1.2- A Prática da Moradia e Condições de Saneamento.....	103

5.1.3- Precariedade da Educação, Alimentação e Saúde no Distrito.....	111
5.1.3.1- Incipiência do Ensino Público no Distrito.....	111
5.1.3.2- A Estratégia da Alimentação entre os Moradores.....	113
5.1.3.3- Recorrência de Doenças na Família e Atendimento à Saúde.....	116
5.2- DESENVOLVIMENTO LOCAL /REGIONAL X TRANSFERÊNCIA DE RENDA: OLHARES E PERSPECTIVAS.....	119
6- CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	126
REFERÊNCIAS.....	130
APÊNDICES	

1- INTRODUÇÃO

Desde a década de 1990 políticas públicas vêm sendo implantadas no Brasil por meio de diferentes programas governamentais de Transferência de Renda com tem o intuito de combater à pobreza no país. A implementação dos Programas de Transferência de Renda têm levantado um questionamento quanto aos impactos destes programas no cotidiano de comunidades de baixa renda na Amazônia. Entende-se aqui que os impactos, sejam eles positivos e/ou negativos, interferem de forma efetiva na dinâmica socioeconômica dessas comunidades, o que às determina, inclusive, ritmos diferenciados ao modo de vida.

Tal qual o modelos de desenvolvimento¹ importados para a Amazônia, a implementação de Programas de Transferência de Renda (PTR's) segue o modelo nacional, ou seja, reproduz o tratamento homogeneizado de qualificação de suas populações. Entretanto, a necessidade prática e o modo de vida dessas gentes, indicam que a implementação de políticas públicas de transferência de renda, ou de qualquer outra natureza, requer análises pautadas no extrato das singularidades do lugar e das múltiplas diversidades que podem afiançar reflexões e estratégias em torno de um possível desenvolvimento local/regional (SCHERER, 2004)

Num recorte Setentrional da Amazônia as singularidades características da Comunidade Distrital do Coração dão mostra da importância do planejamento regionalizado de políticas públicas, uma vez que a aplicabilidade e a sustentabilidade das mesmas dependem, inerentemente, da condição de gerenciamento e articulação da população beneficiada. Outrossim, esta posto que nos PTR's, o combate à pobreza, assim como, a implementação do desenvolvimento local, estão diretamente ligados ao contexto sócio-cultural em que tais programas são consolidados.

As interferências suscitadas na dinâmica do Modo de Vida das Comunidades Amazônicas por meio dos Programas de Transferência de Renda, interligadas com a possibilidade de desenvolvimento local, ainda carecem de muitos estudos sistemáticos, especialmente com referência ao Estado do Amapá. Logo, a análise

¹ Os projetos de desenvolvimento para a Amazônia, em geral, foram pensados ou implantados com objetivos de desenvolver o todo da nação brasileira. A Amazônia foi vista como potencial de riquezas naturais em favor do país. O desenvolvimento regional, as diferenças e a heterogeneidade da população que nela vive, foram sistematicamente excluídos desses projetos. (GONÇALVES,2008).

dessas questões possibilita entender como a Política de Transferência de Renda vem produzindo arranjos que modificam o Modo de Vida da Comunidade Distrital do Coração e, desenha novos nuances na dinâmica de seu desenvolvimento.

Nesse sentido, indica-se que esta dissertação compõe o Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional (PPGMDR) credenciado na Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Considerando a área de concentração Meio Ambiente, Cultura e Desenvolvimento Regional, a mesma se insere na linha de pesquisa Organização do Território, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Em consonância com a prerrogativa do Desenvolvimento Regional, principal norteador dos objetivos do PPGMDR, referencia-se neste trabalho, o papel e a dimensão da transferência de renda para o processo do desenvolvimento da comunidade local, bem como, para a proposição de políticas públicas que se adéquem às necessidades e peculiaridades vigentes.

Naquilo que se refere à abordagem teórica e ao tratamento das fontes, o trabalho está permeado pela perspectiva de pesquisa da História Social, em que, se objetiva caracterizar e explicar a dinâmica da Transferência de Renda a partir dos Programas Bolsa Família e Renda Para Viver Melhor e seus reflexos no Desenvolvimento da Comunidade do Distrito do Coração. Distinguem-se três categorias de análise: transferência de renda, pobreza e desenvolvimento.

O recorte cronológico delineado de 2004 a 2010 foi estabelecido mediante duas situações distintas. A primeira se refere ao período inicial da gestão do Partido dos Trabalhadores (PT) junto a Presidência da República do Governo Brasileiro, tendo ocorrido, a partir daí, ano de 2004, a implementação do Programa Bolsa Família, o qual surge pela fusão de vários programas herdados da gestão anterior. Aliado a isto, este período também referencia a implantação do Programa Renda Para Viver Melhor, assim como, a qualificação legal da Comunidade do Coração, como um distrito do município de Macapá/Amapá, alterando por extensão, seu processo de territorialização.

A segunda situação indicada pelo ano de 2010, estabelece-se como uma margem plausível de qualificação do processo de inserção do Bolsa Família e do Renda Para Viver Melhor no cotidiano da Comunidade daquele distrito. O ano de 2010 também marca o final da gestão de dois mandatos do PT na Presidência da República e, portanto, o fim do ciclo de 8 anos de implementação da Política Nacional de Transferência de Renda definida pela gestão petista.

Com fundamento no problema de pesquisa: “Que configuração a Transferência de Renda (Bolsa Família e Renda Para Viver Melhor) produz no modo de vida da Comunidade do Distrito do Coração?”, tem-se a hipótese de que se trata de uma configuração baseada na visibilidade social, cujas famílias beneficiárias dos programas participam da geração de renda mínima, ao mesmo tempo em que se garante cidadania básica à população do Distrito, quando da possibilidade de acesso ao pequeno crédito local; ao simples almoço diferenciado aos domingos; a capacidade financeira de adquirir eletrodomésticos e de investir em benfeitorias residenciais. É um jeito de viver e um modo de vida lento, mas gradual; tanto urbano quanto ribeirinho, mas com urgência de melhoria na qualidade de vida; e, finalmente, diverso e polivalente nas estratégias do cotidiano.

O método científico delineado para satisfazer as necessidades da pesquisa foi adequado à seguinte proposição de objetivos específicos:

- Descrever o processo de inserção e intencionalidade econômica da Política de Transferência de Renda na Proposta de Gestão da Assistência Social no Brasil;
- Identificar como os Programas Bolsa Família e Renda Para Viver Melhor têm intervindo na formatação dos arranjos socioeconômicos presentes no cotidiano da Comunidade Distrital do Coração;
- Dimensionar as possíveis relações entre a Política de Transferência de Renda e suas articulações com o desenvolvimento local.

Para tanto, a dissertação apresenta uma estrutura de capítulos na seguinte disposição:

Capítulo 2- SINGULARIDADE NO MODO DE VIDA AMAZÔNICO: discute singularidade referenciando múltiplos olhares sobre os sujeitos amazônicos e seu modo de vida desde os primeiros contatos das expedições européias dos séculos XIV-XV. Além disso, identifica-se que durante a conquista e ocupação desse espaço, um processo de inoculação da cultura européia se realizou pela imposição de hábitos, costumes e religiões e pela incorporação de práticas indígenas e africanas no cotidiano da dominação. Deste modo, a população amazônica, tornou-se fruto da endogeneização do caboclo, isto é, uma população inicialmente gestada por misturas, trocas e imposições, que resultou na constituição de um sujeito polivalente, uma gente que se distingue pelos traços da vida indígena, da vida quilombola, da vida ribeirinha e também da vida urbana.

Capítulo 3- DESIGUALDADE, POBREZA E TRANSFERÊNCIA DE RENDA: BRASIL-AMAZÔNIA-AMAPÁ: traz uma discussão quanto ao processo de construção histórica da desigualdade socioeconômica no Brasil, e quanto à inserção da Política de Renda Mínima, na agenda do Governo Federal como forma estratégica de reduzir a desigualdade através de Programas de Transferência de Renda que têm o cunho principal de combater a fome e erradicar a miséria. Na seqüência, delinea-se um extrato comparativo com as divergências e aproximações da Transferência de Renda entre os dois programas tratados Bolsa Família e Renda para Viver Melhor.

Capítulo 4- COMUNIDADE DISTRITAL DO CORAÇÃO: ABORDAGENS DO MÉTODO CIENTÍFICO E DO LEVANTAMENTO SOCIOECONÔMICO: apresenta o local de estudo (Comunidade Distrital do Coração), e os aspectos peculiares que dão forma e conteúdo diversos ao processo de Transferência de Renda na Comunidade, bem como, descrevem-se as características básicas da sua população e de sua configuração econômica. A partir disto, expõe-se o método científico, a pesquisa de campo e os procedimentos técnicos de produção e tratamento dos dados que qualificam o conteúdo e os resultados investigativos do conjunto da dissertação.

Capítulo 5- ARRANJOS SOCIOECONÔMICOS: NATUREZA SIMPLIFICADA DO COTIDIANO NA COMUNIDADE DISTRITAL DO CORAÇÃO: distingue arranjos socioeconômicos como o modo pelo qual uma comunidade se articula em seu cotidiano para dar forma (tempo/espço) e conteúdo (sujeito/objeto) ao espaço utilizado, caracterizando ou dando formas qualitativas e quantitativas às relações com o lugar. Estas são discutidas como marcas de desigualdade econômicas nos vícios da fragilidade social, contrastando em certo sentido com a perspectiva do desenvolvimento regional a ser fomentado pela Transferência de Renda.

Nas Considerações Finais é confirmada a hipótese apresentada inicialmente e, enfatiza-se que, embora, a população da Comunidade do Distrito do Coração elabore cotidianamente estratégias ou arranjos socioeconômicos que garantam a sobrevivência e a reprodução do grupo, a mesma apresenta demandas emergenciais para uma efetiva qualidade de vida. Identifica também que tais arranjos têm sido essencialmente condicionados pela Transferência de Renda do Governo Federal e Estadual. Esses elementos e perspectivas conjuntamente têm sido determinantes ao processo de endogeneização do Desenvolvimento Local, dado a permanência das famílias no lugar e os investimentos na Comunidade.

2- SINGULARIDADE NO MODO DE VIDA AMAZÔNICO

Desde a época dos viajantes, o modo de vida na Amazônia desperta olhares curiosos, olhares críticos, olhares de ojeriza, olhares cobiçosos, olhares de *E! Dourados* e, enfim, múltiplos olhares do desconhecido. Nos primeiros contatos das expedições de franceses, portugueses e espanhóis nos séculos XIV-XV, os sujeitos amazônicos, isto é, suas gentes foram dadas como místicas ou como profanas.

Durante o seqüencial da conquista e ocupação desse espaço, um processo de inoculação da cultura européia se realizou por duas vias: pela imposição de hábitos (como no caso do trabalho sincronizado pela produtividade do lucro), costumes (a exemplo das vestimentas) e religiões (como na imposição do cristianismo); e pela incorporação de práticas indígenas e africanas no cotidiano da dominação.

Assim, a população amazônica, tornou-se fruto da endogeneização do caboclo, isto é, uma população inicialmente gestada por misturas, trocas e imposições, que resultou na constituição de um sujeito polivalente, uma gente que se distingue pelos traços da vida indígena, da vida quilombola, da vida ribeirinha e da vida urbana, isolada ou associadamente entre si. Fala-se, portanto, em caboclo, no plural, posto das gentes múltiplas, de dentro e de fora da Amazônia, que compartilham tanto desse jeito de ser, quanto desse modo de vida.

2.1- O PROCESSO INICIAL DE OCUPAÇÃO E A INOCULAÇÃO DE SUJEITOS E CULTURAS

No contexto de formação do território brasileiro, o recorte amazônico apresenta peculiaridades que o diferencia do restante do país. Nele, a organização do espaço foi marcadamente influenciada por três diretrizes fundamentais: a primeira diz respeito à pré-concepção que se tinha do lugar; a segunda se refere à representação apreendida do lugar conquistado; e a terceira consubstancia o imaginário construído e propagado (GONÇALVES, 2008).

A terra de cenários inóspitos, de populações autóctones, de moléstias apocalípticas e de rios profundos, efetivamente deixou de ser o lugar das *Amazonas* para se transformar num importante eixo de expansão de domínios, quando, os primeiros assentamentos jesuítas e as primeiras vilas e cidades começaram a ser

erguidas na região. A partir daí, início do século XVII, a cidade amazônica passou a esboçar suas faces e suas intencionalidades no processo de organização do território em vias de consolidação (VICENTINI, 2004).

Entre os séculos XIX e XX a complexa rede de relações propiciada pela efervescente extração da borracha na Amazônia, constituiu-se como um processo histórico, em que se forjaram riquezas, misérias, imaginários e idealizações, no contexto real e nas representações, dos diferentes e divergentes atores que protagonizaram esse tempo/espço e suas recorrências. Para esses seres culturais, ficou o legado de uma memória afeita do sonho de uma vida melhor, a violência de uma sociedade expropriada economicamente e, a certeza das abstrações sociais e culturais que perduram em seu modo de vida contemporâneo (WENSTEIN, 1993).

Na Amazônia o espaço da cidade é diversificado e complexo, contrastando elementos da modernidade urbana com elementos simples das populações endógenas. É, por assim dizer nessa arena desafiadora à convivência e às diferenças, que as forças que produzem o espaço se apropriam de estratégias e dispositivos (políticos, econômicos e sociais) para determinarem as intencionalidades que estarão explícitas na política de gestão implementada (BECKER, 2005; WENSTEIN, *op. cit.*).

Dentro do processo histórico de uso e ocupação da região a participação de diferentes atores acabou por transformá-la num cenário multiforme de identidades, em que, interesses políticos e econômicos diversos, determinaram o futuro e a representação social de suas gentes. Nesse sentido, é que para a Amazônia, o uso de uma palavra ou expressão para caracterizar uma determinada dinâmica produtiva acaba sendo mais uma apropriação social do que um uso etimológico do termo (ADAMS; MURRIETA; NEVES, 2006; BECKER, *op. cit.*; CAMILO, 2009).

Na Amazônia, a culturalidade da população endógena tem uma forte ligação com a composição, organização e gestão do espaço pensado para satisfazer as necessidades práticas e ideológicas não apenas destas, como também, de identidades populacionais que se inseriram e se entrelaçaram no mesmo campo de forças que disputa sua hegemonia. Vicentini (*op. cit.*, p.24) destaca que:

“O desenvolvimento da análise proposta por BECKER (1990) para o período contemporâneo enfatiza, em especial, o entendimento de tempos diferenciados entre a estratégia da política econômica e territorial e os modos de vida da população, sua diversidade na consolidação de um espaço social, ou, como define a autora, um ‘espaço sociopolítico da Amazônia- O Espaço Vivido’. São tempos contemporâneos que incluem, na

estratégia de apropriação e domínio territorial, [...] a consolidação de novos agentes de apropriação e de novas formas de sua expressão, introduzindo modos de vida e de aculturação, que retratam embates e conflitos de tempos culturais diferenciados”.

Esses tempos culturais diferenciados foram de certo modo gerados através do processo de uso e ocupação de uma região singular em suas características, tanto quanto plural na composição de seu espaço.

A ocupação da Amazônia tem sido um processo lento e gradual de domínios sobre domínios, um processo atrelado à terra, atrelado à sobrevivência das multiculturas que a compõe, direcionado pelos modelos de extrativismos da floresta e do solo, e atualmente reformulando-se em favor de interesses diversos, tanto de caráter econômico, social ou permanentemente geopolítico (BECKER, 2005).

Nela é fundamental lembrar que desde a efetiva ocupação, a apropriação do território se deu de maneira desigual, com a permanente (re)territorialização dos espaços vinculada a questão tempo, tanto quanto se articula com a questão cultural (VICENTINI, 2004).

Afirma-se, portanto, que na territorialidade do espaço amazônico:

“Variam os tempos históricos e culturais, em uma abrangência espacial que implicou formas de apropriação desiguais do território. Tempos que incluem a compreensão da gênese das cidades, a configuração dos diferentes agentes sociais e culturais e as articulações com os processos econômicos gerais [...]. São, portanto, tempos culturalmente diversos [...] combinando variáveis endógenas ou exógenas para a compreensão final dos termos de uma formação social” (VICENTINI, *op.cit.*, p.14).

Nesse cenário formado por lugares extremamente diversos, um misto de floresta, hidrografia, várzeas e terras firmes, de urbanos e ribeirinhos, a territorialidade representa uma apropriação social do espaço plural. Gonçalves (2008, p.9) sintetiza tal questão, postulando a existência de várias Amazônias num recorte comum:

“Há a Amazônia da várzea e da terra firme. Há a Amazônia dos rios de água branca e a dos rios de águas pretas. Há a Amazônia dos terrenos movimentados e serranos do Tumucumaque e do Parima, ao norte, e a Serra dos Carajás, no Pará, e há a Amazônia das planícies litorâneas do Pará e do Amapá. Há a Amazônia dos cerrados, a Amazônia dos manguezais e a Amazônia das florestas”.

De acordo com Gonçalves (*op.cit.*) a diversidade de razões e interesses dessas *Amazônias*, propicia padrões de organização do espaço onde a consonância com a formação social e geográfica são elementos norteadores.

Deste modo, pode-se afirmar que longe de estabelecer referências de limites e imobilidade, o território se transforma no palco do pertencimento, isto é, no

espaço/forma-tempo/movimento onde as ansiedades, as referências simbólicas e as identidades comunitárias encontram o *locus* de sua viabilização e perpetuação.

Enfim, o território como:

“[...] o espaço apropriado pelo homem, concreta ou abstratamente, por meio do exercício de relações de poder, gerando um sentimento de pertença para com àquele espaço, uma identidade. Por esta razão concorda-se [...] que o território é produto dos atores sociais, do Estado ao indivíduo, passando por todas as organizações, pequenas ou grandes. São esses atores que produzem o território, composto por nós, malhas e redes” (RAMBO; RÜCKERT, 2005, p.9).

Por esse aspecto, pode-se dizer que o caráter com que esse espaço é apreendido e modificado sucessivamente, se potencializa, mais pelo “[...] *movimento contínuo do que propriamente pela fixação, tornando os laços de pertencimento com o solo muito menos significativos [...]. A justificativa para tal constatação estaria na intensidade das suas dinâmicas de competição*” (VALVERDE, 2004, p.123).

Assim a territorialização desse espaço mutável, criado e recriado, é legitimada pelo reconhecimento e pertencimento desse lugar pelos atores que o compõem e que, encontram consonância identitária na dinâmica de vida de suas comunidades (VALVERDE, *op.cit*)

A identidade amazônica (individual e/ou coletiva) é, portanto, composta pela associação de dois valores interdependentes: as particularidades dinâmicas e orgânicas do espaço habitado; e os elementos intrínsecos da endogeneização de sua população híbrida e multifacetada.

Sabe-se que as especificidades locais da Amazônia retratam uma realidade cujo modo de vida é expresso no cotidiano de suas gentes e nas singularidades da vida na região, as quais, perpassam por uma dinâmica social, cultural e ambiental, própria do processo de endogeneização dos sujeitos.

2.2- A ENDOGENEIZAÇÃO DO CABOCLO DA AMAZÔNIA

O modo de vida dos sujeitos amazônicos é singular, seja pelo espaço diversificado, que mescla o rural com o urbano, seja pelos sujeitos, indígenas, ribeirinhos, quilombolas, migrantes e caboclos, que compõe a região. Sujeitos que vivem e dinamizam a configuração do seu cotidiano, (re)organizando seu espaço de influências a partir de um jeito próprio de viver, que se mistura e se entrelaça na composição deste lugar de múltiplas diversidades (GONÇALVES, 2008).

Destaca-se que, um entendimento simplificado para o termo modo de vida encontra correspondência nas formas e estratégias utilizadas por uma população para satisfazer suas necessidades humanas naturais (morar, comer, dormir...), o Modo é, portanto, sinônimo da própria manutenção da vida que se constitui principalmente como um processo social (HELLER, 2004; VICENTINI, 2004)

Dentre a diversidade de populações que formam o mosaico amazônico estão os caboclos, comumente incluídos nos grupos considerados subalternos, tendo certa invisibilidade social e política, visto da implantação das políticas coloniais de ocupação que necessitava de uma classe subalterna com a qual pudesse estabelecer hierarquizações.

Assim, o uso do termo caboclo tem herança arraigada no preconceito e no sentido pejorativo da identificação de populações indígenas como homens preguiçosos ao ofício do trabalho. Obviamente, não se pode simplificar e/ou limitar o uso do termo caboclo a uma etimologia social pejorativa. Contemporaneamente, o mesmo deve ser pensado no sentido plural “[...] *para mostrar que não se pode referir-se a apenas uma comunidade cabocla, pois, dadas as diversidades cultural, geográfica e a formação histórica, há vários caboclos na Amazônia*” (ADAMS; MURRIETA; NEVES, 2006, p.237).

Essa identidade social amazônica se distingue pelos seus traços culturais, diferenciados por um modo de vida mais voltado a hábitos e práticas rurais e/ou a um ritmo cotidiano, corriqueiramente associado às comunidades mais afastadas dos centros urbanizados e dos pólos de modernização (LIMA, 1999).

As características caboclas são comumente percebidas na manifestação do conhecimento empírico; no modo de manejar os recursos da floresta; nos hábitos alimentares; e na religiosidade, que fazem parte da existência e da sobrevivência intergeracional de uma cultura cabocla híbrida, uma mistura do arcaico indígena com

o moderno colonial europeu que sobrevive na contemporaneidade atual.

Independente das divergências conceituais de quem são e de como vivem esses sujeitos amazônicos, é importante salientar que “[...] *sustenta-se o uso do termo “caboclo” como um conceito em construção e ressignificação, que pode abarcar mais que uma história de exclusão, incorporando uma identificação positiva sobre um modo de vida intimamente ligado à paisagem sócio-ecológica amazônica*” (ADAMS; MURRIETA; NEVES, 2006, p.352).

Vale ressaltar que, a coexistência de sujeitos amazônicos diversificados é o que dá sentido a cotidianidade do lugar, entendida, portanto, como uma tradução da dinâmica multifacetada, composta de significados e representações dos diferentes modos de vida encenados em sociedade, uma vez que, “[...] *a vida cotidiana é a vida de todo homem. Todos vivem sem nenhuma exceção qualquer que seja seu posto na divisão do trabalho intelectual e físico*” (HELLER, 2004, p.17).

Segundo Heller (*op.cit.*), a vida cotidiana é um produto da complexa rede de articulações processadas em sociedades, uma vez que:

“[...]o homem participa na vida cotidiana com todos os seus aspectos de sua individualidade, de sua personalidade. Nela, colocam-se *em funcionamento* todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões idéias, ideologias” (HELLER, *op.cit.*, p.17).

A vida cotidiana é heterogênea. O homem, a partir de seu jeito de viver dá significação e importância a determinadas atividades, sejam essas relativas ao trabalho ou a vida privada, ao lazer, a religiosidade e até mesmo ao descanso (HELLER, *op.cit.*, p.18). Concretamente:

“A heterogeneidade e a ordem hierárquica da vida cotidiana coincidem no sentido de possibilitar uma explicação normal da produção e reprodução, não apenas do campo de produção em sentido estrito, mas também no que se refere as formas de intercâmbio. A heterogeneidade é imprescindível para conseguir *explicitação normal* da vida cotidiana; e esse funcionamento rotineiro da hierarquia espontânea é igualmente necessário para que as esferas heterogêneas se mantenham em movimento simultâneo” (HELLER, *op.cit.*, p. 17).

A cotidianidade de um espaço de múltiplas faces como a Amazônia, é tão diversa e mutável, quanto seu processo de territorialização e (re)territorialização. Assim, pode-se dizer que nela, o conceito de comunidade² está diretamente ligado

² “[...] várias formas de agregação social que portam algumas características de perfil comunitário. É todo um movimento que se constrói a partir de um local de moradia ou de identidades, sejam elas simbólicas ou espirituais etc., que afloram simultaneamente ao processo de globalização [...], existem ou estão em formação no Brasil, que podem ser tanto de tipos tradicionais, *persistem as bases territoriais, por exemplo*, ou de novos tipos, formadas a partir dos movimentos sociais e dos

as constantes transformações da sociedade moderna.

O termo comunidade nessa primeira década do século XXI ganhou dimensões abrangentes. Costa (2005, p.239) afirma que, “[...] *houve a necessidade de uma mudança no modo como compreender o conceito de comunidade: novas formas de comunidades surgiram, o que tornou mais complexa nossa relação com as antigas formas*”. As novas comunidades adquiriram formas de associação imersas na complexidade que mobiliza as pessoas distribuídas segundo padrões variáveis, ainda que se considere certa manutenção de aspectos vistos em modelos anteriores como vizinhança e relações de parentesco.

Falar em comunidades típicas amazônicas remete a organização dos sujeitos que compõem os “[...] *modos de vida que delineiam a organização social e o sistema de conhecimento, práticas e uso dos recursos naturais*” (BENCHIMOL, 2009, p.17). Além disso, a diversidade do espaço amazônico e da formação de sua sociedade revela em si o encontro de valores e culturas de caráter múltiplos.

A distinção de culturalidades diferenciadas no conjunto de sujeitos que compõem as comunidades ou o modo de vida destas, identifica, atualmente, que “[...] *as versões emancipatórias do multiculturalismo se baseiam no reconhecimento da diferença e do direito à diferença e da construção de uma vida em comum além das diferenças [...]*” (SANTILLI, 2005, p. 80). Neste contexto, destaca-se que, na América Latina, o multiculturalismo encontrou seu fortalecimento na base jurídico-constitucional, a partir dos anos de 1980-1990, quando foram aprovadas Constituições Nacionais que reconheceram o caráter multicultural e pluriétnico dos grupos sociais dos países latino-americanos.

No Brasil, foi a partir da Constituição de 1988, que se passou a enfatizar o paradigma do “[...] *multiculturalismo, ao reconhecer direitos territoriais e culturais aos povos indígenas, quilombolas e a outras populações tradicionais e ao romper com o modelo assimilacionista e homogeneizador às diferenças culturais*” (MARÉ, 2003, p.82).

No que compete ao contexto amazônico, a formação social das heterogeneidades que disputam o espaço, é caracterizada por atores de diferentes origens, interesses e representatividades política, econômica e social. Deste modo,

espaços virtuais, entre outros” (PERUZZO, 2002, p.2).

uma complexa rede de relações e articulações foi dando formas às comunidades tipicamente identificadas no lugar. No pluralismo que compõe este mosaico, as comunidades indígenas, por exemplo, tem como legado, a privação de seus direitos (território, etnias, linguagens, ritos, usos e costumes), de suas identidades e de seus modos de vida, fatores que se estendem às comunidades extrativistas, quilombolas, entre outras (BENCHIMOL, 2009).

As culturas³ amazônicas sejam elas caboclas, indígenas ou outras, possuem especificidades na forma de ver o mundo de acordo com os valores estabelecidos em seu meio, permanecendo dentro dessas comunidades a valorização de uma determinada cultura em meio a várias outras.

Dentro da visão preconcebida dos grupos humanos amazônicos, as comunidades quilombolas têm sua imagem pautada na escravidão e no processo de resistência, o que limita o complexo entendimento da relação de diversidade cultural e suas práticas sociais. É necessário, portanto,

“[...] reconhecer a historicidade e a trajetória de organização de famílias negras, pautadas no conjunto de referências simbólicas que fazem daquele espaço o lugar de convívio da coletividade que lá vive, no respeito às formas de convívio e usufruto da terra que o próprio grupo elaborou e quer mantido [...]. Desde já se auto-identificam como quilombolas, até aquelas que têm as mesmas características mas que não se autodenominam como tal, principalmente por não disporem de uma organização e meios para a formulação de um discurso articulado nos mesmos termos” (LEITE, 2000, p.347).

Segundo Santilli (2005, p.80), “[...] não adianta proteger manifestações culturais de povos indígenas, quilombolas e de outros grupos sociais sem assegurar-lhes condições de sobrevivência física e cultural”. Dentre esses outros grupos sociais, destacam-se as comunidades ribeirinhas, cujo termo denominativo representa uma estreita convivência do grupo com a natureza, uma localização geográfica próxima aos rios e as florestas, e um habilidoso uso dos recursos naturais.

Os ribeirinhos são denominados também como os *povos das águas* em diferenciação aos demais povos da floresta (seringueiros, castanheiros e outros), sendo que, seu modo de vida caracteriza-se “[...] sobretudo, pela relação com a

³“Cada cultura vê o mundo, através de pressupostos que lhes são próprios. E muitas vezes, não só vemos como também julgamos [...], quase sempre, temos uma valorização positiva do nosso grupo e uma visão distorcida e preconceituosa com os demais. Precisamos assim, perceber que somos uma cultura, um grupo, e mesmo uma nação, no meio de muitas outras” (GRUPIONI, 1997, p. 485).

natureza, particularmente, pela forma como vive e como se relaciona com a diversidade dos ecossistemas regionais” (SCHERER, 2004, p.2). Seu ritmo enfim:

“[...] está condicionado ao ciclo da natureza, pois o fenômeno da enchente e da vazante regula em grande parte o cotidiano ribeirinho, de tal modo que o mundo do trabalho obedece ao ciclo sazonal quando desenvolvem as atividades de extrativismo vegetal, agricultura, pesca e caça” (SCHERER, *op.cit*, p.3).

Mas, a diversidade dos sujeitos amazônicos não se resume a quilombolas, indígenas e ribeirinhos. De uma maneira ampliada, é possível citar outras identidades que fazem desse espaço um lugar de multiculturalismo: os florestais, os extrativistas, os seringueiros. Mais que indivíduos econômicos, estes são seres sociais, expropriados pelo extrativismo em escala industrial e pela política de gestão do governo federal. Foram e continuam sendo, seres culturais, ou seja, atores que resignificam os conceitos práticos de exploração e trabalho; nascidos e criados no tempo da floresta, intimamente adaptados aos seus nuances e intempéries; empiricamente sábios nos segredos das matas e, sobretudo, atores fidedignos das singularidades que explicam a natureza diversa do tempo/espaço.

Vale salientar que as políticas públicas, quando criadas para os sujeitos amazônicos desconsideram seu modo de vida, suas especificidades culturais, sociais e políticas, fator que, vem se perpetuando desde a ocupação do território até as posteriores proposições e implementações de políticas para seu desenvolvimento. Neste intercurso, os sujeitos amazônicos parecem permanecer no gozo de uma certa invisibilidade fomentada pela desigualdade intrarregional.

3- DESIGUALDADE, POBREZA E TRANSFERÊNCIA DE RENDA: BRASIL-AMAZÔNIA-AMAPÁ

A invisibilidade das populações de baixa renda e/ou dos grupos sociais que se qualificam abaixo da linha de pobreza, quer seja no Brasil, na Amazônia ou no Amapá, contrasta ambigualmente com oscilações de alta produtividade econômica que satisfazem as demandas dos PIB's nacional, regional e local, ao passo do adensamento da desigualdade intrarregional, que entrelaça, com disfunções da cadeia social produzindo pobreza em larga escala.

Como estratégia de minimização deste quadro, a política de Transferência de Renda se coloca como um importante mecanismo de gestão social, fatores discutidos a seguir.

3.1- A TRAJETÓRIA DA DESIGUALDADE BRASILEIRA: DA CONFIGURAÇÃO HISTÓRICA À POLÍTICA DE RENDA MÍNIMA

A desigualdade social é uma característica da população brasileira que vem se consolidando desde o período inicial da colonização portuguesa no século XVI. De partida, sendo integrada ao mundo ocidental europeu e a ordem capitalista industrial que se formava, a colônia teve uma estruturação econômica e uma organização social que priorizou as demandas portuguesas. Assim as transferências de riquezas determinadas pelo mercantilismo colonial se fizeram em detrimento da hierarquização/estratificação colonial brasileira, corporificada pela elite da aristocracia latifundiária, pelas oligarquias políticas e senhoriais e, enfim, pela “teia” escravista, base principal da argumentação da Política de Embranquecimento do Brasil com questões relativas à desigualdade social (CHASTEEN, 2001, FAUSTO, 2002, FURTADO, 2007).

Note-se que com o processo de independência da colônia brasileira e posterior consolidação do Estado Nacional, seja no Império ou na República, a perspectiva de integração à economia mundial teve papel fundamental na formatação da sociedade local.

Todavia, desde o período colonial houve o favorecimento de uma ordem oligárquica, formada pelas minorias que tinham o controle das atividades

econômicas e, posteriormente, o poder político no país. Fundaram-se, tão logo, nessa conjuntura as estruturas socioeconômicas excludentes que margearam e estratificaram a população brasileira em classes e grupos sociais antagônicos (SOUZA, 2009).

3.1.1- Configuração Histórica

É fato que a primeira população brasileira, considerando o domínio português, foi constituída ao acaso de náufragos e degradados. Em seguida, o desenho provisório enfatizou donatários, senhores de engenho, missionários religiosos, empresários do tráfico negreiro e escravos, obedecendo respectivamente, a ordem do prestígio socioeconômico na colônia. Sem dúvida, a instalação da Côrte Portuguesa no Brasil a partir de 1808 representa um marco no reordenamento dessa cadeia social, posto das qualificações de grupos e famílias a partir de então realizadas por título de nobreza e pela natureza das atividades econômicas e/ou produtivas as quais estavam ligados (ELIAS, 1998; BUENO, 1998).

Pós-independência, a Política Econômica e Social pensada e implantada no Brasil tinha três vértices de referência – Modernização, Desenvolvimento e Industrialização. Concomitantemente a estas, se traçou um perfil da população ideal: biótipo europeu; educação conservadora; mão de obra qualificada, doutrinada e dedicada. Grosso modo, se tratava da melhor composição de classe média, abaixo da qual não se falava de faixa de pobreza. Contrário ao que ingenuamente se possa pensar fundaram-se aí três categorias populacionais: as oligarquias políticas e econômicas⁴; os grupos da efetiva produção econômica⁵, e a densidade compulsória⁶ e/ou os desempregados funcionais (FURTADO, 2007; FAUSTO, 2002).

Com a modernização das cidades, a diversificação das atividades econômicas (investimentos em ferrovias, navegação, iluminação, bancos, comércio de importação/exportação...) e as primeiras experiências industriais, o país viveu a febre dos fluxos migratórios, o êxodo rural no quadro interno e o êxodo europeu no quadro externo (este último estimulado pela política migratória para captação de

⁴Pequenos grupos locais detentores do poder econômico e político.

⁵Os trabalhadores formais, dos mais diversos setores de produção, seja do trabalho industrial, comercial, público etc.

⁶Grupo de pessoas submetidas à trabalhos informais e/ou sem nenhum tipo de atividade geradora de renda.

mão de obra a substituir o escravismo). Tais eventos tiveram como efeitos não programados a intensificação da desigualdade no Brasil, fator que ficou visível com a multiplicação de cortiços⁷, assentamento de “moradores em ruas” e o surgimento de “sem tetos⁸”, questões que demonstram o arraigado problema da incipiente Política Habitacional no país (VIOTTI, 1998).

Além desses, destaca-se também a formação da mão de obra operária, isto é, a classe trabalhadora que protagonizava a luta entre patrões e empregados. A seu reboque nasceu concomitantemente a classe desempregada, a mercê de políticas públicas que subsidiassem sua sobrevivência. Logo, se observa que na contra-mão da modernização e da industrialização, o Brasil inaugurou o que se pode chamar de Desenvolvimento desigual⁹ (FURTADO, 1961; LIRA; SILVA; PINTO, 2009).

Souza (2005, p.6) afirma que “[...] o desenvolvimento caracteriza-se pela transformação de uma economia arcaica em uma economia moderna, eficiente, juntamente com a melhoria do nível de vida do conjunto da população”. Nesse sentido, tem-se que a modernização da economia aconteceu nos países subdesenvolvidos como o Brasil, ao passo que a população em geral ficou alheia a tal processo. De fato, a economia brasileira foi pensada e desenvolvida com a união entre os capitalistas nacionais e os internacionais. Assim sendo, os recursos financeiros foram aplicados onde era economicamente viável, não tendo sido levado em consideração as necessidades culturais e históricas de um país subdesenvolvido (FURTADO, *op. cit.*).

Note-se que, o Brasil chegou a ser a oitava economia do mundo e, no entanto teve ao mesmo tempo constatado um dos maiores índices de pobreza do mundo. Daí se percebe como o subdesenvolvimento enraíza-se na profícua ausência de relação entre economia e satisfação das necessidades básicas da população. Esse condicionamento tangencia a idéia de que o crescimento econômico por si só não é capaz de sanar os problemas da desigualdade socioeconômica brasileira dada sua envergadura estrutural¹⁰ e sua ampla densidade quanti-qualitativa¹¹. Tais fatores se

⁷ Um tipo de habitação coletiva, sem a presença de estruturas básicas, precursor das favelas, onde moram normalmente pessoas de baixa renda.

⁸ Pessoas que não possuem moradia e que geralmente fazem de locais públicos sua moradia.

⁹ O processo de desenvolvimento que compactua nos aspectos avançados e atrasados, nos quais um setor moderno pode conviver com o não moderno, contudo, convivem de maneira combinada, resultando numa formação social particular.

¹⁰ Considerando o fato de que a desigualdade socioeconômica brasileira é fruto de uma política institucional que desde os períodos coloniais privilegiou a formação de uma elite econômica e, por conseguinte, o desenho ou a pirâmide social formada dá mostra de uma hierarquização construída

comprovam quando não se localiza alterações significativas nas taxas de desigualdade, de marginalização e subcidadania entre os anos de 1930 e 1980, período no qual o Brasil foi o país de maior crescimento econômico entre as nações capitalistas (SOUZA, 2006).

É fato que investimentos em infraestrutura podem sim possibilitar a instalação de inovações tecnológicas no país, mas não resolve o problema da concentração de riquezas que ao longo dos séculos tem consolidado um modelo econômico que desprestigia grande parte da população, isto é, a população está fora dos padrões de elevado *status quo*. A propósito deste condicionamento de desigualdade, Souza (2005, p. 11) manifesta que:

“[...] o subdesenvolvimento pode ser definido por crescimento econômico insuficiente em relação ao crescimento demográfico, por sua irregularidade e pela concentração da renda e da riqueza, implicando um número considerável de pessoas pobres e miseráveis em relação à população total. Os índices sociais e ambientais mostram-se desfavoráveis, quando comparados com os mesmos índices de países mais desenvolvidos. As estruturas econômicas permanecem inadequadas à adoção de inovações tecnológicas e ao crescimento econômico sistemático”.

Desta forma, a desigualdade socioeconômica se mantém como uma característica marcante de países subdesenvolvidos. Tal processo tem seu fortalecimento na má distribuição de renda, na precariedade de serviços públicos, nos baixos investimentos em saúde, educação, tecnologia e afins, em países como o Brasil, e outros exemplos da América Latina e Central, cujos aspectos da desigualdade assemelham-se na forma (espaço) e no conteúdo (população) (FURTADO, 1961).

De acordo com Souza (*op.cit.*, p.24) a desigualdade brasileira no início do século XXI pode ser entendida como fruto da modernidade periférica¹² do país. O autor admite que houve uma naturalização dessa desigualdade na vida cotidiana quando esta tornou-se:

“[...] vinculada à eficácia de valores e instituições modernas a partir de sua

com base nas forças econômicas potenciais e não, necessariamente, nas forças de mão de obra produtiva básica. Logo, é um elemento de difícil reversão, dado seu enraizamento na própria Política Institucional Brasileira, tanto econômica, quanto social.

¹¹ Relativo ao elevado percentual da população que se enquadra no perfil da desigualdade brasileira, quer seja por fatores de insuficiência de renda e/ou exclusão social de acesso à bens e/ou prestação de serviços, ou ainda à destituição de elementos relacionados à qualidade de vida como moradia, lazer e outros.

¹² Modernidade periférica na visão de Souza (2006) seria composta por características singulares do processo de modernização de um conjunto de países periféricos em relação aos países centrais, onde questões relativas às desigualdades passam a ser vistas de forma naturalizada.

bem-sucedida importação 'de fora para dentro'. Assim ao contrário de ser 'personalista', ela retira sua eficácia da 'impessoalidade' típica dos valores e instituições modernas. É isso que a faz tão opaca e de tão difícil percepção na vida cotidiana [...]. A tendência a se acreditar num 'fetichismo da economia', como se o crescimento econômico por si mesmo pudesse resolver problemas como desigualdade excludente e marginalização" (SOUZA, 2006, p.24).

Sendo um país marcado pela desigualdade, o Brasil apresenta o Estado e o Mercado como instituições responsáveis pela sua modernização. Entretanto, este não deve ser entendido como uma continuação cultural da metrópole portuguesa, tal qual atestavam autores clássicos das Ciências Sociais, como Gilberto Freire, Sérgio Buarque de Holanda e Roberto da Matta, que fundamentaram suas análises partindo da idéia de que o Brasil seria parcialmente moderno. Contrário a essas concepções de continuidade Souza (*op.cit.*) entende que a mazela social no Brasil se fundamenta na impessoalidade peculiar de valores e instituições modernas, o Estado e o Mercado, portanto, seriam os representantes institucionais dessa modernidade periférica, restrita a uma parcela da população. Nesta perspectiva ressalta-se que:

"O anacronismo desse tipo de análise, que nunca enfrenta teoricamente a questão central de explicitar de que modo os princípios 'híbridos' se articulam, parece evidente.[...] Porém, as sociedades modernas, mais uma vez, sejam centrais ou periféricas, também desenvolvem 'imaginários sociais' mais ou menos explícitos e refletidos, para além da eficácia subliminar do aparato institucional típico do que denomino *ideologia espontânea do capitalismo* (SOUZA, *op.cit.*, p.49).

É conveniente ratificar que o citado autor parte da concepção de uma *ideologia espontânea*¹³ forjado nos moldes da estratificação capitalista, em que esta seria a melhor maneira de entender o valor do econômico na esfera da desigualdade, e também, a importância do simbólico e do cultural na produção e reprodução da desigualdade e da subcidadania, cujo conceito é utilizado para descrever as condições de exclusão de determinados grupos da vida social brasileira.

No bojo da perpetuação prática do conceito de subcidadania, que o distingue como uma tentativa natural de participação e acessibilidade de caráter explicitamente restrito, em que o *lôcus* de atuação direta dos sujeitos é o próprio

¹³Souza (*op.cit.*) empresta a nomenclatura de "ideologia espontânea" do capitalismo utilizado por Karl Marx, porém o aproxima mais das concepções relativas de *Habitus* de Pierre Bourdieu. Para Marx o capitalismo era o fetichismo da mercadoria, que encobria, sob a máscara da igualdade do mercado, relações de produção desiguais. Já na concepção de Bourdieu seria um conjunto de disposições ligadas a um estilo de vida particular, o qual conforma o *habitus* estratificado por classes sociais e legítima, de forma invisível e subliminar, o acesso diferencial aos recursos materiais e ideais escassos.

grupo, fato que se observa em movimentos e entidades de classe e/ou de condição sócio-histórica reconhecida (como indígenas, afrodescendentes, caboclos da Amazônia e outros), tem-se a construção dos meandros ou estruturas da organização social.

Nesta perspectiva é interessante indicar que a construção simbólica das condições específicas do imaginário social brasileiro se consolidou a partir da década de 1930, através de um Estado corporativo e arregimentador, tendo em Gilberto Freyre seu principal formulador. Assim, a singularidade da cultura instituída seria uma propensão: ao encontro cultural, à síntese das diferenças e à unidade na multiplicidade (SOUZA, 2006).

É pela aceitação e propagação desse imaginário, sintetizador de diferenças e unitário de multiplicidade, que a miscigenação passou a ser apresentada como referência sinônimo de igualdade social, na qual o biótipo funcionava como um apelo à igualdade, mister de uma democracia peculiar. Em síntese, este debate indica que:

“O poder de influência desse imaginário coletivo é impressionante. Sérgio Buarque torna-se o criador da auto-interpretação dominante dos brasileiros no século XX [...], convém destacar a idéia do *homem cordial* reproduzindo a essencialização e indiferenciação características da noção de hibridismo e de singularidade cultural como uma unidade substancializada. O *homem cordial* é definido como o brasileiro de todas as classes, uma forma específica de ser gente humana, que tem sua vertente tanto intersubjetiva, na noção de personalismo, como institucional, na noção de patrimonialismo” (SOUZA, *op.cit.*, p.50).

Tão logo, seja como personalismo ou como patrimonialismo, sabe-se que as divergentes diferenciações entre os grupos que compõe a população brasileira corporificam os ritos da desigualdade socioeconômica e, ao que se pesem, suas origens e as diferentes visões de estudiosos que se debruçam no assunto, fato é que, no cotidiano prático a percepção que se tem é de contradições culturais, sociais e econômicas que se articulam na formatação dessa dada e posta desigualdade.

É importante atentar para a necessidade de entender a desigualdade brasileira como um fato real no contexto de um país estruturalmente desigual. Todavia, tem-se que a constatação deste fato, oculta de maneira proporcional a sua obviedade, e a própria complexidade das possíveis argumentações que pretendem historicamente explicar e compreender a maneira pela qual o Brasil assim se compôs e os fundamentos que o faz permanecer na situação em que se encontra: a

de um país marcado por desigualdades socioeconômicas intrínsecas (MACEDO; BRITO, 2004).

A partir do limiar do século XIX com a re-europeização¹⁴ do Brasil e, posteriormente, a partir de 1930, quando se iniciou o processo de modernização do país em grande escala, começou a ser percebido o esboço de uma “linha divisória” entre dois setores populacionais: os europeizados e os precarizados. Os setores “europeizados” seriam os que se adaptaram aos novos processos produtivos e sociais, com a idéia de que esse processo indica a importação de instituições européias, visto sua perfeição e a própria visão de mundo subjacente a elas. Na contramão desse processo estariam os setores “precarizados”, que foram sendo abandonados, e cada vez mais sujeitos a marginalização (SOUZA, 2006).

O autor deixa claro que o uso do termo “europeu”, refere-se muito mais ao lugar e à fonte histórica de uma concepção de ser humano que foi ao longo do tempo sendo culturalmente determinada e cristalizada na ação empírica de instituições como o mercado competitivo e o Estado Nacional centralizado, as quais, a partir da Europa, se expandiram por todo o mundo, até mesmo dentro da América Latina.

Por esta análise é que em sociedades periféricas modernizadas de maneira exógena, isto é, uma modernização condicionada pela predominância de forças econômicas externas, como ocorreu na sociedade brasileira, o termo predicado “europeidade” determinou a constituição de uma segregação social entre indivíduos e classes, onde há os que são classificados, quer dizer, os que gozam dos direitos de cidadãos, e os (des)classificados, estes vivendo excluídos da cidadania¹⁵, identificados como subcidadãos ou ainda denominados de subhumanos¹⁶, característica qualificada pela privação de direitos básicos, como saúde, educação, moradia e outros.

¹⁴O processo europeizador do Brasil teve início com a dominação portuguesa a partir de 1530 com as primeiras levas de ocupação efetiva. Posteriormente, a fixação da família real e da administração portuguesa da colônia, recorte de 1808, marcaram a influência direta da sociedade européia nos hábitos e costumes da população colonial até o final do século XIX. Posterior a proclamação da República, o país passou a investir no caráter do nacionalismo como forma argumentativa de formar um Estado forte e quebrar o caráter europeizador inicial.

¹⁵Cidadania no sentido de poder usufruir de seus direitos e deveres na sociedade, sem distinção de cor, etnia etc.

¹⁶Souza (2006) conceitua essa subhumanidade afirmando que o indivíduo é caracterizado objetivamente com seu *status* de subhumano, quando seus direitos e a visibilidade são nulos dentro da sociedade. Afirma ainda que em países periféricos como o Brasil, existe uma classe de pessoas excluídas e desclassificadas, posto que não participam do contexto valorativo da sociedade a qual esta inserida.

Partindo da idéia de que o que diferencia os seres humanos na sociedade brasileira na atualidade é o conjunto articulado de suas práticas institucionais (organização em ONG's¹⁷, Oscip's¹⁸, Centros, Institutos, Fundações e outros) e suas práticas sociais (participação em proposição de políticas públicas, criação de estratégias locais de desenvolvimento, ações coordenadas à sustentabilidade urbana¹⁹ e outros), em que, a construção de acordos implícitos entre elas torna-se uma estratégia objetiva de burlar a condição de subhumanidade, notória a grupos e/ou comunidades de baixa renda.

Vale ressaltar que a subhumanidade não é uma prerrogativa intencional ou natural dos grupos sociais (des)classificados, ao contrário, trata-se na verdade de distúrbios estruturais silenciosos e “[...] por isso mesmo tanto mais eficazes, que articulam, como que por meio de fios invisíveis, solidariedades e preconceitos arraigados” (SOUZA, 2004, p.92).

As articulações intragrupoais ao passo que representam mecanismos de reprodução dos grupos, isto é, quando as mesmas se referem a princípios de solidariedade e coexistência sócio-cultural e econômica, também potencializam interfaces de preconceito intergrupais, em que, pelas diferenças e divergências de origens, cultura e características endógenas, acabam favorecendo e/ou intensificando os fatores da invisibilidade social, a exemplo da segregação de grupos e da redução da capacidade de mobilização (ADAMS; MURIETA; NEVES, 2006).

Ao qualificar o comportamento orgânico da desigualdade (entendida como um sistema multiplicador e gerenciador de deficiências e estratificações) em sociedades periféricas como a brasileira, nota-se a existência de uma complexa rede de especificidades estruturais que se caracterizam, principalmente, em função da dinâmica socioambiental das cidades em maior escala e dos grupos/comunidades em menor escala (VICENTINI, 2004).

Essa dinâmica vista pelo cotidiano das cidades é materializada pela falência da gestão pública na garantia de serviços básicos como: saneamento; limpeza pública; transporte funcional/acessibilidade; escola; posto de saúde e afins. Pela

¹⁷Organizações não governamentais.

¹⁸Organização da Sociedade Civil de Interesse Público. É um título fornecido pelo Ministério da Justiça do Brasil, cuja finalidade é facilitar o aparecimento de parcerias e convênios com todos os níveis de governo e órgãos públicos, federal, estadual e municipal, e permite que doações realizadas por empresas possam ser descontadas no imposto de renda.

¹⁹Exemplo de práticas sociais relacionadas à sustentabilidade urbana podem ser a mobilização comunitária para combate a dengue, à violência, mutirões de limpeza, viabilização de transportes e afins.

ótica do cotidiano dos grupos/comunidades a ingerência pública é acentuada pela falta de: ordenamento territorial; política habitacional; política de geração de emprego e renda; gerenciamento de espaços direcionados ao lazer e desporto, entre outros. Nessas especificidades, está posto e consolidado o retrato da má qualidade de vida dos grupos periféricos, isto é, grupos/comunidades cujos modos de vida estão dispostos em função de sua capacidade de reprodução e de estratégias de sobrevivência.

Mesmo considerando as especificidades da desigualdade socioeconômica brasileira, distingui-se que a sobrevivência e reprodução dos grupos mais prejudicados se deve, a rigor, ao modo de vida no qual estes conseguem a proeza da otimização de recursos (econômicos e/ou ambientais). Aliado a isto existe o que Souza (2006) chamou de “imaginário social”, que funciona como união a idéias que se enraízam e se sustentam no imaginário coletivo que compõe um campo de força (social, econômico, cultural) que confere ao grupo o aporte da reprodução.

3.1.2- A Política de Renda Mínima e o Controle Estatal pela Transferência de Renda

Considerando os altos índices de desigualdade presentes em países em desenvolvimento, como o Brasil, e dado a pressão exercida pelos organismos internacionais dos direitos humanos para uma melhor qualidade de vida, deu-se início no final do século XX ao processo de construção de alternativas viáveis na busca da redução progressiva das desigualdades socioeconômicas. E necessariamente, em função de um cenário de discrepâncias econômicas, políticas e sociais, surgiram novas discussões por políticas públicas que objetivassem a redução das desigualdades e da pobreza em escala global (MACEDO; BRITO, 2004).

Dentro do fórum de debate internacional, o conjunto da desigualdade e da pobreza tornou-se uma problemática na ordem da política global, justamente, pelo encadeamento de distúrbios socioambientais que o mesmo acarreta. Consideram-se aí, questões relativas à renda, à saúde, à moradia, enfim, aos índices de desenvolvimento humano e socioeconômico do país (FOLADORI; TAKS, 2004).

Como estratégia de minimização dos efeitos e impactos da desigualdade e da pobreza na socioeconomia, compuseram-se políticas públicas diversas, a exemplo de políticas no campo da educação, da saúde e etc. Todavia, pela perspectiva do

mínimo social²⁰, no campo das políticas de saneamento da desigualdade/pobreza os Programas de Transferência de Renda tiveram maior destaque, principalmente quando considerados os países da América Latina, como a Argentina, Brasil, Costa Rica e Chile (MACEDO; BRITO, 2004).

Fora do continente americano essa redefinição de políticas públicas também foi observada. Dentro da União Européia, a exemplo de Inglaterra (1948), Alemanha (1961), Holanda (1963) e outros, já haviam experiências pontuais a esse respeito. A partir da Carta Social de 1989, foi recomendado a todos os países membros da União Européia (com exceção da Inglaterra) que obtivessem alternativas à diminuição da pobreza e da desigualdade através da implantação e/ou extensão de programas de garantia de renda mínima, e com esse propósito, foram sendo obtidos gradativamente bons resultados nos índices relativos à redução da pobreza e da desigualdade nos países que implementaram tais programas. A partir dos bons resultados vistos na Europa, vários países começaram a implantação de tais programas, inclusive o Brasil (LAVINAS, 2004).

As Políticas Públicas de Transferência de Renda vêm sendo implantadas na América Latina desde 1960, principalmente em países que apresentavam índices crescentes de desigualdade. Essa herança deixada pelo processo colonial histórico, na região contém algumas características comuns, como o regime escravocrata, a servidão indígena, o exclusivismo metropolitano e a dependência econômica com relação aos países europeus desenvolvidos (CHANG, 2004; FURTADO, 1961).

Enquanto diretrizes instrumentais para a diminuição da desigualdade/pobreza das populações latino-americanas, essas políticas ganharam aqui o caráter de Programas de Transferência de Renda (PTR's). Tais programas consistem na transferência direta de renda, a famílias de reduzida densidade econômica, que condicionam-se por exigências de contrapartidas dos beneficiários. Essas contrapartidas, formalmente nomeadas como condicionalidades, caracterizam-se, principalmente por exigências relativas à saúde e à educação (elemento que será melhor esboçado no tópico 3.3 deste capítulo) . Com isso gera-se a expectativa de alcançar um melhor implemento nas condições básicas de vida da população e,

²⁰Em princípio os mínimos sociais no Brasil foram estabelecidos com base na visão restritiva e minimalista das necessidades humanas básicas, tendo em vista a garantia de um padrão de sobrevivência em condições mínimas de manutenção da capacidade de subsistência e de trabalho.

concomitantemente, uma redução nos índices de pobreza e desigualdade em escala nacional, regional, local e ainda global (FONSECA; VIANA, 2007).

Embora se observe que os PTR's dentro da América Latina apresentam perfil e objetivos similares, algumas diferenças se destacam: no caso da estruturação, por exemplo, no valor do benefício do financiamento, no tempo de permanência no programa e, na seleção dos beneficiários. Quanto às semelhanças, ressalta-se que os programas apresentam 3 eixos comuns: a perspectiva da baixa concentração de renda no núcleo familiar; o atendimento aos mais pobres; e a exigência do cumprimento de condicionalidades para acesso e permanência na rede de beneficiários (FONSECA; VIANA, *op. cit.*).

Vale ressaltar que o interesse e o investimento em PTR's não se limitam a instituições governamentais. Alguns organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), o Banco Mundial e a Organização para a Cooperação do Desenvolvimento Econômico (OCDE) potencializam esses programas como uma importante estratégia mitigadora da desigualdade socioeconômica em escala global (ZYLBERBERG, 2008).

Efetivamente, são esses organismos internacionais, que têm apoiado a implementação de PTR's como tentativa de modificar suas intervenções de combate à pobreza na América Latina, as quais vinham sendo consideradas de baixo impacto (ZYLBERBERG, *op.cit.*).

Foi em razão do caráter global de combate à pobreza²¹ que se convencionou a política do mínimo social, o qual se materializou nos PTR's ou programas geradores de renda mínima, recorrentes em países subdesenvolvidos dentro da América Latina e extensivo ao Brasil, onde tal fato foi consolidado com a política neoliberal da presidência de Fernando Henrique Cardoso [PSDB- 1994 a 2002] e consagrado pelo governo presidencial de Luís Inácio Lula da Silva [PT- 2003 a 2010] (LAVINAS, 2004; MACEDO; BRITO, 2004; SILVA *et.al* 2008).

De acordo com Lavinias (2004), a regularização dos mínimos sociais no Brasil ocorreu em função de duas bases argumentativas: a primeira ancorada no direito

²¹A pobreza é aqui entendida muito além da insuficiência de renda, sua determinação fundamental é de natureza estrutural, decorrente, sobretudo, da exploração do trabalho; geradora da desigualdade na distribuição de riqueza socialmente produzida, limitando ou impedindo o acesso a serviços sociais básicos; à informação; ao trabalho de renda estável, inclusive contribuindo para a não-participação política (SILVA; YAZBEK; GIOVANNI, 2008).

universal²², princípio consagrado nos dispositivos legais da Constituição de 1988, e a segunda caracterizada pelo individualismo econômico²³, tendo gerado práticas clientelistas e paternalistas no campo da redefinição do papel do Estado brasileiro, papel esse que segue indefinido.

Por tais razões, atacar o conjunto orgânico e sistemático que constitui o *status* da pobreza no Brasil requer uma estratégia pública que vai além de sanar insuficiências de renda, dado a própria estrutura socioeconômica do país que condiciona a manutenção da má distribuição de riqueza entre os níveis sociais.

Diante do cenário caótico de desequilíbrio na estratificação social o Brasil iniciou um processo de mudanças econômicas e políticas nas últimas décadas do século XX. A redemocratização do país em 1984, a Constituição Federal de 1988, e a efetiva condição de um país adepto do Neoliberalismo a partir de 1994, marcaram o começo de uma gradual abertura ao capital internacional, fatores que se tornaram base de sustentação da política do Estado Mínimo²⁴ (PERONI, 2003).

O neoliberalismo²⁵ tem uma postura defensiva do *Estado Mínimo*, em que as relações sociais passam a ser reguladas pelo mercado. Esta condição econômica das nações determina que quanto maior a presença do Estado, mais reduzidas são as liberdades individuais e a livre concorrência. Neste sentido, ao *Estado Menor*²⁶, menor é a responsabilidade, com a estrutura social e com o saneamento de serviços básicos como educação e saúde (BOURDIEU, 1998).

No Brasil o debate sobre os mínimos sociais se intensificou a partir dos anos de 1990 e, do ponto de vista da seguridade, dois caminhos diferentes de assistência social se confrontam um: “*consubstanciado em propostas minimalistas que representam o ideário neoliberal, e o outro, inspirado na visão universalista dos direitos sociais e da cidadania, pautado na constituição de 1988, como marco conceitual de referência*” (MACEDO; BRITO, 2004, p. 43).

²² Constitui-se nos direitos fundamentais e inerentes a qualquer ser humano, independente da sua origem, credo, estatuto, religião, cultura e condição socioeconômica.

²³ A preponderância do econômico em detrimento dos valores humanos, um mínimo social com objetivo só de sobrevivência dos indivíduos, não de seu pertencimento enquanto cidadão brasileiro.

²⁴ No projeto de reforma brasileiro o que aparentemente seria uma proposta de Estado Mínimo, configura-se como realidade de Estado Mínimo para as políticas sociais e de Estado Máximo para o capital (PERONI, 2003)

²⁵ Entendido como produto do liberalismo econômico clássico que passou a significar a doutrina econômica que defende a absoluta liberdade de mercado e uma restrição à intervenção estatal sobre a economia, só devendo esta intervenção ocorrer em setores imprescindíveis e, mesmo assim num grau mínimo de intervenção.

²⁶ Termo utilizado como similar e/ou sinônimo de termo Estado Mínimo.

Na concepção de Silva; Yasbek e Giovanni (2008) é fundamental que seja desmitificada a natureza dos PTR's encarregados meramente como política compensatória, visto que, toda transferência de renda é em caráter amplo de análise, uma intervenção estatal no mercado que tem: uma função regulatória de corrigir falhas de seu funcionamento e uma condição de aumentar a eficiência da intervenção do Estado nas questões sociais. Todavia, esta intervenção estatal pode ou não ter o caráter da redistribuição de renda, isso depende muito das opções políticas que a orienta.

As autoras supracitadas dividem a natureza dessas opções em duas: a “[...] opção liberal, que transfere renda só para manutenção da sobrevivência de dada população, de caráter compensatório e residual, para o alívio imediato da pobreza”. Nesse sentido a pobreza é cultivada em certo nível, e representa ainda um meio de controle social da população beneficiária. Já na “[...] opção redistributiva, que versa numa transferência de renda com objetivos de diminuição das desigualdades, provocando uma distribuição de renda[...]”, é que, possivelmente, haveria condições reais para a diminuição da pobreza e conseqüentemente das desigualdades econômicas e sociais da população (SILVA; YAZBEK; GIOVANNI, 2008).

O que se tem de concreto nas discussões em torno das políticas sociais assistencialistas é uma reprodução da condição de subalternidade²⁷ dos assistidos, os quais acabam se auto-reconhecendo como sujeitos dependentes de favores personalizados do Estado, seja em nível local, estadual, regional ou nacional.

Há, portanto, uma dualidade que tem conformado a seguridade social no Brasil, isto é, a articulação entre suas particularidades e a noção de totalidade social. Esta dualidade acabou como:

“[...] focalização das políticas assistenciais na direção dos grupos de subalternidade, está inter-relacionada com os processos históricos mais gerais que vêm definindo as formas concretas de intervenção do Estado no enfrentamento a pobreza” (MACEDO; BRITO, 2004, p.16).

Estimulado por esse novo papel assumido da política econômica, o Estado brasileiro passou a ser um regulador das relações sociais através da implementação e supervisão de políticas públicas, e um mantenedor das relações capitalistas com a adoção do Neoliberalismo. Diante dessa perspectiva e dos novos preceitos constitucionais, como os direitos dos cidadãos e os deveres do Estado, o Governo

²⁷Neste sentido, a subalternidade pode ser entendida como dependência gerada entre quem oferece a transferência de renda (o governo), enquanto prática meramente assistencialista, e os assistidos, as pessoas que recebem o benefício.

Federal intensificou um processo de atenção ao desenvolvimento de políticas sociais de caráter assistencialista. Tais implementos representam as ações do Estado para distribuir benefícios, como forma de minimizar as desigualdades decorrentes do modelo econômico vigente (ZYBERBERG, 2008).

3.1.3- Os Programas de Transferência de Renda Federais como Estratégias de Erradicação da Pobreza

A Política de Transferência de Renda²⁸ consolidou-se, efetivamente, no Brasil a partir da década de 1990, também com o intuito de combater à fome e à pobreza. Data de 1995 a implantação de programas municipais de renda mínima nas cidades de Campinas, Ribeirão Preto e Santos, no Estado de São Paulo, e o Programa Bolsa Escola na cidade de Brasília, Distrito Federal. Somente a partir de 1999 foi que programas dessa natureza começaram a se difundir para outros Estados da federação e, em escala federal, de nível nacional, essa propagação se deu apenas em 2001 com a criação de dois programas de grande porte: o Bolsa Escola²⁹ e Bolsa Alimentação³⁰. Todavia, não se desconsidera que os primeiros programas federais de transferência direta de renda tenham sido criados em 1996: O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI³¹) e o Benefício de Prestação Continuada [BPC³²], ambos de menor impacto na economia familiar (SILVA; YAZBEK; GIOVANNI, 2008).

²⁸Neste trabalho aplica-se o conceito de Política de Transferência de Renda da Professora Maria Ozarina Silva e Silva que afirma que a Transferência de Renda é concebida como uma transferência monetária direta a indivíduos ou a famílias. No caso do Brasil há uma articulação entre transferência monetária e políticas educacionais, de saúde e de trabalho, direcionadas a crianças, jovens e adultos de famílias pobres.

²⁹Programa gerido pelo Ministério da Educação (MEC) que tinha por público-alvo famílias com crianças e/ou adolescentes em idade escolar, entre 7 e 15 anos, e com renda mensal *per capita* de até R\$ 90,00 (BRASIL, 2010).

³⁰Criado em 2001 pelo Ministério da Saúde, tinha como público-alvo famílias com renda mensal *per capita* de até R\$ 90,00, com presença de gestantes, nutrizes e crianças ente 0 e 6 anos de idade. "(BRASIL, *op.cit.*).

³¹Programa de Transferência Direta de Renda do Governo Federal para famílias de crianças e adolescentes em situação de trabalho. Estava associado a contrapartidas, devendo seus beneficiários participar de ações sociais e educativas e de convivência (Jornada Ampliada) e também a manutenção da criança/adolescente na escola no percentual mínimo de frequência de 85% (oitenta e cinco) da carga horária mensal. Tinha como objetivo erradicar todas as formas de trabalho infantil no País (BRASIL, *op.cit.*).

³²É o único Programa de Transferência de Renda inscrito na Constituição Federal de 1988 e regulamentado por lei. Está em vigor desde 1º de janeiro de 1996. É um benefício de 01 (um) salário mínimo destinado a pessoas idosas, e a pessoa portadora de deficiência, incapacitada para a vida independente e para o trabalho, cuja renda mensal *per capita* seja inferior a ¼ (um

Com a gradativa consolidação da Política de Transferência de Renda, os programas governamentais passaram a ter o diferencial das condicionalidades, isto é, o governo transferindo a renda, mas as famílias tendo que assumir obrigações relacionadas principalmente ao campo da educação e da saúde (SILVA; YAZBEK; GIOVANNI, 2008).

Na gestão presidencial de Fernando Henrique Cardoso a Rede de Proteção³³ Social Brasileira estava estruturada em doze programas, dentre os quais se destacam: Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, 1996; Bolsa Alimentação, 2001; Bolsa Escola, 2001 e Auxílio Gás³⁴, 2003.

Cada programa tinha um cadastro social³⁵ específico, embora destinados ao mesmo público. Em 2001, o governo lançou o Cadastro Único (CadÚnico) para todos os seus programas sociais, uma espécie de banco de dados centralizado pela Caixa Econômica Federal, que tem como objetivo fortalecer o processo de cadastramento dos beneficiários da Rede de Proteção Social no Brasil (BRASIL, 2010).

Em 2003 a gestão petista reformulou a Política Nacional de Transferência de Renda e criou o Programa Bolsa Família (PBF), o qual só foi implementado em 2004. Na prática, o PBF representa a fusão de alguns programas da gestão anterior: Bolsa Escola; Bolsa Alimentação; Auxílio Gás e Cartão Alimentação.

O Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades, que beneficia famílias em situação de pobreza, isto é, famílias

quarto) do salário mínimo (BRASIL, 2010).

³³ Constituída por Programas de Transferência de Renda voltados à população brasileira mais vulnerável. Teve início no governo de Fernando Henrique Cardoso em 1995, como forma de redistribuição de renda e combate à pobreza. Foi redimensionada ainda no início do governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003) para incrementar a “Estratégia Fome Zero”, que objetivava como princípio último a erradicação da pobreza no Brasil.

Quanto à assistência social no Brasil de acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social e combate a fome esta caracteriza-se por ser uma:

“[...] política pública não contributiva, é dever do Estado e direito de todo cidadão que dela necessitar. Entre os principais pilares da assistência social no Brasil estão a Constituição Federal de 1988, que dá as diretrizes para a gestão das políticas públicas, e a Lei Orgânica da Assistência Social (Loas), de 1993, que estabelece os objetivos, princípios e diretrizes das ações. A Loas determina que a assistência social seja organizada em um sistema descentralizado e participativo, composto pelo poder público e pela sociedade civil” (BRASIL, *op. cit.*).

³⁴ Programa do Ministério das Minas e Energia (MME), regulamentado em 2002, que tinha por objetivo transferir R\$ 15,00 a cada dois meses, para famílias com renda mensal *per capita* de até ½ salário mínimo, com o objetivo de subsidiar a compra do botijão de gás (BRASIL, *op. cit.*).

³⁵ Uma espécie de banco de dados para armazenar informações socioeconômicas das famílias que almejavam serem beneficiários de determinados programas, cada programa tinha um cadastro específico, isso se modificou com a implantação do Cadastro Único para todos os programas sociais do governo, em 2001 (BRASIL, *op. cit.*).

com renda mensal *per capita* entre R\$ 70 e R\$ 140 e, famílias caracterizadas em situação de extrema pobreza, isto é, com renda *per capita* de até R\$ 70 (BRASIL, 2010).

A partir da criação do PBF surgiu à proposta de unificação dos PTR's municipal, estadual e federal, o que acarretou na diminuição gradativa de implantações de programas de escala municipal e estadual. Diante desse quadro, a unificação dos PTR's ganhou um papel de grande destaque no conjunto das políticas sociais brasileiras (SANTANA, 2007; SILVA, et al., 2008)

Ainda que o Brasil não seja um país de tradição nas políticas de bem estar social, reconhece-se um movimento crescente de fortalecimento da Rede de Proteção Social Brasileira, a qual tem sido redimensionada, tanto em seu conteúdo, no sentido de mudanças nos direcionamentos dos programas e das políticas sociais, quanto em seu próprio formato de caráter mais universalizado. Na atualidade (2010), esta rede tem uma representação significativa nos PTR's, visto o quantitativo de beneficiários e o volume de recursos a eles transferidos.

Sabe-se que, o intento de combater a pobreza e a desigualdade socioeconômica tem motivado a realização de vários estudos técnicos e o monitoramento do Sistema de Proteção Social Brasileiro³⁶. Alguns desses estudos compartilham das idéias e experiências disponibilizadas pela Rede Européia da Renda Básica, BIEN, que em 2004 adquiriu a nomenclatura Basic Income Earth Network– BIEN.

A BIEN, fundada em 1986 por um grupo de filósofos, economistas e cientistas sociais, tinha o objetivo de construir um grupo de debate sobre as experiências globais em política de transferência de renda, renda básica, renda básica de cidadania e outras afins. Em síntese, a BIEN propõe que cada país institua uma Renda Básica Incondicional para todos³⁷ (SILVA, et al., 2008).

Reconhece-se, todavia, que a forma dominante de transferência de renda no cenário global é aquela em que o Estado é o provedor, o gestor e o regulador das transferências de recursos destinados à proteção social. Esta dependência estatal

³⁶Conjunto de Políticas, Programas e Projetos do Governo Brasileiro, de caráter assistencialista que visa garantir cidadania básica a população em estado de vulnerabilidade social, em condição provisória ou duradoura.

³⁷De acordo com Silva et al. (*op. cit.*) a idéia de uma Renda Básica Incondicional é vista pelos pesquisadores da BIEN como a forma mais racional de transferência de renda. Seria, enfim, o pagamento a todas as pessoas em cada país, de uma modesta renda, na medida do possível suficiente para atender às suas necessidades, não importando sua origem, raça, sexo, idade, condição civil ou mesmo socioeconômica.

generalizada produz uma transferência de renda baseada muito mais no caráter compensatório do que numa visão de distribuição de renda mais justa.

No Brasil os Programas de Transferência de Renda têm sido trabalhados na perspectiva do viés liberal, o que acabou reduzindo os programas meramente a título de compensatório. Esse perfil só foi superado quando a perspectiva embrionária de viés distributivista, no conjunto da ampla rede de programas das três esferas de governo e os recursos que são necessários para sua manutenção, deram lugar a uma Política Nacional articuladora desses programas e recursos, processo que foi favorecido e iniciado com a implantação do Bolsa Família (SANTANA, 2007; SILVA, et al., 2008).

Nota-se que, na peculiaridade da trajetória brasileira os programas de Transferência de Renda sempre estiveram desarticulados com a prática de geração de emprego e renda. Todavia, segundo o que indicam os estudos da BIEN, é fundamental e urgente a articulação da TR com uma política econômica superadora do modelo de concentração de riqueza, e a implementação de uma Política Nacional “[...] que deixe de ser uma Renda-Mínima para se transformar numa Renda da Cidadania, para inclusão de todos em condições de dignidade” (SILVA, et al., *op. cit.*, p.218).

Apesar dos avanços socioeconômicos conquistados em função da Política de Transferência de Renda no Brasil, e ainda considerando os impactos positivos dos PTR's na diminuição dos índices de indigência, de pobreza e de desigualdade no país, os resultados chamam a atenção para dois importantes aspectos a serem considerados:

“Um primeiro seria o significado real, mesmo de caráter imediato, que esses programas, têm para muitas famílias beneficiadas, ao permitir a aquisição ou ampliação de uma renda, inexistente ou insignificante, proveniente do trabalho, até porque o mercado de trabalho, no Brasil, é por demais excludente, não permitindo o acesso de grande parte da população. Nesse sentido, esses programas, para muitas famílias são a única possibilidade de uma renda, mesmo que muito baixa” (SILVA; YAZBEK; GIOVANNI, 2008, p.213).

O segundo aspecto encontra pertinência no modo de vida das famílias beneficiadas tangenciando ganhos que vão além da simples sobrevivência, modificando até mesmo a anterior condição de subcidadania, quando o sentimento de pertencer a sociedade passa a existir.

No sentido dos dois aspectos mencionados é válido afirmar que a relação das famílias com a transferência de renda não se pauta apenas no valor monetário do

benefício, mais principalmente, na valoração da condição social que a mesma gera, transformando essas famílias em portadoras de renda fixa, com possibilidades de acesso ao pequeno crédito e visibilidade dentro do mercado de bens e consumo, e prestação de serviços.

Outrossim, também há a garantia da perpetuação da “ajuda” do Estado, muitas vezes personalizada em razão do representante político (presidente, governador, prefeito) que está gerenciando a prática da transferência de renda.

Um outro aspecto apontado por estudiosos se refere:

“[...] à relação estabelecida entre o direito de a família ter acesso ao programa, portanto à sobrevivência, e as exigências ou contrapartidas fixadas. Nesse sentido a contrapartida representa uma questão polêmica, ao obscurecer a dimensão constitucional do direito à sobrevivência digna, independente de qualquer “merecimento” para obtê-la. Todavia, entendemos que a contrapartida, nesse caso, parece mais significar um mecanismo de proteção aos direitos de crianças e adolescentes à educação, ao atendimento à saúde e sua retirada de trabalhos precoces e das ruas” (SILVA, YAZBEK; GIOVANNI, 2008, p.215).

Pode-se, portanto, inferir que os aspectos das condicionalidades também perpassam pelas análises e inquietações de pesquisadores que vêm se debruçando nos PTR's, tentando expressar uma real dimensão das limitações e dos avanços que estes programas estão desempenhando no quadro geral da Proteção e Seguridade Social no Brasil.

Enfim, no que se refere à natureza político-econômica da atual transferência de renda brasileira, encontra-se o pioneiro projeto do Senador Eduardo Suplicy que instituiu o Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM) no Brasil em 1991. O PGRM estava baseado num imposto de renda negativo³⁸, destinado a todos os brasileiros residentes no país, maiores de 25 anos de idade que recebessem uma renda correspondente a cerca de três salários mínimos.

Com a institucionalização de PGRM, seguiu-se toda a reestruturação da política de transferência de renda no Brasil, trajetória na qual se destaca a consagração da Política de Renda Mínima, representada pelas iniciativas de Municípios, Estados e do Governo Federal em criar PTR's e a adoção do Programa

³⁸O imposto de renda negativo é uma proposta que preconiza uma transferência monetária para trabalhadores que tenham uma renda anual abaixo de um patamar previamente fixado, sendo que os trabalhadores que apresentam um montante de renda acima do fixado deverão pagar imposto de renda. Significa que se trata de um programa destinado a trabalhadores que estejam auferindo alguma renda do trabalho. Ademais, o montante transferido deverá ser o mínimo possível para não desestimular, segundo seus idealizadores que o orientam por uma perspectiva neoliberal, o indivíduo na busca de se inserir no mercado de trabalho” (SILVA, et al., 2008, pp.93-94).

Bolsa Família, o qual representa uma tentativa de unificar os PTR's dos três níveis de governo (municipal, estadual e federal).

Concomitantemente ao Programa Bolsa Família (que unifica vários PTR's) houve a criação presidencial do Programa Renda Básica da Cidadania (em 2004, também de autoria do Senador Eduardo Suplicy) o qual redimensionou a perspectiva da Renda Mínima ao propor uma transferência de renda para todos os brasileiros e estrangeiros legais residentes a mais de cinco anos no país. Todavia, o processo de implementação da Renda Cidadã postular-se-ia longo, gradativo e hierarquizado, isto é, começando pelo beneficiamento da população mais empobrecida (SILVA; YAZBEK; GIOVANNI, 2008).

Ainda que se considere o ponto falho da hierarquização dos primeiros a serem beneficiados pela Renda Cidadã, o que a rigor se constitui como condicionalidade velada, é fundamental afirmar a perspectiva da incondicionalidade ou universalidade (a longo prazo e ao final da implementação) em que toda a população brasileira, independente de ter ou não renda, de estar dentro ou fora do mercado de trabalho, estará apta a se tornar beneficiária da política de transferência de renda governamental. Obviamente, a intenção é que a mesma se constitua em uma complementação de recursos, quebrando a atual condição de ter os PTR's como única fonte de captação de recursos da família.

As prerrogativas do Programa Renda Cidadã apontam para uma possível redefinição do Sistema Nacional de Proteção Social, em que, o assistencialismo marcado pela sustentação da desigualdade poderá dar seguimento a uma socioeconomia mais próxima da distribuição de renda, do combate a pobreza e à própria desigualdade.

3.2- POBREZA NA AMAZÔNIA: O CONTRASTE DO CRESCIMENTO ECONÔMICO X A DESIGUALDADE INTRARREGIONAL

Os discursos e a escrita da história da Amazônia recorrentemente a apresentam de maneira homogênea desconsideram a diversidade e a complexidade de uma região que foi ao longo de sua história vista e interpretada pelos “agentes de fora” (CAMILO, 2009; GONÇALVES, 2008).

No campo do desenvolvimento sempre foram pensados ou implantados projetos para a Amazônia com objetivos direcionados aos interesses da economia nacional, estes relacionados à defesa geográfica da nação ou até mesmo à promoção da indústria nascente. Assim, diferenças e heterogeneidades da floresta e da população que nela vive não estiveram direcionadas na estruturação da proposta macro-econômica regional (BENCHIMOL, 2009; WENSTEIN, 1993).

3.2.1- A Gênese do Desenvolvimento Desigual

A política econômica nacional para o desenvolvimento da Amazônia, de uma maneira genérica pode ser percebida a partir do processo de exploração dos seus recursos naturais, dos ciclos extrativistas, com destaque para a exploração da borracha a partir do final do século XIX (1850-1860), e posteriormente dos Grandes Projetos de Exploração Mineral, como o Projeto ICOMI no Amapá e o Projeto Carajás no Pará (GONÇALVES, *op. cit.*; LOUREIRO, 1992).

Dentro desse processo, a exploração da borracha teve grande importância como via de desenvolvimento econômico para a nação brasileira, embora muito pouco tenha sido reinvestido na própria região. De concreto, sabe-se que a extração da borracha, através do sistema de aviamento causou um significativo impacto na configuração econômica, social e cultural dos povos que se tornaram reféns desse modelo de produção que caracteriza, tão bem, a singularidade do desenvolvimento na Amazônia (WENSTEIN, *op. cit.*).

Tal desenvolvimento, institucionalmente otimizado em função da política econômica nacional, privilegiou um único produto em detrimento da diversificação da economia e, conduziu a Amazônia da borracha à instabilidade monocultora, como já havia ocorrido em outros momentos, caso do pau-brasil ou da cana-de-açúcar ao longo da História Brasileira (WENSTEIN, *op. cit.*).

No que se refere à integração da Amazônia ao mercado nacional a partir do século XX, dois momentos foram relevantes para o entendimento do processo. O primeiro momento corresponde ao período da crise de 1929 até fins da década de 1950, tendo o capital industrial no comando. O segundo momento está referenciado a partir da década de 1960, quando ocorreu um grande avanço e domínio do capital estrangeiro, fator determinante no processo da acumulação do capital em escala nacional. Imbricados, esses dois momentos, levaram o país ao fortalecimento das relações interregionais nos grandes centros industriais (tendo São Paulo como pólo central) e nas demais regiões (PORTO, 2003).

Na primeira metade do século XX (1950) a economia da Amazônia ainda estava caracterizada pelo extrativismo vegetal e/ou mineral, não tendo conseguido se industrializar. Só a partir da década de 1960 ocorreu uma real movimentação de investimento nacional na infraestrutura da região. Nessa política de modernização, houve a construção de portos, rodovias, usinas hidrelétricas, e concessões de incentivos fiscais e financeiros, além do incentivo a migração, e conseqüentemente o aumento populacional da região (GONÇALVES, 2008).

O incentivo a migração justificava-se por vários fatores, entre eles:

“[...] descoberta de novos garimpos e de grandes jazidas minerálicas; extrativismo madeireiro; implantação de montadoras na Zona Franca de Manaus; a instalação de grandes projetos. Com isso, a proporção da população residente regional em relação à nacional aumentou de 3,7% em 1960 para 7,6% em 2000. Por outro lado, a participação da população urbana no contexto regional, registrou aumento de 37,4% para 69,9% no mesmo período” (PORTO, *op. cit.*, p.67).

De acordo com Porto (*op. cit.*), a instalação de Grandes Projetos na Amazônia, não significava para o governo federal o desenvolvimento da região. Pelo contrário. Os reais objetivos implementadores do Governo Federal na Amazônia relacionavam-se com a captação de recursos para o foro nacional. Dentre tais projetos, alguns tiveram grande importância para o fortalecimento econômico da nação como o Complexo Industrial do Jarí, o Programa Grande Carajás Trombetas e Albrás-Alunorte.

Na década de 1980 a exploração mineral teve grande importância, uma vez considerada a atenção dada pelo Estado e os investimentos exteriores nessa atividade, com destaque para:

“[...] a exploração da bauxita, petróleo, gás natural, manganês, caulim, ouro, ferro, e cassiterita, principalmente na área influenciada pelo Programa Grande Carajás. Este Programa impactou, tanto pela dimensão da sua área (entre os rios Xingu, Amazonas, Parnaíba e o paralelo 8°S),

quanto pelas atividades nele estabelecidas: Projeto Grandes Carajás, a Usina Hidrelétrica de Tucuruí, o complexo ALBRÁS/ALUNORTE, o Projeto Trombetas e as siderurgias implantadas ao sul do Pará e do Maranhão” (PORTO, 2003, p.76).

Todavia, já no final da década de 1960 ficava latente o crescimento dos desequilíbrios socioeconômicos entre as regiões brasileiras, principalmente no comparativo norte/nordeste-sul/sudeste, que se tornava cada vez mais consolidada. Na tentativa de corrigir estas distorções, o governo federal lançou uma Política de Desenvolvimento Regional com o objetivo de fortalecer as articulações e os arranjos econômicos intrarregionais. Assim, foram criados dois importantes organismos institucionais para coordenar cada região: para a Amazônia instituiu-se a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia- SUDAM, e para o nordeste criou-se a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste- SUDENE, (BENCHIMOL, 2009; GONÇALVES, 2008; PORTO, *op.cit.*).

Criada em 1966 a SUDAM, pretendia garantir os investimentos estrangeiros e os incentivos fiscais para a Amazônia Legal. Para atingir seus objetivos foram elaborados os Planos de Desenvolvimento para a Amazônia (PDA). O I PDA tinha o intuito da integração física, econômica e cultural da Amazônia, além da ocupação humana e do desenvolvimento econômico (LOREIRO, 1992).

Por sua vez, o II PDA, implementado a partir da década de 1970, tinha como foco a implantação de Grandes Projetos para a transformação econômica da Amazônia. Na seqüência, o III PDA diferenciou-se dos dois primeiros por basear-se no estabelecimento de princípios ecológicos e conservacionistas e, também, evidenciar aspectos sociais na nova proposição de desenvolvimento. Em sua versão 1994-1997, propôs-se a implantação de um modelo de desenvolvimento sustentável, onde o crescimento econômico, a geração de renda e a melhoria da qualidade de vida da população, compactuaram com a preservação do meio ambiente e com princípios de sustentabilidade (LOREIRO, *op. cit.*; PORTO, *op. cit.*).

No alinhamento das configurações globais, e das políticas internacionais em torno do meio ambiente, o Governo Brasileiro lançou no início do século XX, a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), a qual referendava dois elementos principais: as desigualdades e as diversidades regionais. Na PNDR, destaca-se o Plano Amazônia Sustentável (PAS), que tem por objetivo principal a promoção do desenvolvimento sustentável para a Amazônia Brasileira, e se caracteriza por ser:

“[...] um conjunto de orientações estratégicas para as políticas de governos federais, estaduais e municipais, sinalizando aos setores produtivos e à sociedade em geral os caminhos exequíveis para o desenvolvimento sustentável da Amazônia. Deve-se também, buscar debater o desenvolvimento da Amazônia no contexto do desenvolvimento do país, inovando e transformando os paradigmas até hoje vigentes em relação ao papel que ela desempenha no contexto sócio-político, econômico e institucional do país (BRASIL, 2008, p.15).

Contudo, como mais um plano federal para Amazônia, o PAS, no que tange o desenvolvimento, não vem dando sinais visíveis de avanços na diminuição dos contrastes socioeconômicos intrarregionais. Tais contrastes têm sido, principalmente, expressos através de questões relativas à desigualdade social, ou ainda, relativas à discrepância econômica entre seus Estados.

Lira; Silva e Pinto (2009) fazem uma abordagem analítica, segundo a qual, a economia amazônica, em termos regionais, é fruto de um *desenvolvimentismo desequilibrado*, tanto no caráter espacial, quanto setorial de produção. Assim, um desenvolvimento diferenciado acabou se gestando desigualmente dentro da região, embora nela, também se registre a existência de eixos produtores dinâmicos, o que caracteriza a dicotomia econômica da Amazônia, isto é, PIB's elevados coexistindo com valores de IDH muito abaixo da média nacional.

Logo, as estratégias utilizadas para desenvolver a região tornaram sua economia complementar às necessidades e a lógica do capital em escala nacional e dependente das vicissitudes do modelo desenvolvimentista do Estado, submissa às necessidades de reprodução do capital para o Estado Brasileiro. Como reflexo dessas condições cresceram as divergências dentro de um quadro de desigualdades regionais cada vez maior. *“A Amazônia de hoje, portanto, com suas contradições crescentes, reflete as políticas e os programas desenvolvimentistas que potencializam ao mesmo tempo , o crescimento econômico e as desigualdades sociais”* (LIRA; SILVA; PINTO, *op. cit.* p.154).

De tal forma, fica evidente que o desenvolvimento da Amazônia esteve, permanentemente, subordinado as demandas de escala nacional. E, neste aspecto, toda a estruturação do processo econômico aconteceu de modo disforme, seja em termos sociais ou espaciais, formando poucos pólos de modernidade produtiva que constituem cenários econômicos excludentes e diferenciados quando se considera o conjunto da região.

De acordo com Lira; Silva e Pinto (*op. cit.*) a modernidade econômica na Amazônia esteve distribuída em apenas três eixos dinâmicos de produção: Pólo

Industrial de Manaus³⁹ (PIM); Pólos Minerais do Pará⁴⁰; e o Pólo Agropecuário Mato Grosso e Pará⁴¹. Nessa configuração econômica e geográfica houve a intensificação e/ou a continuação do padrão de desenvolvimento voltado ao mercado extrarregional, fator que promoveu a saturação das diferenças entre os Estados da região, e seus subespaços⁴², perpetuando os aspectos de decadência econômica já existente.

Considerando a Amazônia Legal⁴³, os Estados do Pará, Mato Grosso e Amazonas representam muito bem a dicotomia econômica existente entre estes e os demais Estados da região, dicotomia que se desdobra em diferenciações na escala produtiva, na qualidade de vida, na oferta de empregos, nos indicadores de pobreza e outros elementos da desigualdade intrarregional. Esses três Estados, nos cinco primeiros anos do século XXI já alteravam sua configuração na participação do PIB regional, corroborando a importância econômica da Amazônia para o fortalecimento da própria economia brasileira, alcançando números expressivos e significativos em que:

“[...] o PIB da Amazônia chegou a 6,7% do PIB nacional. Essa evolução no PIB regional deveu-se ao crescimento da importância econômica da Amazônia na economia brasileira, resultado da polarização já ocorrente em torno de três unidades federativas no âmbito da região: Pará, Mato Grosso e Amazonas. Esses Estados respondiam por 88,4% do PIB regional em 1970 e foram responsáveis por 76,4% do PIB ocorrente em 2005” (LIRA; SILVA; PINTO, 2009, pp.159-160).

Ainda que, o PIB e o PIB *per capita* ofereçam distorções metodológicas

³⁹Corresponde a Zona Franca de Manaus (ZFM), concentrado na capital amazonense, produzindo uma gama de produtos industriais, sobretudo eletroeletrônicos, voltados predominantemente para o mercado interno brasileiro (LIRA; SILVA; PINTO, *op. cit.*).

⁴⁰Corresponde aos pólos Trombetas (bauxita metalúrgica e refratária, no Noroeste e Centro Norte do Estado), Pólo Carajás (minério de ferro, manganês, ouro, cobre e níquel, no Sudeste do Estado), polo aluminífero (alumina e alumínio primário, no Norte do Estado), pólo siderúrgico (ferro-gusa, ferrossilício manganês, silício metálico e outros, no Sudeste do Estado) e polo caulínífero (caulim, no Noroeste e Nordeste do Estado), voltados predominantemente para o mercado internacional (id).

⁴¹Possui um amplo leque de atividades vinculadas à pecuária, à produção de grãos e a culturas permanentes, com distribuição desigual na região, mas predominância no Norte, Oeste e Leste do Mato Grosso e no Oeste, Leste e Sudeste do Pará, e de forma secundária no Sul de Rondônia e no Centro Norte de Tocantins, tendo sua produção direcionada para o mercado interno brasileiro e para o mercado internacional (Id.).

⁴²Lira; Silva e Pinto (*op.cit.*) afirmam que esses subespaços são espaços de desenvolvimento diferenciados, que não interagem entre si, nem tão pouco com as atividades tradicionais existentes na Amazônia, diferenciando-se em termos de intensidade, forma e de vinculação com o mercado extrarregional. E há a coexistência desses subespaços dinâmicos e modernos com outros com fraco ou quase nenhum processo de modernização e ocupação econômica.

⁴³A Amazônia Legal é formada pelos Estados do Amapá, Acre, Amazonas, Roraima, Rondônia, Tocantins e Pará, esses pertencentes a região norte do Brasil, e ainda pelos Estados do Mato Grosso pertencente a região Centro Oeste e a parte do estado do Maranhão pertencente a região Nordeste.

quando empregados na análise da qualidade de vida de determinado ambiente econômico, sua viabilidade técnica se assenta nas percepções internas da economia regional, em decorrência, justamente, de especificidades produtivas de cada realidade local (LIRA; SILVA; PINTO, 2009).

A própria dinâmica produtiva e a estrutura de capitação de investimentos financeiros, criam um processo de desenvolvimento desigual a medida que selecionam espaços para o investimento e desenvolvimento, e margeiam outros ao esquecimento, impossibilitando a extensão desse processo para a totalidade do contexto geográfico e econômico da região. Corrobora-se deste modo, a existência de uma diferença significativa na condição e amplitude do desenvolvimento entre os Estados que compõe a Amazônia Legal.

A coexistência de espaços diferenciados com estruturas modernas e desenvolvidas como é o caso do Pará, Amazonas e Mato Grosso em detrimento de outros que ainda vivem à margem desse desenvolvimento Amapá, Acre e Roraima e Rondônia, permite a afirmativa de que:

“[...] não existe mais uma única Amazônia brasileira como ocorreu antes, mas que, do final do século XX até os anos iniciais do século XXI, existem ‘várias Amazônias’ dentro da Amazônia legalmente constituída, com estruturas produtivas heterogêneas e processos desiguais de desenvolvimento” (LIRA; SILVA; PINTO, *op. cit.*, p.169).

A continuidade desse processo de desenvolvimento desigual, conseqüentemente, afeta o modo de vida da população que compõe esse espaço. Sua característica mais marcante é o favorecimento e a permanência da condição de pobreza que envolve a maior parcela dos grupos sociais. Cabe ressaltar que, conceituar a pobreza numa região tão vasta e diversificada como a Amazônia, onde habitam diferentes estruturas produtivas, populações das mais variadas, biodiversidade singular e tantas outras especificidades regionais, exige parâmetros que vão além da perspectiva econômica e, enredam também, aspectos do fenômeno sociocultural.

Conceituar a pobreza, portanto, exige que se analise e se considere o condicionamento social que nasceu a partir das mudanças produzidas pelo processo de Revolução Industrial, num quadro de relações de produção marcada por interesses de classes antagônicas (CARNEIRO, 2010).

3.2.2- A Pobreza Como um Predicado Socioeconômico

De acordo com Yamamoto (2001), o condicionamento social pós-revolução, diz respeito a um conjunto de expressões de desigualdades, de crescente miséria, de desemprego e de pobreza gerada pela sociedade capitalista. A gênese desse processo estaria no modo coletivo da produção, contraposto ao trabalho, este visto como a assimilação privada da própria atividade humana, além das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos.

Logo, foi a partir da lógica capitalista, que a pobreza se caracterizou como um fator natural da sociedade. Assim, tanto as noções de “pobre” quanto às situações de “pobreza” respondem a mesma razão lógica “[...] *que pretende atribuir uma origem natural e/ou quase voluntária e dificultar a compreensão dos fatores causais concretos que, de fato, originam tais desgraças*” (ALAYÓN, 1995, p.112).

Contudo, essa é tão somente uma abordagem possível para o debate em torno da problemática da pobreza. Esta, numa dimensão mais ampla, tem sua origem na dinamicidade social⁴⁴, a qual apresenta determinações ou características próprias, de acordo com cada contexto social e momento histórico vivido (CARNEIRO, 2010).

Nas discussões em nível mundial, os debates sobre o fenômeno da pobreza⁴⁵ se intensificaram a partir da década de 1990, quando o Banco Mundial adotou um ponto de vista unidimensional para os países em desenvolvimento, que é baseado em linhas de pobreza relativas à renda *per capita* (LAVINAS, 2003).

De uma forma genérica podem-se destacar quatro definições básicas utilizadas na interpretação do conceito de pobreza. A primeira distingue a idéia de pobreza vista como ausência ou insuficiência de renda, o que poderia qualificar as populações de baixa renda de um dado lugar (MACHADO, 2006). A segunda caracteriza-se como privação de atendimento das necessidades básicas, o que “[...] *conduz a intervenções sociais baseadas no parâmetro de satisfação de necessidades, em níveis limitados a subsistência*” (MACEDO; BRITO, 2004, p.43).

⁴⁴O movimento da sociedade, em processo ativo e passível de mudança dentro de cada contexto social (CARNEIRO, 2010).

⁴⁵A pobreza é entendida como um fenômeno social multidimensional, visto sua complexidade, pois há uma agregação de múltiplas categorias. Há, por exemplo, além dos baixos níveis de renda, o analfabetismo, a saúde precária, as desigualdades de oportunidades e a degradação ambiental dos locais de moradia (CARNEIRO, *op.cit.*).

A terceira definição tem a pobreza como a privação das capacidades do indivíduo, como estar bem nutrido, livre de doenças e outros. Tem como ponto central a expansão das liberdades (políticas, econômicas e sociais dentro do grupo ao qual pertença), esse fato seria o que distingue esta definição da abordagem equivalente a mera satisfação das necessidades básicas. A quarta e última definição tem a pobreza como a própria exclusão social, entendida como a perda de identidade, *status quo*, dificuldade de socialização, ausência de autonomia entre outros (MACHADO, 2006).

É fato que, diferentes conceitos ligados a qualificação e quantificação da pobreza são adotados na construção e implantação de políticas sociais, e por esta razão, reafirma-se sua concepção enquanto fenômeno complexo e multidimensional, pela qual se observa que:

“[...] pobreza é mais que insuficiência de renda. A determinação fundamental da pobreza é de natureza estrutural, decorrente, sobretudo, da exploração do trabalho; geradora da desigualdade na distribuição de riqueza socialmente produzida, limitando ou impedindo o acesso a serviços sociais básicos; à informação; ao trabalho de renda estável, inclusive contribuindo para a não-participação política” (SILVA et al., 2008, p. 24).

Nota-se que, para além das explicações teóricas gerais, estudos econômicos e sociais têm abordado o fenômeno da pobreza a partir de suas manifestações empíricas, cuja falta de qualidade de vida, tanto quanto, a desigualdade na distribuição de riquezas, têm sido empregadas como fatores mais específicos para determinar diferenças entre pobreza absoluta e pobreza relativa (SILVA et al., *op. cit.*).

A pobreza absoluta está pautada na ausência ou insuficiência de renda para manter uma reprodução mínima de vida⁴⁶, portanto a pobreza assim apontada, como privação extrema, justifica e reitera ações de cunho emergenciais, privilegia antes mínimos de sobrevivência, em oposição aos mínimos de cidadania. No entanto, a concepção de pobreza relativa, se constitui na idéia de desigualdade de renda e de privação de direitos elementares de cidadania em relação ao modo de vida prevalente em dada sociedade, em que a renda do indivíduo é comparada ao dos outros, sendo, portanto, uma pobreza sistêmica, inerente à reprodução social (SILVA et al., *op. cit.*)

Nos países em desenvolvimento a noção de pobreza absoluta ainda é a mais

⁴⁶Seria a posse de uma renda para suprir apenas o necessário para que o indivíduo possa manter sua existência física, e manter-se em condições de trabalho. Entende-se nessa perspectiva a pobreza como ausência ou insuficiência de renda.

utilizada na conceituação deste fenômeno, sendo que, a mesma é entendida como a privação de uma série de condições mínimas para a sobrevivência do ser humano, que independem das condições sociais ao seu redor, como a falta de alimentos, atendimento a saúde, educação. Esta qualificação difere, no geral, do entendimento de pobreza relativa por não estabelecer uma relação direta com as condições sociais de uma dada sociedade, e ainda, por se limitar somente a perspectiva da subsistência.

Todavia, sabe-se que na concepção de pobreza relativa, há uma distinção melhor elaborada em considerá-la como um fenômeno mais amplo, em que, a privação de bens, direitos, distribuição de riqueza e qualidade de vida, não é uma questão meramente física ou biológica, mais sim, uma questão de larga escala quando se trata da satisfação de determinadas necessidades sociais objetivas⁴⁷ ou subjetivas de acordo com as condições de desenvolvimento de uma dada sociedade (CARNEIRO, 2010; MACHADO, 2006).

De acordo com Machado (*op. cit.*) a definição de pobreza utilizada pelo Banco Mundial no Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2000/2001 englobava não só o fator da renda e do baixo consumo, como também níveis baixos de educação, saúde, nutrição, e outras áreas do desenvolvimento humano. Com base no que a pobreza significava para a maioria das pessoas, ampliava-se sua definição para incluir a falta de poder, a invisibilidade social e, também a vulnerabilidade ao medo, relacionado à má qualidade de vida e a própria sensação de segurança socioeconômica da população.

Desta forma, observa-se que a definição de pobreza baseada apenas na perspectiva da renda, com uma visão unidimensional atentando, principalmente, para análise da privação de bens materiais, é bastante limitada. Segundo Machado (*op. cit.*) para explicar o fenômeno da pobreza e, até mesmo, para fundamentar políticas de seu enfrentamento, o debate deve estar localizado no palco dos direitos humanos, suplantando a noção restrita de carência material, de tal modo que, somente com a ampliação da concepção de pobreza, percebida na sua historicidade e multidimensionalidade, pode dar sustentabilidade à formulação de políticas públicas mais eqüitativas, voltadas para o exercício da cidadania.

O enfoque da pobreza enquanto visão multidimensional vem sendo defendida

⁴⁷Necessidades objetivas tais qual o acesso a alimentação, a saúde entre outras.

por alguns estudiosos como Amartya Sen (2001) que a concebe como a negação de acesso ao poder e a participação política; e como uma condição deficitária de renda, determinando uma situação de exclusão social que impede as pessoas de desfrutarem da riqueza socialmente produzida, riqueza esta que, não se reduz a ganhos que possam assegurar a reprodução física, mas que representam toda a produção humana acumulada nos mais diversos campos da vida. Contudo, o autor admite a importância da insuficiência de renda para a explicação do processo de pobreza e enfatiza que:

“A idéia de que a pobreza é simplesmente escassez de renda não é uma idéia tola, pois a renda tem enorme influência sobre o que podemos ou não podemos fazer. A inadequação da renda freqüentemente é a principal causa de privações que normalmente associamos a pobreza” (SEN, 2000, p.92).

Nesta perspectiva de análise há uma influência direta entre escassez de renda e privação de capacidades socioeconômicas e culturais, em o que a população, além de não alcançar um patamar satisfatório de poder aquisitivo, tem na mesma razão concomitante, a falência de um quadro de oportunidades que poderiam se traduzir em liberdades políticas, poderes sociais e econômicos (SEN, *op. cit.*).

Essa abordagem de multidimensionalidade da pobreza também vem sendo defendida por estudiosos como Machado (2006), Silva et al. (2008) e Carneiro (2010) que postulam em defesa de um fenômeno social complexo, que possui interfaces e estruturas orgânicas ramificadas pelos diversos campos que compõem a sociedade (econômico, social, político e cultural), cada uma demonstrando especificidades dentro do contexto histórico vivido, a exemplo de diferentes modos de vida, dos mais diversos tipos de sociedades que vêm e condicionam a pobreza de maneiras diferentes. O que para determinada sociedade é sinônimo de riqueza e/ou pobreza, para a outra, pode ser significação de identidade e/ou pertencimento coletivo.

De todo modo, a discussão internacional no campo teórico da qualificação da pobreza, nos últimos 10 anos tem determinado mudanças gradativas para seu enfrentamento em países como o Brasil, que tinha uma concepção de pobreza limitada ao somatório da renda e, que tem reformulado suas políticas públicas na perspectiva de que:

“Ao longo das últimas décadas mudou-se o foco da pobreza da insuficiência de renda para uma abordagem multidimensional. Esta pode se referir à inclusão de outras dimensões além da renda, a mudança na percepção

acerca da importância daquelas dimensões, como ocorre na abordagem das capacidades, ou a inclusão de dimensões antes consideradas subjetivas demais ou não consideradas pelas agências internacionais ou organismos governamentais, como a identidade e a autonomia” (MACHADO, 2006, p.57).

Logo, explicar e enfrentar a pobreza são desafios macro-estruturantes, que requerem tanto do poder público como da própria sociedade, uma redefinição de políticas e posturas econômicas e sociais que, possibilitem uma abordagem mais clara e completa dos elementos que consolidam o problema da má distribuição de riqueza no país e seus desdobramentos funcionais (como a falta de trabalho, baixa qualificação profissional, falta de moradia e outros).

No Brasil às questões relativas à pobreza constituem uma problemática histórica, cujo foco de discussão política ou acadêmica, permanentemente esteve direcionado pelo crescimento econômico que, se supunha, seria suficiente para trazer melhorias na condição de vida da população. Esse comportamento começou a ser alterado, inclusive dentro da América Latina, quando as altas taxas de crescimento econômico verificadas entre os anos de 1960 e 1970 não representaram equivalência na melhoria dos IDH's dos países em desenvolvimento, isto é, houve contrariamente uma constatação quanto à manutenção de altos índices de pobreza, embora a economia desse sinais de crescimento (FURTADO, 1961; MACHADO, *op. cit.*).

Tal divergência intrínseca entre crescimento econômico e manutenção da pobreza pode ser mais complexa em algumas regiões, se considerados elementos que fazem parte da perspectiva geográfica, produtiva e cultural que, determinam especificidades na dinâmica do modo de vida das populações instaladas. Essa situação é bastante visível dentro da Amazônia Brasileira, espaço onde o modo de vida das comunidades ou, o jeito de viver, é fator preponderante para a distinção da pobreza em termos mais qualitativos do que quantitativos.

Na Amazônia, a condição de pobreza de uma dada comunidade está relacionada a fatores endógenos da má distribuição de riqueza, tanto quanto a aspectos culturais da vida na região (como tipo de habitação ou transporte), sendo a percepção de bem-estar e de qualidade de vida diferentes ou, até mesmo, antagônicas dependendo do recorte ou da comunidade típica que se analise (ADAMS; MURRIETA; NEVES, 2006; SCHERER, 2004).

Todavia, mesmo em face dessa peculiaridade é necessário atentar para os

nefastos quanti-qualitativos da pobreza e/ou da extrema pobreza que se proliferam atualmente nos Estados da Amazônia. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2011) o Brasil apresenta 16,267,197 milhões de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza, na qual se enquadram os brasileiros que tem uma renda inferior a R\$ 70 mensais e indisponem de moradia, saúde, alimentação e outros, que possibilitem condições básicas de vida. Destes, 1,432,188 milhão habitam o Estado do Pará que lidera o ranking regional. No Amapá, são 82,924 mil pessoas, isto é, 12,40% da população vivendo em situação de extrema pobreza.

As divergências intrarregionais podem ser melhor distinguidas quando os parâmetros de comparação da pobreza são expressos por indicadores populacionais atrelados a políticas de saneamento da baixa renda ou da insuficiência de renda. A partir da análise comparativa de variáveis como quantitativo populacional, produto interno bruto e impleto de transferência de renda é possível esboçar a importância que as políticas governamentais de combate à fome e à pobreza vêm ganhando nos últimos anos.

Exemplo disso são os crescentes investimentos do governo federal brasileiro na política de transferência direta de renda, representada atualmente pelo Programa Bolsa Família, como suporte aos Estados e Municípios para diminuição da desigualdade intrarregional, *vide* tabela 1:

Tabela 1- Comparativo Populacional x PIB x Transferência de Renda entre os Estados da Amazônia Legal- análise de proporcionalidade.

RELAÇÃO DE PROPORCIONALIDADE DA TRANSFERÊNCIA DE RENDA NA AMAZÔNIA LEGAL PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA- GOVERNO FEDERAL						
ESTADO	POPULAÇÃO	FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DE TR	QUANTITATIVO ¹ GERAL DE BENEFICIÁRIOS (estimativa)	PIB (R\$) (MILHÕES)	VOLUME DE RECURSOS ² DA TR (R\$) (estimativa)	PROPORÇÃO ³ GERAL DE BENEFICIÁRIOS (estimativa)
ACRE	732,793	58,423	239,534	6,730,000	6,484,953	32,68%
AMAZONAS	3,480,937	290,562	1,191,304	46,823,000	32,252,382	34,22%
AMAPÁ	668,689	49,245	201,904	6,765,000	5,466,195	30,19%
RONDÔNIA	1,560,501	107,584	441,094	17,888,000	11,941,824	28,26%
RORAIMA	451,227	44,989	184,454	4,889,000	4,993,779	40,87%
PARÁ	7,588,078	686,588	2,815,010	58,519,000	76,211,268	37,09%
TOCANTINS	1,383,453	128,552	527,063	13,091,000	14,269,272	38,09%
MATO GROSSO	3,033,991	164,103	672,822	53,023,000	18,215,433	22,17%
MARANHÃO	6,569,683	891,189	3,653,874	38,487,000	98,921,979	55,61%

¹ Estimativa calculada a partir da média de 4,1 pessoas por famílias.

² Estimativa calculada a partir da média dos valores de transferência (por família) do Bolsa Família em 2010.

³ Estimativa calculada a partir da estimativa geral do quantitativo de beneficiários e o total da população.

Fonte: IBGE, 2010.

A comparação expressa pela tabela 1 faz uma referência de proporcionalidade entre a Transferência de Renda do Governo Federal e os Estados que compõe a Amazônia Legal, considerando o total da população, a quantidade de famílias beneficiadas, os indicativos de PIB estadual, o volume de recursos transferidos por TR e a proporção geral de pessoas beneficiadas.

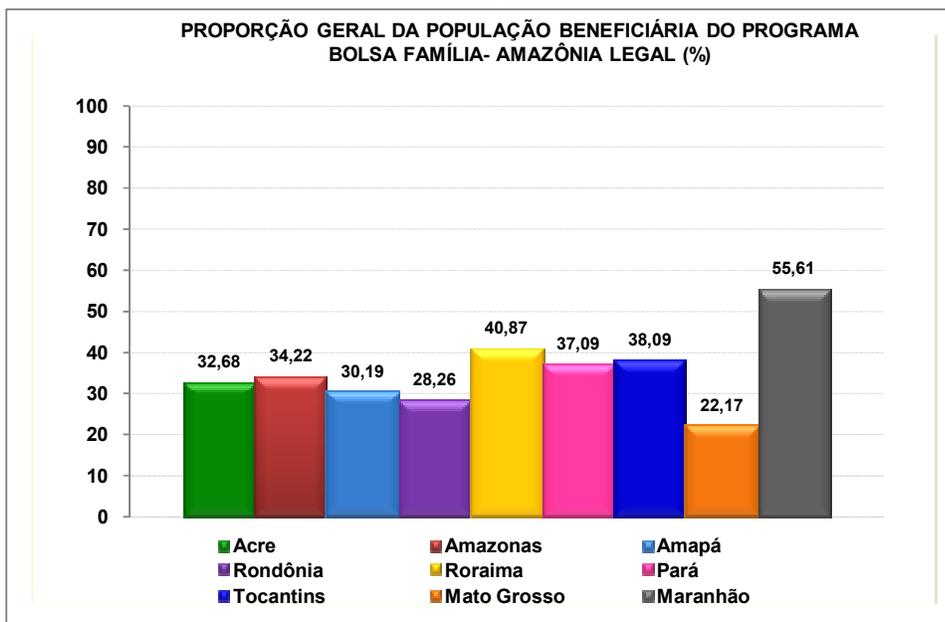
Observa-se que dentre os 9 Estados destacados (Acre, Amazonas, Amapá, Rondônia, Roraima, Pará, Tocantins, Mato Grosso e Maranhão), o Maranhão, considerado um dos Estados de maior concentração de pobreza do país, também é o maior beneficiário do Programa Bolsa Família, tendo 55,61% de sua população assistida com transferência de renda. Destaca-se que o implemento de recursos financeiros do Bolsa Família nesse Estado, supera inclusive os valores reais de seu Produto Interno Bruto (PIB), que é da ordem de R\$ 38,487,000 milhões, enquanto que a TR representa um universo quantitativo estimado em R\$ 98,921,979 milhões.

Em condição oposta, o Estado do Mato Grosso que tem quase a metade da população do Maranhão e, é considerado um dos mais ricos com o segundo maior PIB (R\$ 53,023,000 milhões) da região, tem apenas 22,17% de sua população com incremento econômico de renda do governo federal, o que representa a somatória de R\$ 18,215,433 milhões.

O Amapá, Estado da Amazônia com o menor contingente populacional (668,689 pessoas) é, proporcionalmente, o 7º (sétimo) na ordem das populações mais beneficiadas pelo Bolsa Família. Todavia, seu baixo valor de PIB (R\$6,765,000 milhões) é quase equiparado ao valor dos recursos transferidos pelo Bolsa Família, que são da ordem de R\$ 5,466,195 milhões.

Nota-se, portanto que, a TR tem tido papel determinante na composição das finanças gerais dos Estados, sendo um forte complemento ao Produto Interno Bruto, tanto quanto, tem-se efetivado imprescindível para a geração da cidadania financeira das populações, isto é, para a elevação da renda a um nível mínimo que garante acessibilidade a bens e prestação de serviços, principalmente nos Estados mais pobres da região, conforme se avalia pela proporcionalidade do total das populações beneficiadas, expressa no gráfico 1 (a seguir):

Gráfico 1- Comparativo Proporcional das Populações Beneficiárias do Programa Bolsa Famílias nos Estados da Amazônia Legal.

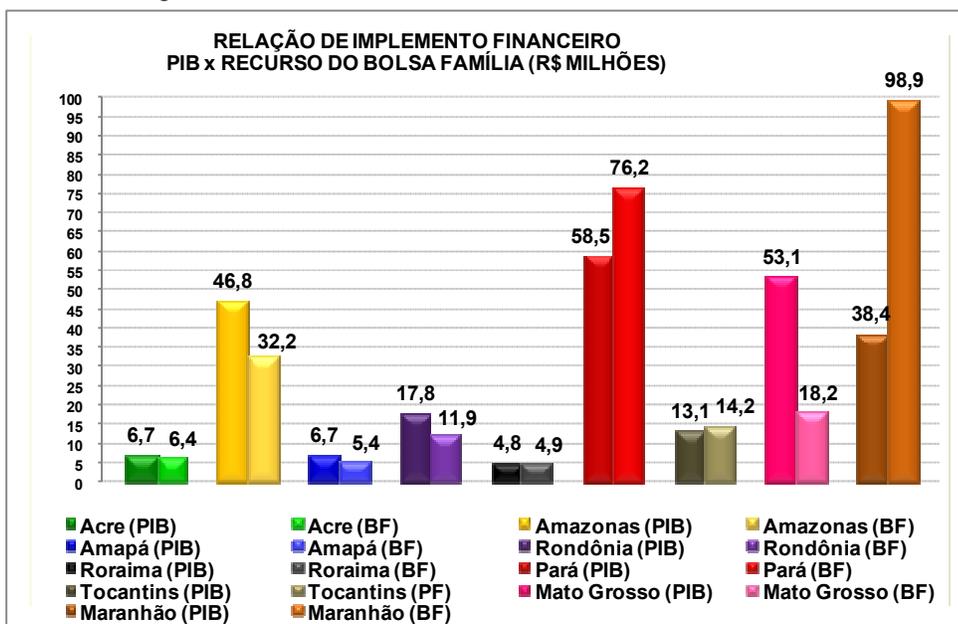


Fonte: Estimativa proposta a partir de dados do IBGE, 2010.

Pelo gráfico 1, se evidencia que menos de 30% da população do Mato Grosso e Rondônia recebem recursos da política de transferência do Bolsa Família. Por sua vez, Tocantins, Pará, Amazonas, Acre e Amapá, oscilam em ordem decrescente com valores entre 38,09% e 30,19% de suas populações beneficiadas. Somente dois Estados, Roraima e Maranhão superam a marca de 40% da população beneficiada. Em se tratando apenas dos Estados do Norte do País (Pará, Amapá, Acre, Rondônia, Roraima, Amazonas e Tocantins), a menor e a maior população beneficiada, respectivamente, são as dos Estados de Rondônia e Roraima.

A desigualdade descrita pelas proporções de famílias beneficiadas, também se estende à relação expressa entre os valores totais de transferência do Bolsa Família e o PIB de cada Estado, em que algumas disparidades chamam a atenção, conforme demonstrado no gráfico 2 (a seguir):

Gráfico 2- Relação Comparativa entre o PIB e o Bolsa Família nos Estados da Amazônia Legal.



Fonte: Estimativa proposta a partir de dados do IBGE, 2010.

A composição do gráfico 2 mostra 3 situações distintas para a relação PIB x Bolsa Família. Na primeira, estão os Estados de Tocantins, Roraima, Acre e Amapá, nos quais os valores expressos pelo PIB e pelo recurso da TR são muito próximos. Sendo que, no caso do Amapá o PIB supera o Bolsa Família em apenas 1,3%, no Acre essa diferença cai para 0,3%, porém, no Tocantins ela é inversa, com 1,1% de superação do Bolsa Família em relação ao PIB, o que também ocorre em Roraima onde esta se limita a 0,1%.

Na segunda situação, estão os Estados que tem seu PIB superior aos rendimentos do Bolsa Família, como é o caso de Rondônia que apresenta uma superioridade de 5,9%, seguido de Amazonas com 14,6% e Mato Grosso com 34,9% do PIB acima dos recursos transferidos pelo Bolsa Família.

Já na terceira situação, estão os Estados cujos PIB's são inferiores aos recursos do Bolsa Família. No caso do Pará, os implementos do PBF superam em 17,7% o PIB do Estado o, mesmo ocorrendo no Maranhão, onde a diferença é de 60,5%. Ressalta-se que, essa disparidade percentual do Maranhão pode estar relacionada à alta vulnerabilidade social de sua população, condição que é requisito básico para inclusão e permanência no programa Bolsa Família do Governo Federal.

A partir da comparação realizada com as informações tratadas na tabela 1 e nos gráficos 1 e 2, percebe-se que há uma visível dependência dos Estados da

Amazônia Legal quanto a Política de Transferência de Renda do Governo Federal, que, por sua vez, tem a finalidade de oportunizar a experiência da Renda Mínima às populações, como estratégia de combate à fome, à pobreza e à desigualdade.

Na continuação deste debate, o tópico seguinte apresenta um extrato comparativo entre dois programas de transferência de renda: o Bolsa família, de escala federal e o Renda Para Viver Melhor, implementado pelo Governo do Estado do Amapá.

3.3- EXTRATO COMPARATIVO DO BOLSA FAMÍLIA E DO RENDA PARA VIVER MELHOR: DIVERGÊNCIAS E APROXIMAÇÕES DA TRANSFERÊNCIA DE RENDA

O contexto de criação de Programas de Transferência de Renda no Brasil, como foi expresso anteriormente, surgiu em circunstâncias socioeconômicas marcadas pelo crescimento acentuado do desemprego, seguido do acréscimo de formas de ocupação precárias e instáveis, baixa no rendimento da renda proveniente do trabalho, aumento da violência e ampliação dos índices de pobreza e desigualdade social, sem que houvesse uma garantia de proteção social pela previdência e pelos direitos básicos afiançados na Constituição Federal (SILVA; YAZBEK; GIOVANNI, 2008).

Os Programas de Transferência de Renda adotados no Brasil quer seja em nível municipal, estadual ou federal, apresentam a transferência monetária como base de acesso à políticas universais estruturantes, sobretudo aquelas relativas à Saúde e Educação. Essa característica está presente nos dois programas ora comparados: o Bolsa Família (do Governo Federal), atualmente considerado o mais importante PTR na estrutura da Rede de Proteção Social Brasileira, e o Programa Renda para Viver Melhor (PRPVM), que compõe a Rede de Assistência Social do Estado do Amapá.

Como programas institucionais, o Bolsa Família (Federal) e o Renda Para Viver Melhor (Estadual/Amapá) se destacam pelas condicionalidades na liberação e acesso à renda. Suas peculiaridades caracterizam-se, principalmente, pelos valores transferidos e pelas condições determinadas à inclusão das famílias em ambos os programas. As composições básicas destes PTR's estão dispostas em caráter comparativo nos quadros seguintes, começando pelo esboço da escala de gestão e implementação dos dois programas, abordados no quadro 1:

Quadro 1- Demonstração Comparativa da Escala de Gestão e Implementação do Bolsa Família e do Renda Para Viver Melhor

PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA		PROGRAMA RENDA PARA VIVER MELHOR
Ano de Implementação	2004	2005
Esfera de Gestão Institucional	Federal	Estadual
Órgão Gerenciador	Ministério do Desenvolvimento Social (MDS)	Secretaria de Estado da Inclusão e Mobilização Social (SIMS)

Fonte: BRASIL, 2010; FEITOZA, 2010; GEA, 2010.

As informações contidas no quadro 1 fazem parte de uma política de alinhamento das reformulações de Programas de Transferência de Renda que se

processou a partir da esfera federal, com a fusão de vários programas em um só, o Programa Bolsa Família (PBF). A consolidação e a implementação efetiva do PBF em 2004, acabou incentivando estratégias de fomento econômico para populações de baixa renda também na escala das Unidades Federativas. Na especificidade do Estado do Amapá, essa tendência foi verificada na política de reformulação da Assistência Social implementada pela gestão governamental anterior a 2005. A partir desse ano, começou a ser fomentado o Programa de Transferência de Renda nomeado como Renda Para Viver Melhor, conforme descrição do quadro 1.

Uma vez consagrados, os PTR's em questão, começaram a fortalecer seus elementos normativos, principalmente aqueles relacionados aos valores de recursos transferidos (em moeda capital) e a caracterização do perfil populacional passível de assistência. A partir disto, todas as ações e sistematizações de bancos de dados e fiscalizações passaram a estar redirecionadas para a estratégia de ampliação gradativa do número de famílias beneficiadas.

Tanto o PBF quanto o PRPVM tem como foco de assistência, famílias em comprovada situação de vulnerabilidade social e em demonstrada condição de pobreza, tal qual se expõe no quadro 2 abaixo:

Quadro 2- Demonstração Comparativa da Rede de Beneficiários e do Valor de Transferência do Bolsa Família e do Renda Para Viver Melhor

PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA		PROGRAMA RENDA PARA VIVER MELHOR
Beneficiários	Famílias cadastradas em situação de pobreza ou extrema pobreza.	Famílias em situação de vulnerabilidade social.
Transferência Monetária	Valor variável: entre R\$ 22,00 e R\$ 200,00.	Valor fixo: meio salário mínimo vigente a cada família cadastrada (R\$ 270, valores atuais).
Rede de Beneficiários	Cerca de 12 milhões de famílias em todos os municípios brasileiros. No Amapá, segundo dados da Caixa Econômica Federal (Fevereiro/2011) o benefício abrange os 16 municípios do Estado, com o atendimento a 49,245 famílias (destas, 23,512 estão na capital Macapá).	Cerca de 16 mil famílias distribuídas pelos 16 municípios do Estado do Amapá.

Fonte: BRASIL, 2010; FEITOZA, 2010; GEA, 2010.

No que se refere aos valores monetários de transferência, os dois programas apresentam uma relativa diferenciação financeira. Identifica-se pelo quadro 2 que, no PBF o valor do benefício é variável, oscilando entre R\$ 22 e R\$ 200 de acordo com a renda mensal da família (por pessoa) e com o número de crianças e adolescentes de até 17 anos. O PBF tem quatro tipos de benefícios: o básico; o variável; o variável vinculado ao adolescente; e o variável de caráter extraordinário.

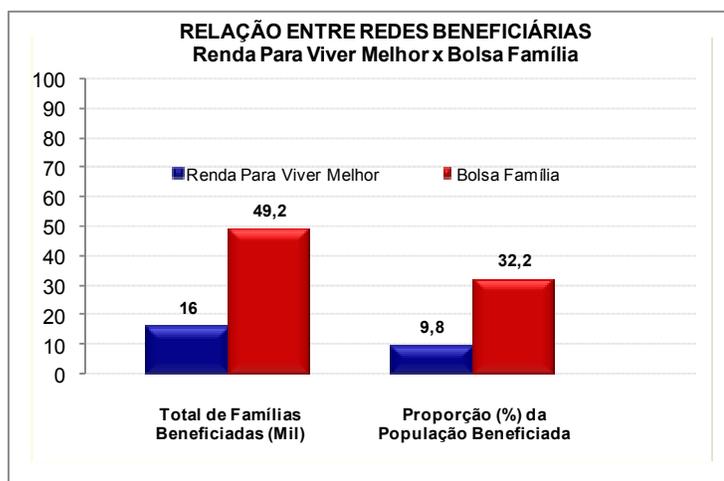
O Benefício Básico, de R\$ 68, é pago às famílias consideradas extremamente pobres, isto é, com renda mensal entre R\$ 1 e R\$ 70 por pessoa,

mesmo que elas não tenham crianças, adolescentes ou jovens. O Benefício Variável, de R\$ 22, é pago às famílias pobres, ou seja, com renda mensal entre R\$ 70 e R\$ 140 por pessoa, desde que tenham crianças e adolescentes de até 15 anos. Cada família pode receber até três benefícios variáveis, ou seja, até R\$ 66 (BRASIL, 2010).

O Benefício Variável Vinculado ao Adolescente (BVJ), de R\$ 33, é pago a todas as famílias do Programa que tenham adolescentes de 16 e 17 anos freqüentando a escola. Cada família pode receber até dois benefícios variáveis vinculados ao adolescente, ou seja, até R\$ 66. O Benefício Variável de Caráter Extraordinário (BVCE) é pago às famílias nos casos em que a migração dos Programas Auxílio-Gás, Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Cartão Alimentação para o Bolsa Família cause perdas financeiras (BRASIL, *op.cit.*). De modo contrário, o RPVM representa um valor monetário de transferência fixado em meio salário mínimo (R\$ 235) valor que já chegou a ser de um salário, quando de sua implantação em 2005.

Há também uma grande diferenciação entre os dois programas quando se considera a Rede de Beneficiários. Enquanto que o PBF beneficia um total de 49,245 mil famílias em todo o Estado do Amapá, o PRPVM, embora esteja presente em todos os municípios do Estado, tem um alcance de apenas 16 mil famílias, conforme ilustrado no gráfico 3:

Gráfico 3- Rede de Beneficiários do PBF e do PRPVM.



Fonte: BRASIL, *op.cit.*; GEA, 2010.

Pelo gráfico 3, fica evidente a disparidade entre as Redes de Beneficiários⁴⁸ dos citados programas, em que, o PBF supera em mais de 50% a capacidade de assistência do PRPVM, seja em se tratando do atendimento a famílias ou ainda, se considerado o total proporcional da população beneficiada. Pelo número de famílias atendidas, fica expresso que o PBF alcança um quantitativo total da população amapaense de 32,2%, enquanto que o PRPVM está limitado a 9,8% da população.

Outra situação que merece destaque é a capacidade de investimento financeiro dos dois programas. Embora o PRVM tenha uma Rede de Beneficiários menor do que a do PBF, ainda assim, ele é responsável por um incremento econômico e, conseqüente, saneamento financeiro das famílias da ordem de R\$4.320.000 milhões. O PBF, por sua vez, ainda que represente uma transferência *per capita* de menor valor comparada ao PRPVM, quantifica uma transferência da ordem de R\$5.466,195 milhões, ou seja, R\$1.146,195 milhão a mais que o implemento de transferência do governo estadual.

Fica claro, portanto, que a política de TR no Amapá, considerando os incrementos do governo federal e estadual, são decisivos na própria economia local, pois juntos, o PBF e o PRPVM beneficiam 65.245 mil famílias, o que corresponde a 42% da população ou 280,84 mil pessoas no Estado (cuja população total é de 668.689 mil pessoas). Além disto, é fundamental esclarecer que a maior importância do PBF e do PRPVM é a qualificação que ambos representam no combate à fome, à pobreza e à desigualdade, já que têm conseguido garantir elementos básicos de cidadania à população como o acesso a bancos, casas comerciais com financiamento de crédito a longo prazo, ou ainda, relações comerciais de pequena escala em mercadinhos locais com crédito a curto prazo, entre outros.

Quanto aos critérios de inclusão e seleção, ambos trabalham com o indicador de renda *per capita*, *vide*, quadro 3:

Quadro 3- Demonstração Comparativa da Rede de Beneficiários e do Valor de Transferência do Bolsa Família e do Renda Para Viver Melhor.

	PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	PROGRAMA RENDA PARA VIVER MELHOR
Critérios de Inclusão	a) Famílias com renda mensal de até R\$140 por pessoa devidamente cadastradas no CadÚnico b) As famílias que possuem renda mensal entre R\$ 70,01 e R\$ 140,00, só ingressam no Programa se possuírem crianças ou adolescentes de 0 a 17 anos. Já as famílias com renda mensal	a) Famílias com filhos em idade de zero a 12 anos e/ou adolescentes na idade entre 12 e 14 anos, que estejam regularmente matriculados na rede pública de ensino oficial ou em programas de educação. A renda familiar deverá ser de até um salário mínimo vigente no país, ou sua

⁴⁸ Famílias que recebem a Transferência de Renda.

	de até R\$ 70,00 por pessoa, podem participar do Bolsa Família - qualquer que seja a idade dos membros da família.	renda <i>per capita</i> deve ser de 25% desse salário para que possa receber este benefício.
Critério de Seleção	Renda <i>per capita</i> da família. As informações inseridas por cada município no CadÚnico.	Renda <i>per capita</i> da família. A família deverá morar no Estado há, no mínimo, 3 anos consecutivos comprovado em documentos, e não receber outro benefício de garantia de renda mínima do Governo Estadual ou Federal.

Fonte: BRASIL, 2010; FEITOZA, 2010; GEA, 2010.

Na referência do critério de seleção dos programas, o PBF tem sua base no banco de dados do CadÚnico inseridas por cada município, enquanto que o PRPVM tem uma exigência de seleção atrelada ao tempo de moradia da família no Estado, mínima de 3 anos, visto que no Amapá o processo de imigração ainda é intenso e constante.

Como ferramenta principal do cadastramento e seleção da Rede de Beneficiários do PBF, o CadÚnico é regulamentado pelo decreto nº 6.135/07 e coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), tendo a função de identificar e caracterizar as condições socioeconômicas das famílias cadastradas, com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa ou de três salários mínimos no total. Atualmente, o CadÚnico conta com mais de 19 milhões de famílias inscritas e seu banco de dados fica a disposição do poder público para formular e implementar políticas específicas, que possam contribuir para a redução das vulnerabilidades sociais da população brasileira (BRASIL, *op.cit.*; FEITOZA, *op.cit.*).

Por se tratarem de programas condicionados de TR, tanto o PBF quanto o PRPVM, apresentam condições específicas para o acesso ao benefício. Essas condicionalidades, em ambos os casos, estão voltadas para o cumprimento de deveres relacionados com a saúde e a educação das famílias (direta ou indiretamente). As condicionalidades a esse respeito são:

- Programa Bolsa Família: as famílias se comprometem a manter suas crianças e adolescentes em idade escolar freqüentando a escola; ao retorno de adultos analfabetos à escola; a cumprir os cuidados básicos em saúde, como vacinação para crianças de 0 a 6 anos, e a agenda pré e pós-natal para gestantes e mães em amamentação. Também, devem

todas as famílias participar de ações oferecidas pelo governo (BRASIL, 2010);

- Programa Renda Para Viver Melhor: as famílias devem manter os filhos de zero a 15 anos regularmente matriculados e freqüentando a sala de aula na rede pública de ensino e morar em qualquer município do Estado há pelo menos 3 três anos; devem apresentar os cuidados básicos de saúde, como a vacinação para crianças de 0 a 5 anos; e, obrigatoriamente, devem participar de cursos, oficinas, projetos e reuniões de acompanhamento e avaliação inerentes ao programa (GEA, 2010).

No tocante ao acompanhamento do cumprimento das condicionalidades, a responsabilidade pelo programa federal PBF fica a cargo dos municípios que repassam as informações ao MDS. Com o programa estadual PRPVM, esse acompanhamento é realizado diretamente pela Secretária de Inclusão e Mobilização Social do Estado- SIMS.

Os objetivos fundamentais do PBF e do PRPVM seguem o mesmo padrão, em que:

- O Programa Bolsa Família visa: assegurar o direito humano à alimentação adequada, promovendo a segurança alimentar e nutricional e contribuindo para a erradicação da extrema pobreza e para a conquista da cidadania pela parcela da população mais vulnerável à fome (BRASIL, *op.cit.*);
- O Programa Renda Para Viver Melhor visa: garantir renda mínima às famílias do Estado do Amapá em situação de pobreza, proporcionando assim uma melhor qualidade de vida (GEA, *op.cit.*).

Através da concessão de auxílio financeiro, tanto o Programa Bolsa Família quanto o Programa Renda Para Viver Melhor, ambicionam sanar as necessidades básicas da população. Em maior escala, têm a importante missão de contribuir para a erradicação da extrema pobreza e para a conquista da cidadania plena das populações que se encontram sob o risco da situação de vulnerabilidade social.

A seguir as discussões propiciadas pelos capítulos 4 e 5 evidenciam a dinâmica da Transferência de Renda do Governo Federal (PBF) e do Governo Estadual (PRPVM) nas estratégias cotidianas do modo de vida da Comunidade Distrital do Coração (Macapá- AP).

4- COMUNIDADE DISTRITAL DO CORAÇÃO: ABORDAGENS DO MÉTODO CIENTÍFICO E DO LEVANTAMENTO SOCIOECONÔMICO

A Transferência de Renda implementada na Comunidade Distrital do Coração, município de Macapá (capital do Estado do Amapá) representa um elemento da estratégia governamental de política pública, corriqueiramente relacionada com a problemática da falta de sustentabilidade e da falta de autonomia econômica das populações de baixa renda.

Não por acaso, os indicativos que se têm dão conta de uma parcela significativa do contingente populacional da Comunidade do Coração, quer seja da população de trato urbano ou de trato rural (ambas evidenciadas no Distrito), beneficiadas com valores monetários de transferência direta de programas governamentais, seja de escala federal e/ou estadual, além de complementações de assistência social da própria administração municipal, como o auxílio de cestas básicas para alunos da rede municipal de ensino, uniforme e material escolar, entre outros.

Ao se levar em consideração os aspectos peculiares que dão forma e conteúdo diversos ao processo de Transferência de Renda na Comunidade Distrital do Coração (doravante Comunidade do Coração), sua configuração econômica, suas implicações no trato social, enfim seus reflexos no modo de vida da população, é que se admitiu a opção pela metodologia de pesquisa e composição textual que qualificam o conteúdo e os resultados investigativos do conjunto desta dissertação, conforme descrito a seguir.

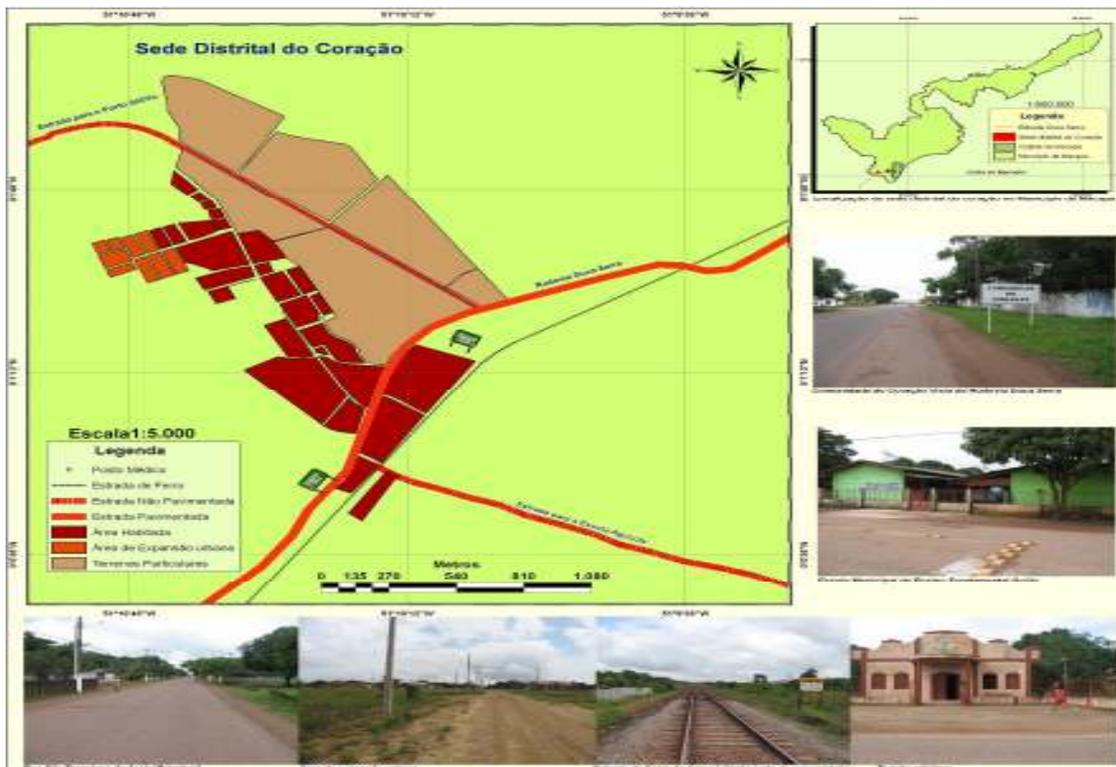
4.1- CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DO LOCAL DE ESTUDO: PRÉ-PESQUISA DE CAMPO

A Comunidade do Coração relativa a este trabalho, corresponde a um Distrito do município de Macapá situado num perímetro urbano distinto. Sua localização tem como referência uma Rodovia (Duca Serra⁴⁹), uma rede hidrográfica representada

⁴⁹Rodovia Estadual, com cerca de 16 km, que faz a ligação entre os municípios de Macapá e Santana.

pelo Rio Matapi⁵⁰, e uma Estrada de Ferro (em atividade), demonstrada na figura 1 (abaixo):

Figura 1- Mapa de Localização do Distrito do Coração.



Fonte: Reproduzido a partir de Pinto (2010).

Por sua formação histórica, a população da Comunidade tem uma forte constituição de afrodescendentes. Pinto (2010) identificou através de relatos orais que seu início se deu a cerca de 210 anos (em 1800), quando dois irmãos, Benedito e Francisco Canuto da Costa, negros fugidos que se empenhavam na construção da Fortaleza de São José de Macapá, chegaram à região, organizando em princípio uma pequena vila. Por esta razão, pequenas localidades como Porto do Céu, São José do Matapí, Vila do Valdemar e Pirativa, apresentam grande parte de suas famílias com características afrodescendentes.

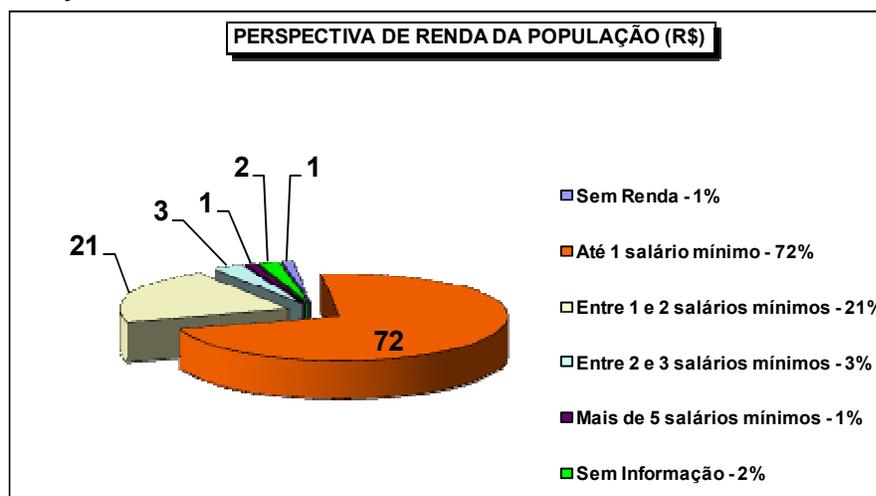
O Distrito do Coração reproduz uma dinâmica urbana recorrente no município de Macapá. Enfrenta problemas relacionados ao abastecimento de água encanada, saneamento básico, coleta de lixo domiciliar, atendimento à saúde pública, entre outros.

⁵⁰Pequeno braço do Rio Amazonas, muito utilizado por empresas particulares no embarque/desembarque de cargas que chegam ao Estado do Amapá.

Uma única Unidade Básica de Saúde está construída, sendo a mesma, responsável pelo atendimento de toda a demanda do distrito. Enquanto o serviço esteve suspenso, para os casos de urgência e/ou emergência, a população precisava recorrer a outras unidades de atendimento localizadas na cidade de Macapá. Quanto à Educação, o mesmo conta em seu núcleo urbano com apenas duas unidades escolares fazendo atendimento apenas à Educação Infantil e ao Ensino Fundamental.

A população total da Comunidade do Coração (área urbana e rural), segundo dados do IBGE é de aproximadamente 3.500 habitantes, num equivalente a 1.200 famílias. A perspectiva de renda no Distrito é extremamente baixa, principalmente ao se considerar o fato de que muitas das atividades de prestação de serviços correspondem a trabalhos informais e/ou manuais ou domésticos, de acordo com o registrado no gráfico 4:

Gráfico 4- Indicativo da Perspectiva de Renda na Comunidade do Distrito do Coração.



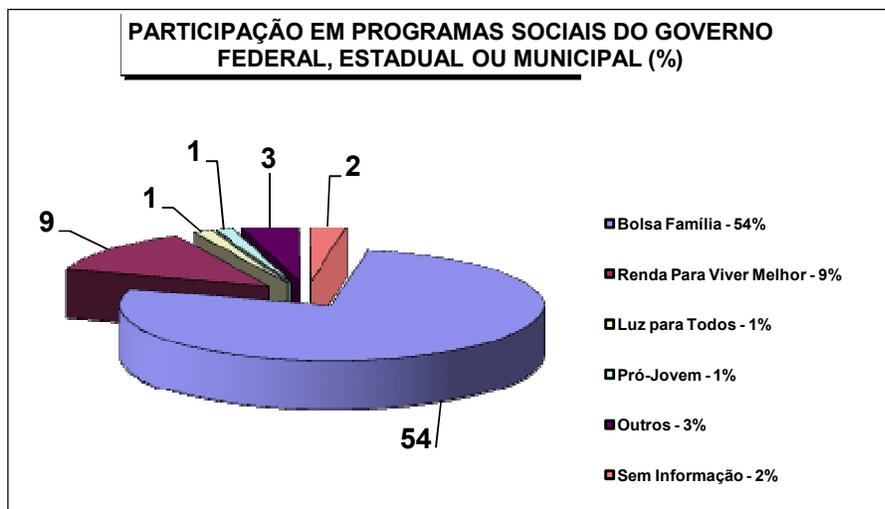
Fonte: Reproduzido a partir de Pinto (2010).

Com valores bastante reduzidos de renda por família, o gráfico 1 identifica que 72% (864) das famílias da Comunidade subsistem com uma renda mensal de no máximo 1 salário mínimo (estimado à época da pesquisa/fevereiro de 2010, em R\$ 510). Outras cerca de 21% (253) das famílias recebem entre 1 e 2 salários mínimos mensais. Relata-se ainda, que certa parte do valor da renda está caracterizada como recebimento de recursos de programa de transferência de renda federal ou estadual.

Em função da fragilidade econômica da população do Distrital do Coração, boa parte das famílias lá residentes encontram-se subsidiadas por algum programa

de assistência social, seja do governo federal, do governo estadual do Amapá ou municipal de Macapá, assim demonstrado no gráfico 5 a seguir:

Gráfico 5- População da Comunidade do Distrito do Coração Inserida em Programas Assistenciais.



Fonte: Reproduzido a partir de Pinto (2010).

Como se identifica, boa parte da população caracterizada neste estudo encontra-se beneficiada por Transferência de Renda direta, seja do governo federal ou estadual. Estima-se que 54% (1.890 pessoas) da população seja beneficiada com recursos do Programa Bolsa Família, e, 9% (315 pessoas) do Programa Renda para Viver Melhor.

Os estudos iniciais demonstraram que pelas condicionalidades presentes tanto no PBF quanto no PRPVM, a população está sujeita a optar pela participação em apenas um dos dois programas, sendo portanto, vedada a acumulação concomitante de benefícios de PTR's. Acrescenta-se que o programa estadual, embora de maior valor, ainda é visto com um ar de fragilidade governamental, e por isso, na Comunidade do Coração a relação de segurança e confiança depositada no PBF supera, em muito, o PRPVM.

A partir do contato inicial com o cenário e com os sujeitos envolvidos no fenômeno deste estudo, o procedimento seguinte foi definir o método mais adequado para abordagem e tratamento de dados, bem como, os procedimentos metodológicos que melhor poderiam satisfazer as demandas apresentadas ao campo, tanto quanto, ao conjunto teórico-prático do trabalho. Por tal razão, a estratégia de pesquisa foi montada baseada nos fundamentos científicos apresentados no item 4.2.

4.2- FUNDAMENTO CIENTÍFICO DA PESQUISA

De natureza quantitativa/qualitativa o método escolhido para realização da pesquisa de campo e composição do texto dissertativo representa o elemento que referenciou tanto o tratamento das fontes selecionadas, quanto a produção de resultados. Esta opção de partida foi feita considerando a necessidade de quantificar dados estatísticos, tanto quanto relacioná-los às inferências e às interpretações da análise subjetiva do fenômeno estudado.

Entende-se que a utilização do método quantitativo/qualitativo possibilita à pesquisa e ao pesquisador uma abordagem mais completa na análise dos dados, enriquecendo as possibilidades interpretativas, tanto pela objetivação quanto pela subjetivação sistemática das fontes. Vale ressaltar que, como bem esclarece Santos Filho (1986, p.51), “[...] os métodos quantitativos e qualitativos não são incompatíveis; pelo contrário, estão imbricados e, portanto, podem ser usados pelos pesquisadores sem caírem na contradição epistemológica [...]”, não são, portanto disformes entre si, mais, complementares.

Se por um lado “[...]a pesquisa quantitativa busca explicar as causas das mudanças nos fatos sociais, principalmente por meio de medidas objetivas [...]” (SANTOS FILHO, *op. cit.*, p.42), a vertente qualitativa prioriza a interpretação, ou a busca de significado, isto é, a busca da “[...]compreensão ou interpretação do fenômeno social, com base nas perspectivas dos atores sociais por meio da participação em suas vidas” (SANTOS FILHO, *op. cit.*, pp.42 e 43).

Tão logo, fica destacado que a associação entre as análises quantitativa e qualitativa confiabilizou tanto a obtenção e interpretação de dados estatísticos na ocorrência do fenômeno, quanto possibilitou a identificação dos elementos que tem favorecido a configuração dinâmica do mesmo. Assim, os resultados dispostos nesta dissertação estão assinalados como explicativo/descritivos, uma vez que sua objetivação pressupõe a caracterização, do fenômeno (objeto da pesquisa), identifica os elementos que permeiam sua configuração e descreve sua dinâmica reprodutiva (MARCONI; LAKATOS, 2006).

É válido assinalar que a efetiva pesquisa de campo realizada entre setembro e outubro de 2010, possibilitou uma coleta *in natura* de informações, as quais serão discutidas mais adiante na apresentação dos resultados e tratamento de dados.

Antes disso, ressalta-se a importância de justificar a preferência pelas três matrizes de fontes que compõem o conjunto de estudo da dissertação.

4.2.1- Análise de Documento

A opção por esta abordagem fundamentou-se nas considerações feitas por Ludke e André (1986), que, citando Guba e Lincoln (1981), defendem o uso do documento exaltando sua importância para a compreensão contextual da natureza do fenômeno estudado. Por esta razão, os autores afirmam que, seja qual for o método de investigação escolhido para abordagem da pesquisa, a fonte documental é prerrogativa básica para a construção do cenário em que o fenômeno acontece, assim como, para se analisar suas relações com processos externos ao mesmo.

Nesta perspectiva, procedeu-se uma seleção de documentos (leis, decretos, ofícios, relatórios, fotografias, etc.), sistematizados e analisados a partir da compreensão de que “[...] *um documento não é restrito a uma leitura única e harmoniosa. Pelo contrário é sempre aberto a re-leituras, não um objeto para consumo passivo, mas um objeto a ser trabalhado pelo pesquisador para produzir sentidos*” (SHIROMA; CAMPOS; GARCIA, 2005, p.427).

4.2.2- Análise de Discurso na História Oral

A escolha deste modo de interpretação das construções orais (estejam estas verbalizadas ou compiladas em fragmentos da fala) justifica-se, pelo entendimento de que a apreensão *in natura* dos discursos proferidos pelos atores locais e, demais sujeitos informantes da pesquisa, possibilitaria uma melhor compreensão das intencionalidades e das subjetividades presentes em tais falas. Por outro lado, também pela análise do discurso, foi possível identificar a relação de pertencimento e a projeção/deturpação da realidade com que os atores sociais se colocam em seus próprios pronunciamentos.

Admite-se ainda que, os atores sociais em suas interlocuções e articulações ganham movimentos, não sendo, portanto, meros processadores de informações, ou simples repositórios de ideologias e crenças coletivas. São na prática cotidiana, pensadores ativos (MONTENEGRO, 2001; PINSKY, 2005).

Nessa abordagem, “[...] o desafio crucial é construir interpretações, sem jamais neutralizá-las” (PÊCHELX, 1998, p.55). De tal modo, a lógica analítica, estimulou uma discussão técnica pautada em: narrativa/conteúdo argumento/justificativa do enredo, intencionalidade (projeção/deturpação da/na realidade) e subjetividade (sons, emoções, reações), dentre outros (DIJK, 2008).

4.2.3- Levantamento Técnico

Alocado no trabalho por possibilitar a obtenção de informações gerais dos aspectos socioeconômicos acerca do cotidiano da Comunidade sujeito da pesquisa. Tratando-se de um quantitativo de informantes extenso, optou-se pelo trabalho com amostragem simples: na razão de 10% do total de 1200 famílias, com variação de 1 para cada 4 unidades residenciais.

Deste modo foram produzidos dados estatísticos primários, isto é, não se aplicou ao mesmo a estatística multivariada com aporte da probabilidade, posto que, o parâmetro de qualificação e comparação esteve entre os sujeitos, não se considerando o isolamento de variáveis para uma mesma inferência (SOUSA; SILVA, 2003). Tal instrumento garantiu um melhor conhecimento quanto à diferenciação e dimensão do processo estudado, sendo, portanto, um levantamento técnico simplificado que caracteriza o cotidiano socioeconômico da Comunidade do Coração.

Considerando-se essas três categorias de fontes, o instrumental da pesquisa contou com:

- **Questionário de perguntas fechadas** (apêndice A)- utilizado para obtenção de dados estatísticos, que possibilitou uma visão geral da realidade da comunidade pesquisada. Foram abordadas três enquetes de informação: Identificação/Modo de Vida; Local de Residência; e Saúde da Família.
- **Roteiro de Entrevista** (apêndice B)- elencado como base da entrevista semi-estruturada por facilitar a coleta de informações subjetivas junto aos sujeitos do fenômeno. Por ele, foram trabalhados aspectos do cotidiano das famílias e a relação com a Transferência de Renda do Governo Federal e do Governo Estadual do Amapá. Além destes, também houve a composição de entrevistas com o gestor do Distrito (apêndice C), a fim de qualificar essa relação institucional no contato com os moradores da Comunidade.

- **Matriz de Observação** (apêndice D)- utilizado com o intuito de perceber/descrever o processo investigado e registrá-lo *in natura*, sabendo-se que a “[...] observação possibilita um contato pessoal e estreito do pesquisador com o fenômeno pesquisado” (LUDKE; ANDRÉ, 1986, p.26). A construção da matriz favoreceu uma visão mais aproximada do cotidiano da Comunidade, pois esta, “[...] permite também que o observador chegue mais perto da 'perspectiva dos sujeitos', um importante alvo nas abordagens qualitativas” (Id.).

A matriz de observação evidenciou elementos físicos da infraestrutura local, como áreas de lazer, escolas, postos de saúde, habitação e atividades econômicas em geral.

A prática efetiva da pesquisa de campo, além dos aspectos qualitativos sistematizados a partir da composição da matriz de observação e da execução de entrevistas, também realizou o levantamento socioeconômico da Comunidade produzindo desta forma dados que fundamentam a discussão quantitativa do estudo, conforme está indicado no próximo item.

4.3- METODOLOGIA DO LEVANTAMENTO SOCIOECONÔMICO

A opção por realizar um levantamento socioeconômico como metodologia fundamental no conjunto da pesquisa de campo e da composição dissertativa se fez pelas circunstâncias da exigüidade de fontes, informações e dados concernentes ao objeto de pesquisa em questão (Transferência de Renda: Bolsa Família e Renda Para Viver Melhor) e, a própria discussão sobre Transferência de Renda e sua relação nas Comunidades onde esta se insere.

De tal modo, acabou sendo imperativa a produção de dados que garantissem a abordagem científica do fenômeno evidenciado no local de estudo. E, por se tratar de um trabalho quanti-qualitativo, entendeu-se que a análise do fenômeno dependia de informações concretas que subsidiassem o trato investigativo, partindo de indicações diretas de traços objetivos da população, para a partir disso, discutir suas implicações no modo de vida da comunidade.

Assim, executado entre os meses de setembro e outubro de 2010, o Levantamento Socioeconômico da Comunidade Distrital do Coração, foi orientado por um questionário investigativo (apêndice A), aplicado entre os moradores do perímetro urbano do Distrito, situado às margens da Rodovia Duca Serra e entre os moradores do perímetro rural, particularizando a localidade conhecida como Porto do Céu, a 8 KM do eixo rodoviário.

No aspecto operacional, os trabalhos contaram com a participação de profissionais da História, Sociologia e Pedagogia. Todavia, algumas dificuldades no aspecto logístico, assim como, algumas resistências de membros da comunidade em interagir com os pesquisadores, retardaram o desenvolvimento desta etapa de campo, condições que foram superadas durante a permanência no local de estudo sem que houvesse o comprometimento dos resultados.

Cumprida esta etapa, as ações seguintes se concentraram no tratamento das informações e imagens registradas, às quais, se determinou a sistematização em tabelas e posterior tratamento em gráficos para geração de uma base estatística simplificada, e a composição de um mosaico estratégico de imagens que esboçam os traçados do cotidiano e das relações diversas evidenciadas na Comunidade do Coração.

Na perspectiva técnica, as qualificações das informações reunidas pelo levantamento socioeconômico dispõem-se com o seguinte roteiro:

- Dados Gerais dos Informantes;
- Aspectos Gerais da Matriz Familiar;
- Condições de Saúde e Meio Sanitário;
- Aspectos da Ocupação, do Uso e da Gestão do Distrito.

4.3.1- Dados Gerais dos Informantes: identificação/modo de vida

Neste item do levantamento buscou-se registrar as informações pessoais dos entrevistados, isto é, dados da população direta que compõe o universo de 120 questionários aplicados, constituindo, portanto, informações primárias da abordagem investigativa presente. A concentração de perguntas priorizou aspectos práticos da vida privada, bem como, aquelas concernentes à relação familiar, migração e permanência no lugar, agrupadas em:

- Identificação do entrevistado: nome, sexo, idade, data de nascimento e posse de conta bancária;
- Documentos pessoais: Carteira de Identidade e de Trabalho, Cadastro de Pessoa Física e Título Eleitoral;
- Condição Civil: estado civil, escolaridade e ocupação remunerada;
- Vinculação à Comunidade: Estado de Origem e tempo de permanência na Comunidade do Coração;
- Base Populacional: número de filhos do informante e registro do quantitativo de moradores por unidade domiciliar.

De tal forma, a quantificação dos citados aspectos possibilitou a produção de dados primários, que, dispostos na tabela 2 (a seguir) apresentam uma perspectiva holística da condição socioeconômica que caracteriza os informantes diretos do levantamento. Nela, também se verifica a possibilidade de esboçar a relação desses indivíduos com seus núcleos familiares, permitindo, portanto, um estudo pautado na escala quanti-qualitativa, a partir do cruzamento de detalhes da vida prática da população, principalmente, quando se consideram questões como faixa etária e média de idade dos moradores, número de habitantes e filhos por residência, condição de trabalho e outros:

Tabela 2- Dados Gerais dos Informantes.

REGISTRO DE COMPILAÇÃO – REFERÊNCIA 01 LEVANTAMENTO SOCIOECONÔMICO DA COMUNIDADE DO DISTRITO DO CORAÇÃO (MACAPÁ/AP, SET./ OUT. DE 2010)																
C o n t a g e m	Nome do Informante	S e x o	Idade (anos)	Data Nasc.	Conta em Banco	Documentos Pessoais				Condição Civil			Vínculo		Base Populacional	
						RG	CPF	Título	Carteira de Trabalho	Estado Civil	Escolari- dade	Ocupação Remune- rada	Estado de Origem	Perma- nência no lugar (anos)	Nº de Filhos	Nº de Mora- dores na Casa
1	Patricia Narciso	F	29	19/09/81	não	sim	sim	sim	Não	União	Fund.Inc.	não	AP	1	5	6
2	Ruteleide de A. Bagundes	F	34	11/07/75	não	sim	sim	sim	Sim	Separada	Fund.Inc.	não	AP	2 a 4	7	6
3	Ane Clay Barros	F	29	17/07/81	não	sim	sim	sim	Sim	União	Fund.Inc.	não	AP	1	3	4
4	Kelly Cristina S.Campelo	F	21	19/01/89	não	sim	sim	sim	Sim	Solteira	Fund.Inc.	não	AP	5 a 10	2	10
5	Andreza Matos Pereira	M	21	11/05/89	não	sim	sim	sim	Sim	União	Fund.Inc.	não	AP	1	2	4
6	José Maria G.Farias	F	35	24/11/75	sim	sim	sim	sim	Sim	União	Méd.Com.	sim	AP	5 a 10	2	4
7	Maria Jesus Pereira	F	38	16/02/71	sim	sim	sim	sim	Sim	União	Fund.Inc.	sim	AP	2 a 4	4	2
8	Júlia Ramos Silva	F	24	01/03/86	não	sim	sim	sim	Sim	União	Fund.Inc.	não	PA	2 a 4	2	4
9	Acivalda Barbosa	F	33	11/08/77	sim	sim	sim	sim	Sim	Separada	Fund.Inc.	sim	PA	1	5	6
10	Maria Antônia Loreira	F	43	11/08/67	sim	sim	sim	sim	Sim	União	Analfabeta	sim	AP	5 a 10	6	3
11	Raimunda Conceição P.Silva	F	43	04/01/67	sim	sim	sim	sim	Não	Solteira	Analfabeta	não	MA	5 a 10	2	3
12	Raimunda Rocha	F	59	Não infor	não	sim	sim	sim	Sim	Casada	Fund.Com.	não	CE	17	2	2
13	Lanildo Lima	M	25	10/05/85	não	sim	sim	sim	Sim	Solteira	Nív. Sup.	sim	AP	1	1	4
14	Sebastião A. Soares	M	39	14/02/70	não	sim	sim	sim	Sim	Solteira	Fund.Com.	não	PA	5 a 10	4	9
15	Francisco Campos Machado	M	56	15/08/54	não	não	não	não	Não	Solteira	Analfabeta	não	PA	5 a 10	4	3
16	Roseane Pereira Silva	F	17	07/12/92	não	sim	sim	sim	Não	União	Fund.Inc.	não	PA	2 a 4	-	2
17	Jaci Assis Freitas Liarte	F	56	26/09/54	sim	sim	sim	sim	Sim	Casada	Analfabeta	não	PA	7 meses	10	8
18	Maria Alzira Pereira	F	68	13/02/42	sim	sim	sim	sim	Não	Solteira	Analfabeta	não	PA	5 a 10	10	2
19	Idenise Sousa Dias	F	36	03/03/74	não	sim	sim	sim	Sim	Solteira	Analfabeta	sim	PA	13	3	1
20	Maria Eliane F. Barros	F	37	13/03/73	não	sim	sim	sim	Não	União	Analfabeta	não	RN	2 a 4	7	4
21	Adeide Costa Souza	F	21	12/03/89	não	sim	sim	sim	Sim	Solteira	Méd.Inc.	não	PA	5 a 10	2	7
22	Edivalda Sousa Dias	F	24	12/03/86	não	sim	sim	sim	Sim	Solteira	Fund.Inc.	sim	PA	5 a 10	3	4

23	Erenilda Nunes Jesus	F	20	22/05/90	não	sim	sim	sim	Sim	Casada	Fund.Inc.	não	AP	2 a 4	1	3
24	Daniele Sousa Borges	F	19	19/10/91	não	sim	sim	sim	Sim	União	Fund.Inc.	não	PA	10	1	9
25	Markely Bahia	F	25	26/07/86	não	sim	sim	sim	Sim	União	Fund.Inc.	não	AP	5 a 10	3	5
26	Vanilda D. Furtado	F	29	Não infor	não	sim	sim	sim	sim	Casada	Fund.Inc.	não	PA	5 a 10	3	5
27	Margarida Correa	F	60	04/05/50	não	sim	sim	sim	sim	Casada	Fund.Inc.	não	AP	30	7	5
28	Cátia Cilene M. Mancedo	F	29	16/06/81	não	sim	sim	sim	sim	União	Fund.Inc.	não	PA	1	7	9
29	Maria Helena Silva	F	25	06/05/85	não	sim	sim	sim	sim	União	Fund.Inc.	não	PA	4 meses	2	4
30	Edilmara Silva Lopés	F	24	02/02/86	não	sim	sim	sim	sim	Casada	Fund.Inc.	não	PA	1	3	5
31	Marcia Silva Pantoja	F	26	09/01/84	não	sim	sim	sim	sim	Casada	Méd.Com.	sim	AP	5 a 10	3	5
32	Paulo Sérgio Alves	M	52	03/03/58	sim	sim	sim	sim	sim	Casado	Niv.Sup.	sim	AP	5-10	1	4
33	Sinai Miranda Silva	F	26	11/02/84	não	sim	sim	sim	sim	Solteiro	Méd.Inc.	não	AP	2	5	6
34	Abel Oliveira Nobre	M	65	03/11/45	sim	sim	sim	sim	sim	Casado	Analfabeta	sim	PA	30	12	7
35	Ivaldete Duarte	F	41	27/10/68	não	sim	sim	sim	sim	Solteira	Méd.Com.	sim	PA	6	2	4
36	Milena Sousa Costa	F	21	26/04/89	não	sim	sim	sim	sim	Solteira	Méd.Com.	não	PA	5 a 10	1	11
37	Lucimar Silva Dias	F	48	03/05/62	sim	sim	sim	sim	sim	Solteira	Fund.Inc.	sim	AP	+30	6	3
38	Angélica Martins Sousa	F	38	27/04/82	não	sim	sim	sim	sim	União	Méd.Com.	não	PA	5-10	2	4
39	Luiza Santos Silva	F	73	22/11/36	sim	sim	sim	sim	sim	Viúva	Fund.Inc.	sim	AP	+30	8	1
40	Eliana Costa baia	F	25	30/08/85	não	sim	sim	sim	sim	União	Fund.Inc.	não	AP	2-	3	4
41	Delcivânia N.Dias	F	33	08/11/76	não	sim	sim	sim	sim	Solteira	Méd.Com.	não	PA	2-4	-	6
42	Tatiana C. Vitória	F	34	26/04/76	sim	sim	sim	sim	sim	Solteira	Niv.Sup.	sim	RGN	5-10	2	4
43	Maria de Nazaré Silva	F	38	14/04/72	não	sim	sim	sim	sim	Solteira	Fund.Inc.	não	AP	5-10	6	7
44	Jaci Rosa Silva	F	18	24/01/92	não	sim	sim	não	não	Solteira	Méd.Inc.	não	AP	2-4	-	2
45	Josué Farias Araújo	M	19	02/09/91	sim	sim	sim	sim	sim	União	Méd.Inc.	sim	PI	5-10	-	8
46	Sebastião Alves Soares	M	39	14/12/70	não	sim	sim	sim	sim	União	Fund.Com.	sim	PA	2-4	7	9
47	Elizângela B. Pereira	F	28	05/09/82	sim	sim	sim	sim	sim	União	Méd.Inc.	não	PA	5-10	2	4
48	Diane Elizabeth Alves	F	26	31/07/84	não	sim	sim	sim	sim	União	Méd.Inc.	não	PA	1	2	4
49	Simone J. G. Pimentel	F	27	10/10/83	sim	sim	sim	sim	sim	Casada	Méd.Com.	sim	AP	1	1	5
50	Francinete P.Gomes	F	27	19/06/83	não	sim	sim	sim	sim	União	Fun.Com.	não	PA	5-10	1	3
51	Selma B. Gonçalves	F	34	19/08/76	sim	sim	sim	sim	sim	União	Méd.Com.	não	PA	1	3	4

52	Nazaré Vieira Guedes	F	19	27/09/91	não	sim	sim	sim	não	Solteiro	Méd.Com.	não	AP	5-10	-	4
53	José Ilson P.Silva	M	42	10/09/68	não	sim	sim	sim	sim	Casado	Méd.Com.	sim	AP	5-10	2	6
54	Nilda Nunes de Jesus	F	26	24/01/83	não	sim	sim	sim	sim	União	Fund.Inc.	não	AP	5-10	5	6
55	Raimundo Reinaldo Junior	M	25	06/02/85	não	sim	sim	sim	sim	União	Fund.Inc.	sim	PA	5-10	-	5
56	Cleia Barbosa Trindade	F	19	14/11/88	não	sim	sim	sim	sim	Solteira	Fund.Inc.	não	PA	5-10	-	5
57	Ingli N.Amaral Flexa	F	19	23/03/91	não	sim	sim	sim	não	Solteira	Méd.Com.	não	AP	19	-	6
58	Getúlio Carvalho Maciel	M	72	21/05/38	sim	sim	sim	sim	sim	Casada	Fund.Inc.	sim	PA	5-10	6	3
59	Maria Macelina S.Costa	F	51	30/06/58	não	sim	sim	sim	sim	Viúva	Fund.Inc.	não	AP	12	8	7
60	Jamile Santos Pinheiro	F	21	02/08/89	não	sim	sim	sim	sim	Solteira	Fund.Inc.	não	PA	5-10	1	3
61	Gernecy Santos S.Souza	F	32	24/04/78	não	sim	sim	sim	sim	Casada	Fund.Com.	não	PA	5-10	6	10
62	Rosalina Santos Costa	F	75	17/01/35	não	sim	sim	sim	sim	Viúva	Fund.Inc.	não	PA	16	5	2
63	Maria Raimunda M.Costa	F	34	16/11/75	sim	sim	sim	sim	sim	Casada	Fund.Inc.	sim	PA	11	3	5
64	Mauricio Campos dos Reis	M	26	30/04/84	sim	sim	sim	sim	sim	Solteira	Méd.Com.	não	PA	5-10	-	7
65	Rutycleide Silva Flexa	F	42	14/08/68	sim	sim	sim	sim	sim	Casada	Niv.Sup.	sim	AP	25	5	4
66	Livanete Ferreira	F	38	15/07/72	não	sim	sim	sim	sim	União	Fund.Inc.	não	PA	5-10	7	7
67	Júlia Silva Gonçalves	F	39	07/07/71	não	sim	sim	sim	sim	União	Fund.Com.	sim	PA	2-4	3	5
68	Dulcikeli F. de Sousa	F	19	19/11/90	não	sim	sim	sim	sim	Casada	Méd.Com.	não	AP	20	1	5
69	Lucas Miranda dos Santos	M	16	17/04/94	não	sim	não	não	não	Solteiro	Méd.Inc.	não	PA	2-4	-	6
70	Sérgio Júnior	M	31	07/05/79	sim	sim	sim	sim	sim	Solteiro	Méd.Com.	não	PA	5-10	1	9
71	Maria José M.Santos	F	44	Não inform.	não	sim	sim	sim	sim	União	Fund.Inc.	não	AP	5-10	4	6
72	Adriano Brasão Pantoja	M	19	18/03/91	não	sim	sim	sim	sim	Casado	Méd.Inc.	sim	AP	1	-	9
73	Everton Uchoa Andrade	M	28	10/10/82	sim	sim	sim	sim	sim	Casado	Méd.Com.	sim	AP	2-4	3	5
74	Josi Ferreira	F	26	19/03/84	não	sim	sim	sim	sim	União	Fund.Inc.	não	PA	1	4	6
75	Carlos Renee S.Silva	M	30	08/03/80	não	sim	sim	sim	sim	União	Méd.Com.	sim	AP	2-4	4	6
76	Irene F.Nascimento	F	30	10/01/80	não	sim	sim	sim	sim	União	Fund.Inc.	não	AP	5-10	3	4
77	André Mesquita Silva	M	29	24/12/80	sim	sim	sim	sim	sim	Casado	Niv. Sup.	sim	AP	2-4	1	2
78	Maricleuma C. Araújo	F	31	21/09/79	não	sim	sim	sim	sim	União	Méd.Inc.	não	PA	2-4	5	5
79	Milena C.Silva Barros	F	30	23/01/80	não	sim	sim	sim	sim	Solteira	Fund.Com.	não	AP	+30	2	5
80	Cristina Silva da Silva	F	24	02/10/86	não	sim	sim	sim	não	União	Fund.Inc.	não	PA	5-10	1	3

81	Socorro Freitas	F	48	17/01/62	sim	sim	sim	sim	sim	Casada	Fund.Inc.	sim	PA	1	2	2
82	Eliel S.de Jesus	M	37	12/11/72	sim	sim	sim	sim	sim	Casado	Niv. Sup.	sim	PA	5-10	1	3
83	Rita do S.Cardoso	F	35	02/03/75	não	sim	sim	sim	sim	União	Fund.Inc.	sim	AP	2-4	5	7
84	Elizete F.Guedes	F	25	23/03/85	não	sim	não	não	não	União	Analfabeta	não	AP	1	5	6
85	Sônia Martins Souza	F	23	05/12/86	não	sim	sim	sim	sim	União	Méd.Com.	não	PA	5-10	2	5
86	Maria de Lourdes S.Silva	F	42	28/10/67	sim	sim	sim	sim	sim	Solteira	Méd.Com.	não	AP	2-4	4	5
87	Benedito Correa Borges	M	57	_	não	sim	sim	sim	sim	Viúvo	Méd.Inc.	sim	PA	1	7	3
88	Marlene Silva Santos	F	40	04/12/69	não	sim	sim	sim	sim	Casada	Fund.Inc.	sim	AP	+30	5	10
89	Josivaldo Barros Costa	M	42	23/03/68	sim	sim	sim	sim	sim	Casada	Méd.Inc.	sim	AP	1	4	5
90	Mirian Campos Reis	F	39	02/07/71	sim	sim	sim	sim	sim	Casada	Méd.Com.	sim	PA	13	5	7
91	Mª da Conceição Borges	F	43	20/03/67	não	sim	sim	sim	sim	Solteiro	Méd.Inc.	não	PA	5-10	4	8
92	Liliane Costa	F	34	08/04/76	sim	sim	sim	sim	sim	Solteiro	Niv.Sup.	sim	AP	2-4	-	1
93	Valba Wami B.Lemos	F	25	21/08/85	sim	sim	sim	sim	sim	Solteiro	Méd.Com.	sim	AP	5-10	2	5
94	Aberi Amaral Flexa	M	37	08/12/72	não	sim	sim	sim	sim	Solteiro	Niv.Sup.	sim	AP	5-10	3	2
95	Lurdes B.Rosa	F	39	05/06/71	não	sim	sim	sim	sim	União	Méd.Inc.	não	AP	2-4	1	3
96	Andreza N.Dias	F	18	02/09/92	sim	sim	sim	sim	não	Solteiro	Méd.Inc.	não	AP	18	1	10
97	Jacirene B.da Costa	F	28	_	sim	sim	sim	sim	sim	Casada	Fund.Inc.	sim	AP	5-10	3	5
98	Daniele C.Araújo Souza	F	28	28/05/82	não	sim	sim	sim	sim	Solteira	Méd.Com.	sim	PA	5-10	2	3
99	Maria do Carmo Silva	F	45	07/01/65	não	sim	não	não	sim	União	Analfabeta	não	PA	5-10	3	3
100	Valdicleia Moraes	F	40	21/04/70	não	sim	sim	sim	sim	União	Fund.Inc.	não	PA	5-10	6	11
101	Mª do Socorro Amaral	F	45	02/09/65	não	sim	sim	sim	sim	Separada	Fund.Com.	não	AP	14	7	7
102	Wanderleia V. Fortunato	F	43	25/11/66	não	sim	sim	sim	não	União	Fund.Com.	sim	AP	15	4	7
103	Edileuza Freitas Lopes	F	24	05/03/86	não	sim	sim	sim	sim	União	Analfabeta	não	PA	2-4	2	8
104	Elisael Campos Reis	M	34	03/02/75	sim	sim	sim	sim	sim	Casado	Méd.Inc.	sim	PA	2-4	1	3
105	Marly dos Santos Silva	F	42	09/01/68	sim	sim	sim	sim	sim	União	Fund.Inc.	sim	AP	5 meses	6	7
106	José Ilson P.da Silva	M	42	10/09/68	sim	sim	sim	sim	sim	Casado	Méd.Com.	sim	AP	15	2	5
107	Benjamim Ferreira Cortes	M	41	29/09/69	não	sim	sim	sim	sim	Casado	Fund.Com.	sim	PA	2-4	2	5
108	Mirian Soraia Cardoso	F	19	25/02/91	não	sim	sim	sim	sim	União	Analfabeta	não	AP	2-4	2	4
109	Juliana Araújo Moraes	F	40	28/09/71	sim	sim	sim	sim	sim	União	Fund.Inc.	não	PA	20	2	8

110	Raimundo Silva Costa	M	55	02/10/55	não	sim	sim	sim	sim	União	Fund.Inc.	sim	AP	22	6	8
111	Jucinete Jesus	F	24	09/10/86	sim	sim	sim	sim	sim	Solteira	Méd.Com.	sim	AP	5-10	2	7
112	Therezinha B.P.Daltro	F	55	11/09/55	não	sim	sim	sim	sim	Viúva	Fund.Com.	sim	RJ	+ 20	3	4
113	Rosinete Jesus Costa	F	30	30/10/79	sim	sim	sim	sim	sim	União	Méd.Com.	sim	AP	16	3	5
114	José Joni F. Sousa	M	44	24/12/65	sim	sim	sim	sim	sim	Casado	Fund.Com.	sim	PA	+50	4	6
115	Antônia Gomes Silva	F	65	04/09/45	sim	sim	sim	sim	sim	Casado	Fund.Inc.	sim	AP	28	7	5
116	M ^a das Dores S. Jesus	F	28	12/07/82	não	sim	sim	sim	sim	Solteira	Fund.Com.	sim	AP	+30	3	9
117	Diane de Sousa	F	31	10/02/79	sim	sim	sim	sim	sim	União	Méd.Com.	sim	PA	13	3	5
118	Ana Célia S.Jesus	F	35	13/02/75	não	sim	sim	sim	sim	União	Fund.Inc.	não	AP	35	6	8
119	Ingrid C. da Penha	F	16	21/03/94	não	sim	não	não	não	Solteira	Fund.Com.	não	AP	2-4	-	8
120	Mary Monteiro Sousa	F	17	não	sim	sim	sim	sim	não	Solteira	Méd.Inc.	não	PA	1	-	6

Fonte: Autora (Pesquisa de Campo).

4.3.2- Aspectos Gerais da Matriz Familiar e Composição de Renda

No que se refere à matriz familiar, buscou-se focar informações que dão conta do perfil dinâmico das famílias. Assim, a caracterização do modo de vida nesta etapa do levantamento está destacada pela população total que representa o universo indireto da pesquisa, isto é, corresponde a extensão familiar dos moradores que responderam ao questionário como informantes diretos.

Destaca-se que, considerando a aplicação de 120 questionários diretos (no perímetro de influência urbana e rural), o mesmo número corresponde ao quantitativo total de famílias envolvidas na pesquisa, ou seja, 120 famílias, que reúnem 633 participantes, entre diretos e indiretos. Ressalta-se que a população total do Distrito está estimada em 3.500 indivíduos (PINTO, 2010), portanto, a amostragem da pesquisa representa 18% do universo populacional, na seguinte relação:

Figura 2- Esboço Dinâmico da Amostragem Validada no Levantamento Socioeconômico da Comunidade do Distrito do Coração- pesquisa de campo realizada entre setembro e outubro de 2010.



Fonte: Proposição da Autora.

As inferências sobre a dinâmica e características básicas das famílias presentes no Coração estiveram baseadas em três grupos de informações:

- Comportamento Cultural: religião, definição em comunidade típica, meio de comunicação preferencial e prioridade em programas de televisão;
- Padrão Social: posse de aparelhos domésticos, motivo de migração para o Distrito e condições de mobilidade urbana;

- Base Alimentar: via preferencial para aquisição de alimentos, quantidade de refeições diárias e principais tipos de alimentos consumidos.

Com referência nos citados aspectos familiares, as informações foram gerenciadas de modo a formatar a tabela 3 dos resultados do levantamento, conforme se demonstra abaixo:

Tabela 3- Aspectos Gerais da Matriz Familiar.

REGISTRO DE COMPILAÇÃO – REFERÊNCIA 02 LEVANTAMENTO SOCIOECONÔMICO DA COMUNIDADE DO DISTRITO DO CORAÇÃO (MACAPÁ/AP, (SET./ OUT. DE 2010)									
Religião		Meio de Comunicação/Informação mais usado		Preferência na Tv		Posse de Aparelhos Domésticos		Locomoção /Mobilidade mais usado	
Católica	78	Telejornal	93	Jornais	61	Televisão	116	Ônibus	70
Assem. de Deus	30	Rádio	19	Novelas	40	Geladeira	112	Bicicleta	29
Adventista	3	Jornal	5	Artistas	1	Fogão	111	Moto	9
Culto-Afro	1	Revista	1	Filmes	12	Ventilador	108	Carro Próp.	11
Outros	8	Internet	2	Educativo	6	Ap. DVD	86	Lotação	1
						Ap.Som	34	Embarcação	0
						Ar Condiçon.	12		
						Computador	18		
						Microondas	14		
Via mais comum de aquisição de alimentos		Refeições Diárias		Base Alimentar		Motivo de Migração		Em que Comunidade Típica se Define	
Merc. Local	70	Uma	2	Bolacha / Pão	103	Trabalho	34	Quilombola	41
Supermercado	41	Duas	16	Laticíneos	86	Educação	4	Ribeirinho	15
Feira	9	Três	102	Feijão	96	Saúde	7	Caboclo	11
Trocas	0			Farinha	98	Viver Melhor	52	Migrante	28
Outros	0			Açaí	70	Outros	23	Outros	25
				Legumes	74				
				Peixe	76				
				C. Bovina	88				
				Frango	95				

Fonte: Autora (Pesquisa de Campo).

Na compilação acima, vê-se que a matriz familiar dos informantes do levantamento representa características do trato socioeconômico que qualifica o modo de vida na Comunidade. Demonstrando hábitos e comportamentos, a tabela 3 também traz elementos que revelam a forte perspectiva urbana dessa população.

Quanto à composição de renda tabela 4 foram enfocadas três questões

complementares:

- Referência do número de pessoas na família vinculadas com qualquer tipo de atividade remunerada;
- Famílias com complementação de renda por Programas de Transferência de Renda do Governo Estadual e/ou Federal;
- Estimativa Média de Renda Mensal na Família.

Tabela 4- Aspectos Gerais da Renda Familiar dos Moradores da Comunidade.

REGISTRO DE COMPILAÇÃO – REFERÊNCIA 03 LEVANTAMENTO SOCIOECONÔMICO DA COMUNIDADE DO DISTRITO DO CORAÇÃO (MACAPÁ/AP, (SET./ OUT. DE 2010)					
Número de Pessoas na Família com Atividade Remunerada		Famílias com Assistência Governamental de Transferência de Renda		Estimativa de Renda na Família (R\$)	
Um Familiar	59	Renda Para Viver Melhor (Estadual-Amapá)	20	270-540	54
Dois Familiares	33	Bolsa Família (Federal)	42	540-810	26
Três Familiares	9	Renda e Bolsa (simultaneamente)	17	810-1080	16
Quatro Familiares	2	Outros Programas de Transferência	9	1080-1620	11
Nenhum	17	Não recebem	32	Mais de 1800	10
				Menos de 270	3

Fonte: Autora (Pesquisa de Campo).

Pela compilação da tabela 4 visualiza-se a fragilidade com que a renda das famílias envolvidas no levantamento socioeconômico está composta, principalmente, quando se relaciona o baixo quantitativo de familiares envolvidos com atividades remuneradas e o quantitativo de famílias que tem sua renda, exclusivamente, gerada em função de Transferência de Renda Governamental ou complementada por ela.

4.3.3- Condições de Saúde e Meio Sanitário

Quanto à evidenciação das questões relacionadas (direta e/ou indiretamente) à saúde no perímetro de abordagem do levantamento, as interrogativas feitas aos informantes obedeceram a dois grupos de classificação de fatores julgados importantes à quanti-qualificação do modo de vida da Comunidade, são eles:

- Água e Condições Sanitárias: abastecimento de água, produção de resíduos domésticos, coleta de dejetos humanos e limpeza pública;
- Saúde da Família: enfermidades comuns, acesso/utilização de serviços públicos, regularidade na execução de exames médicos e uso de serviço odontológico.

A tabela 5 abaixo mostra o conjunto numérico das informações geradas a partir do questionário de campo, acerca da saúde dos moradores:

Tabela 5- Condições de Saúde e Meio Sanitário dos Moradores.

REGISTRO DE COMPILAÇÃO – REFERÊNCIA 04 LEVANTAMENTO SOCIOECONÔMICO DA COMUNIDADE DO DISTRITO DO CORAÇÃO (MACAPÁ/AP, (SET./ OUT. DE 2010)							
Coleta de Dejetos		Resíduos Domésticos		Limpeza Pública na Comunidade		Abastecimento de Água	
Fossa Séptica	92	Coleta Pública	91	Permanente	30	Público	57
Fossa Negra	12	Despejo em Área Aberta	2	Esporádica	43	Poço Amazonas	41
Fossa Aberta	16	Queimado	27	Inexistente	47	Poço Artesiano	22
Enfermidades		Utilização de Saúde Pública		Regularidade em Exames Médicos		Uso de Serviço Odontológico	
Dengue	27	Hospital	27	sim	86	1 vez	33
Malária	32	Posto de Saúde	75	não	34	2 a 4 vezes	24
Sarampo	7	Farmácia Popular	5			Freqüente	38
Catapora	8	Exames	9			Nunca	25
Diarréia	21	Nenhum	4				
Verminose	15						
Diabetes	10						

Fonte: Autora (Pesquisa de Campo).

A partir da tabela 5 é possível perceber graves fatores de precariedade da vida sanitária e da saúde da população investigada. Nota-se também que a disponibilização de serviços públicos básicos, premissa da condição urbana e/ou rural representa omissão sistemática na Comunidade do Coração. Lá, as estratégias do cotidiano são em grande parte a única saída para o saneamento de demandas sociais.

4.3.4- Aspectos da Ocupação, do Uso e da Gestão do Distrito do Coração

Neste último item de questões levadas à população da Comunidade do Coração, novamente há o destaque para indagações que abrangem a dinâmica de vida de toda a família. De tal forma que, houve a priorização de fatores ligados a própria presença de dada população no lugar, bem como, seu relacionamento com a estratégia pública de gestão do Distrito. Assim, dois grupos de perguntas foram montados:

- Ocupação/Usos Habitacionais: condição da moradia, tipo de habitação, condição de fixação no Distrito, consumo de energia residencial, condições da iluminação pública e percepção de violência;

- **Gestão Institucional:** relação da população com o agente distrital e participação da comunidade nas decisões administrativas do Distrito.

Pela tabela 5 abaixo relacionada, fica demonstrado o padrão de afirmativas desenhado pelas indicações dos moradores sobre os aspectos dos arranjos e/ou estratégias utilizadas em seu processo cotidiano de ocupação e uso do Distrito do Coração:

Tabela 6- Aspectos da Ocupação, do Uso e da Gestão do Distrito do Coração.

REGISTRO DE COMPILAÇÃO – REFERÊNCIA 05 LEVANTAMENTO SOCIOECONÔMICO DA COMUNIDADE DO DISTRITO DO CORAÇÃO (MACAPÁ/AP, SET./ OUT. DE 2010)							
Condição da Estada no Distrito		Tipo de Habitação		Condição de Moradia no Distrito		Energia Residencial Consumo	
Permanente	107	Alvenaria	69	Própria	105	Baixo	58
Transitória	13	Madeira	27	Alugada	4	Médio	37
		Mista (Alvenaria/Madeira)	24	Cedida	11	Alto	18
						Irregular	7
Energia Pública		Percepção da Violência no Distrito		Relação com o Agente Distrital		Participação nas Decisões da Administração do Distrito	
Regular	68	Não Identificado	14	Harmoniosa	7	Sim	9
Irregular	16	Baixo	54	Conflituosa	35	Esporádica	5
Insuficiente	36	Média	30	Impositiva	70	Só em Audiência	11
		Alta	22	Participativa	8	não	95

Fonte: Autora (Pesquisa de Campo).

Com a tabela 6 representa-se a dinâmica de vida da população, isto é, a forma como aquele espaço vem sendo ocupado e os desdobramentos disso para a condição de vida coletiva da Comunidade, principalmente no que se refere à sensação de segurança no lugar, e a relação dos moradores com seus gestores diretos.

Finalizado o primeiro estágio do tratamento técnico das informações, passou-se à etapa na qual os dados foram gerenciados como gráficos e demonstrações numéricas e/ou percentuais, ambos apresentados e discutidos com interlocuções textuais e recursos iconográficos que qualificam uma perspectiva dos reflexos da transferência de renda no modo de vida da Comunidade do Coração.

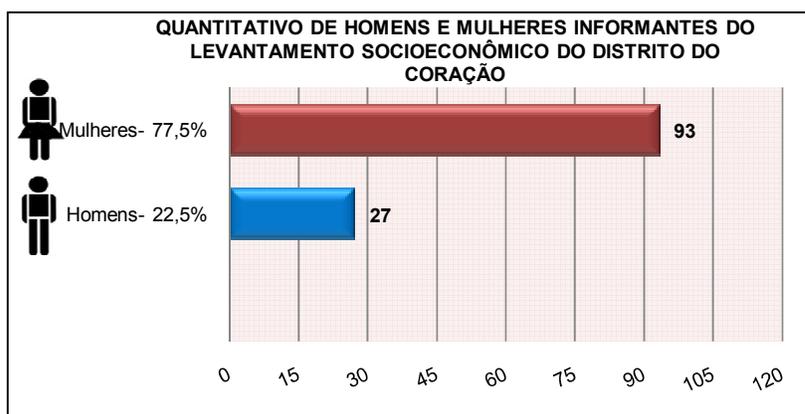
As informações caracteristicamente subjetivas que também representam o qualitativo direto do método da pesquisa aplicada nesta dissertação foram

trabalhadas por meio do roteiro de entrevista semi-estruturada (apêndice B), contando com a participação efetiva de 10% do total de informantes diretos, ou seja, 12 entrevistados, exclusivamente mulheres cujas famílias são beneficiadas pelo programa Bolsa Família (Federal) e/ou Renda Para Viver Melhor (Estadual). A opção de tratamento dessas informações foi a abordagem analítica do discurso baseada na técnica da História Oral e, tal como o tratamento gráfico, as discussões estão dispersas nos próximos sub-capítulos a seguir.

4.4- PERSPECTIVA GERAL DO LEVANTAMENTO: TRAÇOS POPULACIONAIS

As visitas domiciliares realizadas durante o levantamento socioeconômico revelaram uma maior concentração de mulheres permanecendo em casa entre às 08 horas da manhã e às 17 horas da tarde. Por isso, o gráfico 6 (abaixo) demonstra um maior percentual de informantes mulheres:

Gráfico 6- Representação Quantitativa de Mulheres e Homens no Levantamento Socioeconômico.



Fonte: Autora (Levantamento Socioeconômico da Comunidade do Distrito do Coração).

A diferença de 77,5% de mulheres para 22,5% de homens informantes do levantamento se justifica pelo caráter funcional do trabalho, em que os mantenedores financeiros das famílias no Distrito do Coração são em geral os homens, chefes de famílias. Comumente, estes têm o hábito de sair de casa para o trabalho no mesmo horário em que as crianças (filhos) saem para ir à escola, por volta das 7 horas da manhã.

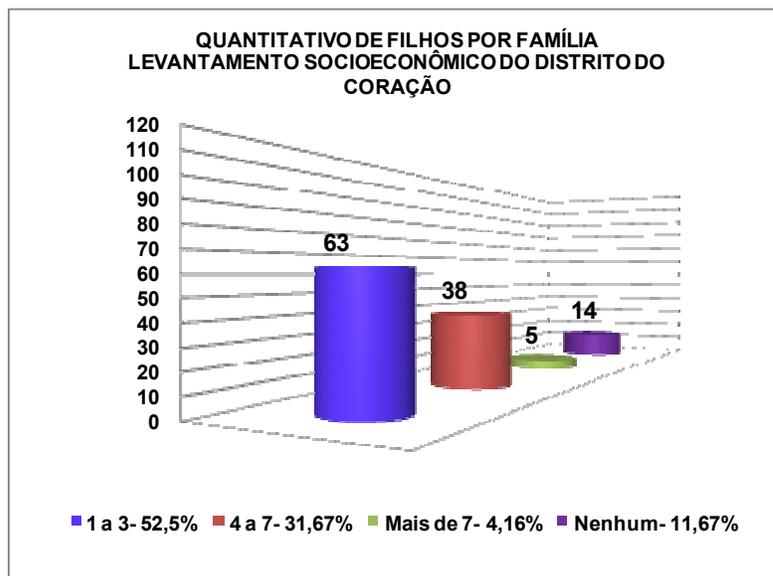
O retorno do trabalho ocorre em horários variados, a depender da atividade desenvolvida. Quando se trata do trabalho formal (carteira de trabalho), o retorno se dá por volta das 18 horas, mas, ao se tratar do trabalho informal (vendas e serviços) o retorno pode estar condicionado ao tempo e lugar do deslocamento, tipo de transporte utilizado (ônibus ou bicicleta na maioria das vezes) e atividade desenvolvida (comercial, manual, serviços gerais).

Os 22,5% de homens informantes registrados no gráfico 6 encontravam-se em casa no momento da pesquisa em função de um dos seguintes fatores: 1-Desemprego, e por isto permanecem em casa cuidando dos filhos enquanto a esposa sai para trabalhar, sendo esta única fonte de geração de renda da família

(complementada ou não com TR); 2-Têm horário de trabalho diferenciado, e por isto se adequam ao horário de trabalho da esposa para evitar o custo da despesa com babá que cuide dos filhos que estudam no período da tarde e permanecem em casa pela manhã.

Ocorre conforme se observa no gráfico 7 (abaixo) a predominância de famílias que têm de 1 a 3 filhos (52,5%), seguidas por famílias que têm de 4 a 7 filhos (31,67%):

Gráfico 7- Número de Filhos por Família.



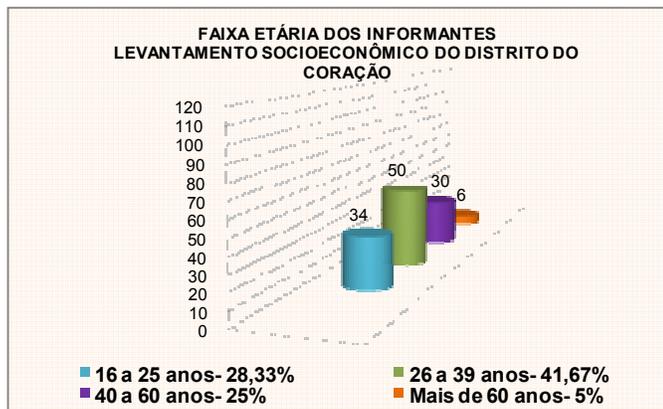
Fonte: Autora (Levantamento Socioeconômico da Comunidade do Distrito do Coração).

Esses percentuais da quantidade de filhos por família apresentados no gráfico acima, dão mostra da importância financeira do revezamento e da permanência de um dos pais junto às crianças nos intervalos do horário escolar, uma vez que, esta estratégia acaba por suscitar a grande economia com a prestação de serviços de terceiros, principalmente àquelas famílias que não concentram renda suficiente para recorrer a tal providência, considerando-se ainda o fato de não haver nenhuma creche dentro do Distrito ou em seu entorno. Assim, nas famílias em que não é possível a adequação de horários dos pais, os filhos têm o hábito de ficar sob o cuidado de parentes (em geral tios ou avós).

Outro elemento característico e diferenciador da Comunidade do Distrito do Coração é a faixa etária dos informantes (considerando inclusive o fato de ser tratar predominantemente de mulheres) que pode trazer boas possibilidades de desenvolvimento ao Distrito por meio de inserção no mercado de trabalho, já que,

41,67% dos registros são de pessoas entre 26 e 39 anos, seguidos de 28,33% de pessoas entre 16 e 25 anos, ou seja, duas parcelas da população que estão ou no início da vida econômica potencialmente produtiva ou na maturidade de uma possível qualificação de mão de obra. As quatro variações de faixa etária identificadas estão dispostas no gráfico 8:

Gráfico 8- Demonstrativo de Idade dos Informantes do Levantamento.

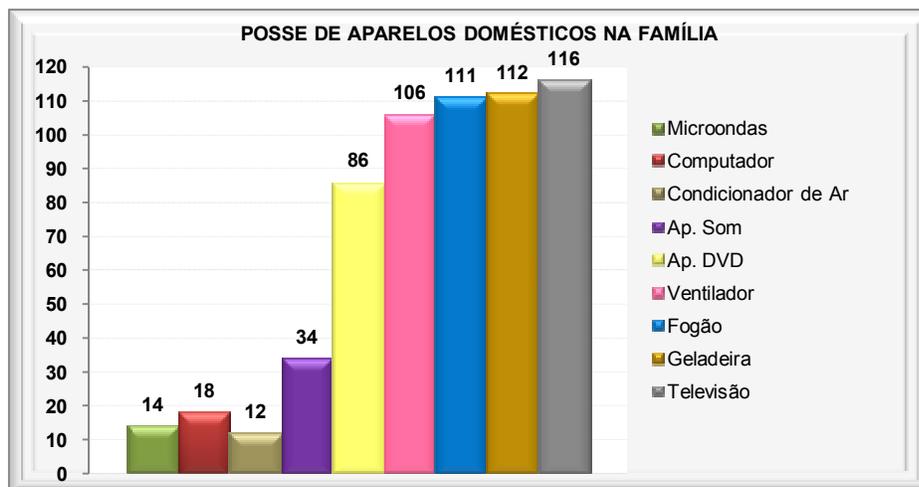


Fonte: Autora (Levantamento Socioeconômico da Comunidade do Distrito do Coração).

Note-se que apenas 5% dos informantes estão em uma faixa etária acima de 60 anos, fator que acaba sendo um dos principais motivos de sua permanência fora do mercado de trabalho. Todavia, essa população têm tido um caráter de extrema importância às suas famílias, posto da contribuição que exercem na composição da renda a partir do recebimento mensal de recursos da previdência através das aposentadorias, cujo menor valor representa um salário mínimo.

Embora a Comunidade do Distrito do Coração esboce um modo de vida bastante simples e, que se efetiva caracteristicamente pela vivência com poucos recursos, nela a TR tem tido um papel importante para a configuração de uma dinâmica familiar, relativamente mais confortável do ponto de vista da aquisição de bens materiais, principalmente, aparelhos que trazem mais comodidade (fogão, geladeira, ventilador) e aqueles que acarretam no entretenimento e lazer das famílias (aparelho de som, DVD e televisão), particularidade evidenciada no gráfico 9 (a seguir):

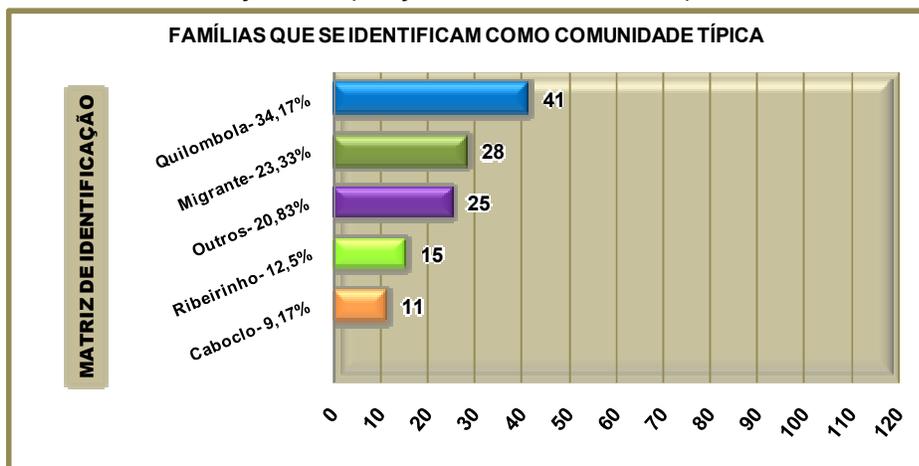
Gráfico 9- Característica dos Bens Domésticos mais Comuns entre as Famílias.



Fonte: Autora (Levantamento Socioeconômico da Comunidade do Distrito do Coração).

Um traço também característico da população residente no Distrito, diz respeito a sua qualificação pessoal em algum tipo de identidade diferenciada de grupo, numa relação de pertencimento com outros tempos e outros espaços que se colocam externos ao meio em que vivem atualmente. Essa identificação como pertencente ou descendente de comunidades típicas está descrita no gráfico 10:

Gráfico 10- Identificação da População como Comunidade Típica.



Fonte: Autora (Levantamento Socioeconômico da Comunidade do Distrito do Coração).

Pelo gráfico acima observa-se que há uma predominância da indicação de Comunidade Quilombola (34,17%), fato que facilmente se visualiza numa abordagem *in natura* dos traços físicos (biótipo) da população, marcadamente composta de afrodescendentes. A identificação de Comunidade Migrante apresenta 23,33% do estudo, número marcante e expressivo, considerando-se a formação de

um modo de vida próprio da Comunidade. A autodenominação de ribeirinho (12,5%) e caboclo (9,17%) foram mais presentes junto à população da área rural, fixada às margens do Rio Matapi (Localidade do Porto do Céu).

Todavia, ainda que a Comunidade do Coração se perceba diversa na composição e mistura de sua identidade de grupo, fato é que, a mesma se trata legalmente de uma Comunidade Distrital e, nesta circunstância, alguns arranjos tornam-se fundamentais para que a dinâmica da vida (urbana ou rural) seja possível. Esses arranjos chamados de socioeconômicos são elementos da discussão presente no capítulo 5 a seguir.

5- ARRANJOS SOCIOECONÔMICOS: NATUREZA SIMPLIFICADA DO COTIDIANO NA COMUNIDADE DISTRITAL DO CORAÇÃO

Os arranjos socioeconômicos estão presentes no modo de vida das populações amazônicas caracterizando ou dando formas qualitativas e quantitativas às suas relações com o tempo e com o espaço. Simplificadamente é possível entender esses arranjos como o modo pelo qual uma comunidade se articula em seu cotidiano⁵¹ para dar forma (tempo/espaço) e conteúdo (sujeito/objeto) ao espaço utilizado, isto é, a seu lugar de vivência, ou ainda, ao lugar onde se perpetuam hábitos e costumes intergeração.

De fato, é fundamental reconhecer a natureza diversa dos arranjos (articulações) presentes na produção do espaço habitado⁵² e/ou utilizado pelos movimentos populacionais, dos quais cabe destaque aos: arranjos institucionais (articulação com políticos locais para execução de pequenas benfeitorias na comunidade como a construção de espaços de lazer, creches e outros); arranjos culturais (manifestação de hábitos ou costumes que conferem identidade coletiva ao grupo); arranjos econômicos (desenvolvimento de atividades alternativas para fomento de renda, como o trabalho informal ou a dependência de TR do governo); arranjos políticos e sociais (organização em pequenos grupos representativos como associação de moradores), posto que, estes se manifestam diretamente no cotidiano e no modo de vida das populações.

O recorte aqui apresentado em torno dos arranjos socioeconômicos faz-se em função de seu embricamento com os Programas de Transferência de Renda. Afirma-se, que os PTR's presentes na Comunidade do Distrito do Coração, geram reflexos no aspecto financeiro das famílias que compõe a rede de beneficiários dos programas, assim como se entrelaçam nos aspectos sociais (hábitos, costumes, rede de relacionamentos) perceptíveis na dinâmica dessa Comunidade. Assim, admiti-se que os arranjos socioeconômicos são produtos funcionais da estrutura de desenvolvimento e variam de acordo com os implementos econômicos presentes em cada região.

No contexto da Amazônia, o que se tem é uma reprodução de fatores

⁵¹Tal como debatido no capítulo 2.

⁵²Território ocupado por um grupo e, onde são impressas as marcas de suas práticas sociais cotidianas, relativas principalmente a moradia (SANTOS, 1997).

endógenos (como o baixo desenvolvimento educacional das populações, baixa qualificação de mão de obra, baixos investimentos de capital industrial, baixos investimentos do setor público e outros) e exógenos (como a proposição de políticas públicas pouco alinhadas com as demandas socioeconômicas e insipientes no fomento da geração de emprego e renda, e afins) que favorecem o encadeamento do processo de desigualdade intrarregional e, nesse aspecto, algumas marcas acabam sendo impressas nas comunidades que vivenciam esse cotidiano de fragilidade social, conforme debatido nos capítulos 2 e 3 e retratado a seguir através da dinâmica cotidiana da Comunidade do Distrito do Coração.

5.1- AS MARCAS DA DESIGUALDADE ECONÔMICA NOS VÍCIOS DA FRAGILIDADE SOCIAL

Conforme apresentado anteriormente, a Comunidade do Distrito do Coração tem um caráter *sui generis* por ser ao mesmo tempo denotativa de elementos urbanos, dado sua localização no município de Macapá, e de elementos próprios da vida de jeito simples e ritmo lento das comunidades distribuídas pelos interiores das cidades Amazônicas. Um ritmo de vida que costuma ser determinado pelo movimento das cheias dos rios, peculiar da população ribeirinha, pelo período de safras e entressafras dos bens do extrativismo vegetal e animal, pelo embarque e desembarque de regatões e criação de pequenos animais no quintal de casa, como visto na figura 3 abaixo:

Figura 3- “Jeitos” da Vida no Distrito do Coração.



Foto: Autora, 14 de outubro de 2010.

Em 3A- Localidade Ribeirinha do Porto do Céu, às margens do Rio Matapi, em 3B- criação de animais no quintal de casa (núcleo urbano do Distrito), e, em 3C- criação de búfalo junto a residências e pontes palafitas, também na Localidade Ribeirinha do Porto do Céu.

Na peculiaridade da Comunidade do Distrito do Coração, até mesmo o soar do apito do trem que se desloca na linha férrea próxima as casas, escoando riquezas minerais que não fazem parte da realidade do dia a dia de sua população, também determina seu modo e ritmo de vida, que pára, sempre na hora do trem passar (figura 4). Notoriamente, a dicotomia entre a riqueza mineral e o contraste da pobreza eminente das famílias que margeiam os trilhos da ferrovia reflete um sério problema da falta de política habitacional e, conseqüentemente, da falta de moradia digna às populações com baixos recursos financeiros, que acabam por serem inseridas em arranjos de moradias situadas em áreas de risco, tal como se observa na figura 4B:

Figura 4- Passagem do Trem de Carga de Transporte de Minério da Empresa Anglo American.



Foto: Autora, 20 de outubro de 2010.

Conforme visível na figura acima, uma linha ferroviária (Estrada de Férrea do Amapá- EFA) corta parte do Distrito do Coração. Na imagem 4B, observa-se a construção de residências próximas a ambos os lados da ferrovia, uma ocupação residencial que acarreta em fator de alto risco para os moradores da área. Em alguns trechos, a distância, que em geral está entre 5 e 10 metros da porta da casa para o trilho, chega a ser praticamente nula. Cenas de crianças brincando e atravessando de um lado para o outro são comuns, assim como, o próprio vai-vem de moradores que se deslocam diariamente rumo ao trabalho, a escola, ou rumo a uma simples visita ao vizinho que mora “em frente”.

A tensão e a preocupação com a atividade ferroviária foi um relato comum entre as famílias entrevistadas no Levantamento Socioeconômico, principalmente, pelo fato de que acidentes com descarrilamentos de vagões do trem tiveram certa recorrência nos últimos 3 anos.

Destaca-se que, embora se trate de uma área de invasão, ou seja, as moradias foram instaladas depois da chegada da linha ferroviária (datada de 1957),

algumas benfeitorias públicas como instalação elétrica recente foram identificadas (visualização na figura 4B). Todavia, a abertura e nomeação de ruas, coleta de lixo, segurança pública, saneamento, abastecimento de água e outros, são elementos da sustentabilidade urbana que dependem de articulações dos próprios moradores para acontecer.

Outro relato comum dos entrevistados dessa área (junto a linha férrea) é o descaso da administração do Distrito com as famílias lá residentes, que afirmaram sua “invisibilidade” no fato de serem ignorados e excluídos pelo Agente Distrital (gestor direto) que não reconhece ou legitima a presença das famílias, muito embora, algumas delas tenham, inclusive, demonstrado a posse de documento cartorial de compra e venda de área (“terreno urbano”) no valor de R\$ 5 mil, uma pequena fortuna, se considerado o fato de se tratar de especulação imobiliária (através da invasão motivada pela demanda de moradia da população) e, a baixa condição e incerteza da renda e do trabalho configurada entre tais famílias.

A conjuntura de precariedade na condição socioeconômica da população que compõe o Distrito do Coração é uma marca registrada dessa Comunidade. Todavia, é importante lembrar que sua condição Distrital é um fator que acarreta em pequenas particularidades a esse espaço, como é o caso da linha férrea; da presença de algumas importantes empresas que suprem as demandas frigoríficas da cidade de Macapá (capital do Estado) e adjacências; e da inclusive, instalação de uma empresa produtora de ferro para exportação, A Sólida Siderurgia S/A, que operou entre aos anos de 2005 a 2008, situação que se diferencia largamente das pequenas atividades de produção familiar de farinha para consumo e venda de excedente em feiras populares nos municípios de Macapá e Santana.

Como se nota, a desigualdade socioeconômica consegue alcançar dois extremos na Comunidade do Distrito do Coração: de um lado ocorre a presença de empresas que fomentam a economia do Estado e, até mesmo a economia nacional (tipo exportação) e, do outro, há a presença de populações que não acessam essa benesse produtiva, nem de forma direta (empregos), nem de forma indireta (investimentos na infraestrutura local).

Assim, as Políticas Públicas para a redução da pobreza são cada vez mais necessárias e condicionantes de desenvolvimento a longo prazo nessa região, de tal forma que, tanto o Programa Bolsa Família quanto o Programa Renda Para Viver Melhor, adentram e refletem-se nos arranjos do modo de vida da Comunidade, na

sua forma de morar, de sobreviver e de reagir, inventando e reinventando estratégias do cotidiano.

5.1.1- A Composição da Renda Familiar

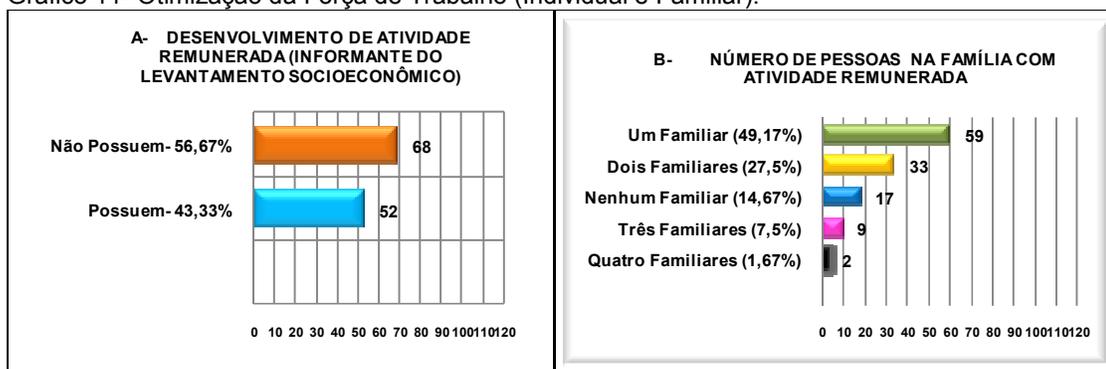
Os estudos de campo e a análise dos dados do Levantamento Socioeconômico revelaram a existência de uma fragilidade na composição da renda familiar entre os moradores que qualificam a Comunidade do Distrito do Coração. Tal afirmativa encontra fundamento em dois fatores importantes: o quantitativo populacional que desenvolve atividade remunerada e o quantitativo de famílias que recebem Transferência de Renda do Governo Federal e/ou Estadual, questões que serão abordadas adiante.

Sabe-se que a constituição de uma população economicamente ativa e forte é fundamental para o fortalecimento da economia de qualquer região. Vários elementos contribuem para que a mesma possa se realizar, a exemplo de investimentos públicos e privados em educação, ciência e tecnologia, e, obviamente, investimentos em setores produtivos (indústria, agronegócio), bem como de prestação de serviços. Ou seja, há uma relação interdependente entre geração de emprego e geração de renda.

Em qualquer situação em que a falência da atividade remunerada se instale na dinâmica cotidiana de uma população de modo duradouro, a mesma se condiciona a assumir as chamadas características da pobreza funcional, isto é, assume a condição da insuficiência de renda para a satisfação de suas necessidades básicas (alimentação, moradia, saúde, transporte, lazer e outros). Além disso, há o notório comprometimento econômico da região, a qual vivencia uma baixa sistemática da circulação de moeda no mercado local.

Por tais considerações, é que se coloca a importância da superação do desequilíbrio entre a população que desenvolve algum tipo de atividade remunerada no Distrito do Coração (ainda que de caráter informal) e a população que não apresenta nenhuma constituição de renda, situação evidenciada no gráfico 11 (a seguir):

Gráfico 11- Otimização da Força de Trabalho (Individual e Familiar).



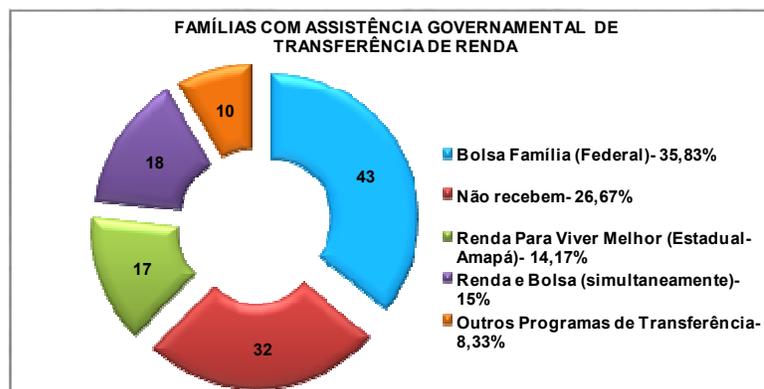
Fonte: Autora (Levantamento Socioeconômico da Comunidade do Distrito do Coração- 2010).

Por ambos os gráficos 11A e 11B, depreende-se facilmente que a pressão socioeconômica sobre a parcela familiar que desenvolve atividade remunerada, é superior a sua capacidade de composição de uma renda nos termos da satisfação de suas necessidades plenas. Em 11A, é expressivo o quantitativo de apenas 43,33% (52 indicações) dos informantes que detém renda através de atividade remunerada, contrastando com mais da metade desse universo (120 informantes), isto é, 56,67% (68 indicações) que não tem trabalho remunerado.

Aliado a isto, a maior parte das famílias tem apenas 1 indivíduo gerador de renda, quantitativo correspondente a elevados 49,17% do levantamento (59 do total de 120). Em seguida, ainda no gráfico 11B, vê-se que 27,5% das famílias (33 do total de 120) são mantidas por 2 trabalhadores remunerados; 7,5% (9 do total de 120) por 3 trabalhadores; excepcionalmente 1,67% (2 do total de 120) por 4 trabalhadores; e, comprometedoramente, 14,67% (17 do total de 120) não tem nenhum membro da família gerando renda, estando, portanto, totalmente dependentes de outras estratégias, como o benefício da TR do Governo Federal e/ou Estadual.

A propósito da complementação da renda familiar e, em alguns casos, a própria composição da renda são estratégias que têm sido fundamentadas no recebimento de benefícios referentes aos programas BF e RPVM. Entre as famílias da Comunidade do Distrito, essa relação apresenta a seguinte composição, *vide* gráfico 12 (a seguir):

Gráfico 12- Estratégia de Composição da Renda Familiar a partir de PTR's.



Fonte: Autora (Levantamento Socioeconômico da Comunidade do Distrito do Coração- 2010).

Identifica-se pelo gráfico acima que 73,33% das famílias consultadas no Levantamento Socioeconômico (88 do total de 120) contam com algum tipo de benefício governamental de transferência direta de renda, acarretando na composição familiar da renda mínima. Essas TR's estão representadas por 35,83% da população (43 do total de 120) que recebe transferência de recursos monetários do Programa Bolsa Família (Governo Federal); outros 14,17% (17 do total de 120) são beneficiários do Programa Renda Para Viver Melhor (Governo do Estado do Amapá).

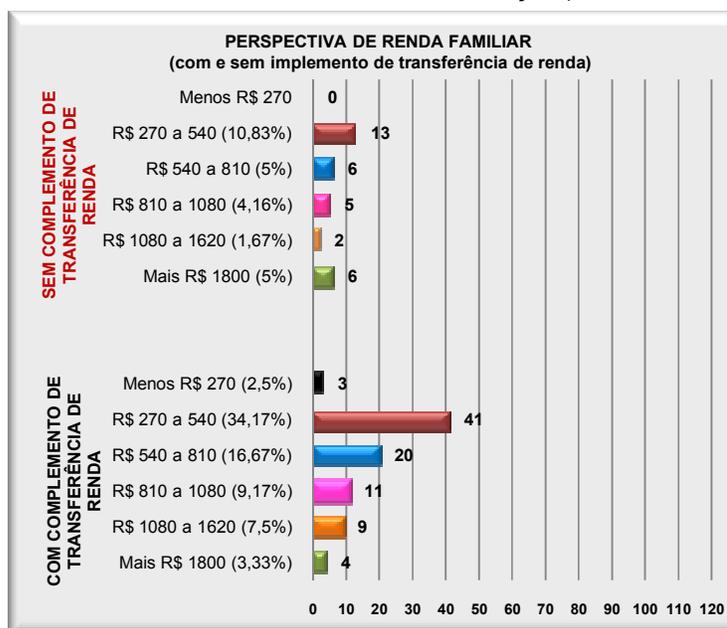
Embora seja prerrogativa tanto do PBF quanto do PRPVM a condicionalidade de não ser beneficiário concomitante de vários PTR's, há entre a população do Distrito, famílias que recebem simultaneamente a transferência monetária dos dois programas (PBF e PRPVM), quantitativo que soma um percentual de 15% (18 do total de 120). Além desses, registrou-se que 8,33% das famílias (10 do total de 120) estão atendidas por outros programas de transferência de renda, como benefício de aposentadoria, por exemplo.

Demonstra-se, enfim, que, um percentual de apenas 26,67% de famílias (32 do total de 120) não recebe nenhum tipo de transferência de renda. Ou seja, enquanto pouco menos de 1/4 das famílias não interagem com complemento de TR (dependendo apenas dos resultados salariais de sua força de trabalho), pouco mais de 3/4 da população consultada, está sistematicamente atrelada a PTR's para constituir e/ou complementar a renda da família.

É, portanto, expressivo o papel desempenhado pelos Programas de Transferência de Renda do Governo Federal (PBF) e do Governo do Estado do

Amapá (PRPVM) na composição e na complementação da renda mínima que se configura entre os moradores da Comunidade do Distrito do Coração, fator que fica mais contundente na observação e análise do gráfico 10 (abaixo):

Gráfico 13- Renda Familiar no Distrito do Coração (com e sem TR).



Fonte: Autora (Levantamento Socioeconômico da Comunidade do Distrito do Coração- 2010).

O gráfico 13 ratifica a condição de que boa parte das famílias do universo estudado, isto é, 73,33% da população consultada (88 do total de 120), têm sua renda constituída a partir da assistência governamental da Transferência de Renda, a qual se acrescenta o complemento do pagamento de sua força de trabalho.

Observa-se pelo gráfico 13 que 34,17% das famílias só estimam sua renda mínima mensal entre R\$270 e R\$540 porque contam com a complementação efetiva da transferência governamental. Já uma renda melhor valorada, situada entre R\$540 e R\$810 (com TR) alcança apenas 16,67% das famílias. Todavia, também se localizam três rendas familiares (com TR) de melhor quanti-qualificação num percentual menor da população: R\$810 a R\$1080 (que corresponde a 9,17% dos casos); R\$1080 a R\$1620 (relativa a 7,5% dos casos); e aquela situada acima de R\$1800 (restrita a 3,33% das indicações). Assim como, também se registrou 2,5% de casos em que a renda mínima da família está orçada num valor abaixo de R\$270.

Analisa-se, portanto, que 53,33% das famílias residentes no Distrito do Coração (que recebem TR) têm uma renda mínima mensal que não alcança um valor monetário superior a R\$810 (isto é, está situada entre menos de R\$270 e

R\$810). Considerando-se que a média de membros da família é da ordem de 5,2 moradores por residência, estima-se uma renda *per capita* máxima situada entre R\$51,92 e R\$115,76 por membro familiar.

Outro fator relevante a ser destacado diz respeito à relação social das famílias com os dois PTR's mencionados. Apesar do valor do benefício do PBF ser inferior ao do PRPVM, de acordo com a pesquisa de campo realizada na Comunidade, a credibilidade do Bolsa Família é superior. Recorrentemente tanto no Levantamento Socioeconômico, quanto por ocasião das entrevistas, os beneficiários se mostraram mais seguros quanto a TR do Governo Federal, e mais inseguros quanto a TR do Governo Estadual.

Esse sentimento dos moradores se justifica em questões políticas e eleitoreiras que, em suas análises, favorecem práticas perniciosas de inserção e retirada de famílias da rede beneficiária do PRPVM (Governo do Estado do Amapá) a depender do assédio eleitoral ao voto. Nesse aspecto, o PBF acaba tendo maior credibilidade entre as famílias que o julgam ser mais correto na composição da rede de beneficiários, isto é, seleção das famílias de baixa renda.

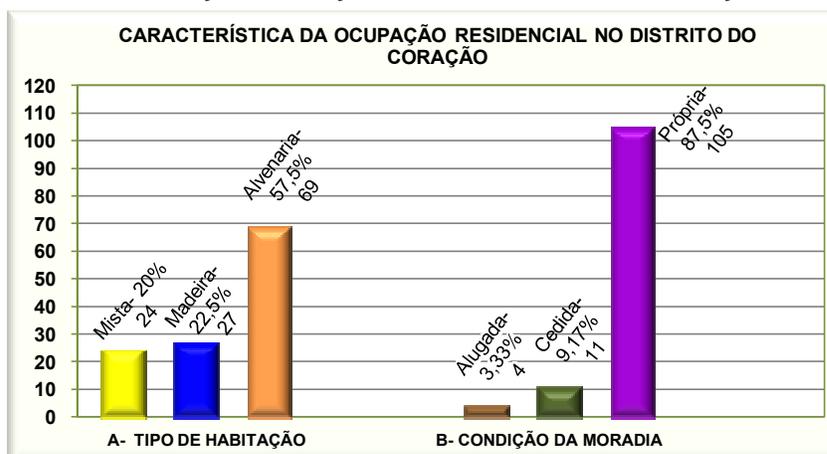
De todo modo, cabe dizer que os dados relativos à TR e sua importância na composição da renda entre as famílias da Comunidade do Coração, distinguem-se, fundamentalmente, por uma questão quanti-qualitativa de oportunizar uma renda mínima às famílias, mais, sobretudo, sua grande contribuição está nos ganhos relacionadas à geração de cidadania, uma vez que, sua perenidade suscita qualificações na auto-estima das famílias, tanto quanto, reflexos no modo de vida da Comunidade.

5.1.2- A Prática da Moradia e Condições de Saneamento

De modo a possibilitar melhores informações e dados relativos ao Distrito e sua população, um dos aspectos observados no Levantamento Socioeconômico foram os arranjos habitacionais praticados pela população e sua relação com a qualidade de vida. Dentre eles, destacam-se as características da ocupação ou do uso residencial, considerando três áreas de influência: o núcleo urbano às margens da Rodovia Duca Serra; o pólo urbano às margens da Estrada de Ferro do Amapá (EFA); e o pólo rural da Localidade do Porto do Céu (às margens do Rio Matapi). Assim, a Comunidade do Distrito do Coração descreve o seguinte perfil habitacional,

gráfico 14 abaixo:

Gráfico 14- Habitação e Condição de Moradia no Distrito do Coração.



Fonte: Autora (Levantamento Socioeconômico do Distrito do Coração-2010).

Pela disposição gráfica acima, nota-se que as edificações em alvenaria predominam no Distrito, sendo 57,5% (ou 69 do total de 120 do levantamento), mesmo considerando-se a existência de populações ribeirinhas, cujo padrão de edificação é a ocupação na forma de palafitas (construções de madeira sobre a água), o que reforça o fato de haver uma concentração populacional junto às margens da Rodovia Duca Serra e da EFA, favorecida pela acessibilidade e mobilidade urbana dessa localização espacial.

Ressalta-se que, boa parte das construções se apresenta em estágio inacabado, do que os entrevistados justificaram os altos custos de materiais de construção, e a prioridade que existe no uso da renda para suprir demandas de alimentação da família. As edificações em melhores condições de instalação são, em geral, aquelas mais antigas na Comunidade.

As residências em madeira representam o segundo maior percentual de edificações, são 22,5% dos casos (ou 27 do total de 120 do levantamento), e as residências mistas (construções compostas de madeiras e de alvenaria), esboçam 20% das situações evidenciadas no levantamento e registradas na matriz de observação (apêndice D) do trabalho de campo. São mais comuns na área rural, como na Localidade do Porto do Céu (figura 5 a seguir):

Figura 5- Perfil Habitacional na Comunidade do Distrito do Coração.



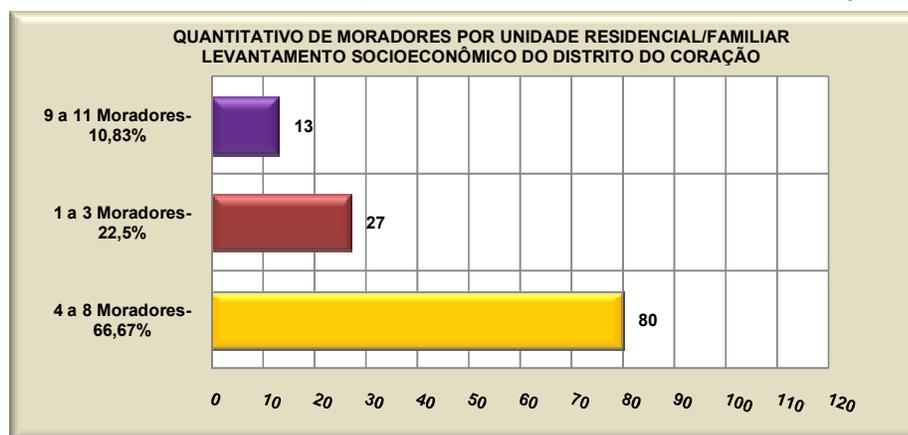
Fotos: Autora, 24 de outubro de 2010.

A figura 5 (imagem A) demonstra residências em madeira e em palafita na Localidade do Porto do Céu. Na imagem 5B, residências em madeira e em construções inacabadas de alvenaria às margens da EFA. Em 5C, tem-se a exemplificação de residência em alvenaria no núcleo urbano às margens da Rodovia Duca Serra, na qual se destaca o caráter bucólico da moradia.

Outro fator, destacado pelo gráfico 14, é a condição da moradia das famílias, em que, a maioria é proprietária da casa onde reside, característica marcante em 87,5% dos casos abordados, ou seja, 105 informantes.

Na complementação dos aspectos relativos à moradia, dispõe-se esboço gráfico do quantitativo de moradores concentrados por unidade residencial/familiar, gráfico 15 (abaixo):

Gráfico 15- Densidade Familiar por Unidade Residencial no Distrito do Coração.



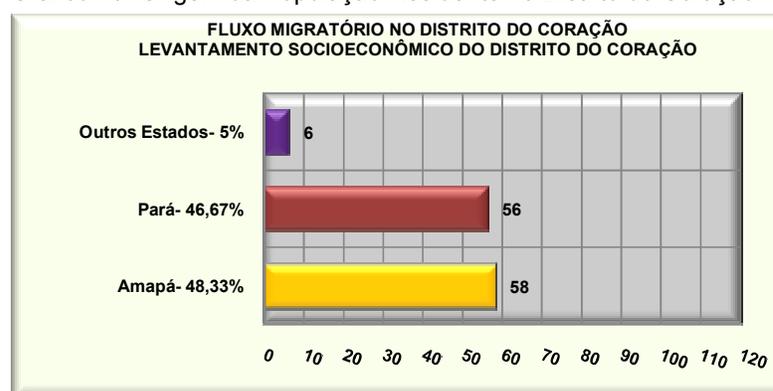
Fonte: Autora (Levantamento Socioeconômico do Distrito do Coração- 2010).

O gráfico acima demonstra que a maior concentração de familiares por unidade residencial, ou seja, 9 a 11 moradores por moradia representam apenas 10,83% dos casos ilustrados pela coleta de dados. Na seqüência está a concentração de 1 a 3 moradores, que corresponde a 22,5% dos casos, o que em

geral, se refere a famílias com Pai, Mãe e um filho. O maior percentual registrado, é o denotativo de 4 a 8 moradores por unidade residencial, composição que representa mais da metade dos casos, isto é, 66,67% das residências têm entre 4 e 8 moradores. Dentro desse perfil habitacional também ocorre um fato corriqueiro no arranjo das moradias, em que duas e até três casas são construídas em um mesmo terreno familiar, estratégia que tem o intuito de sanar a carência de áreas para construção habitacional.

Identificou-se que os moradores que compõem a Comunidade do Distrito do Coração formam uma população resultante de processos migratórios, de um fluxo tanto interno quanto externo ao Estado do Amapá, condição descrita no gráfico 16:

Gráfico 16- Origem da População Residente no Distrito do Coração.



Fonte: Autora (Levantamento Socioeconômico do Distrito do Coração-2010).

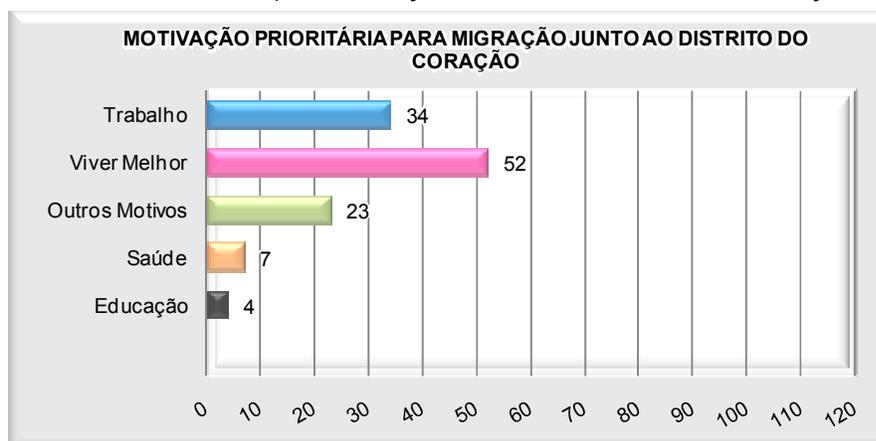
Segundo o gráfico 16, há notadamente uma pequena diferença entre as migrações internas, isto é, famílias em fluxo migratório dentro do próprio Estado do Amapá (48,33% ou 58 famílias) e as migrações externas ao Estado, com famílias vindas principalmente do Estado do Pará (46,67% ou 56 famílias). Por outro lado, a migração originária de outras Unidades Federativas (Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Piauí e Rio de Janeiro) é pouco expressiva, representando apenas 5% dos casos, correspondente a 6 famílias entrevistadas.

Esse elevado quantitativo de migrações externas (que totaliza 51,67%) se justifica pelo intenso fluxo migratório decorrido no Estado entre as décadas de 1990 e 2000, em virtude da criação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana (1994). Vale ressaltar que em outras localidades e/ou municípios do Estado o número de migrações externas é por vezes ainda mais intenso.

A população migrante que se instalou no Distrito do Coração, quer seja a de origem interna ou externa justifica tal movimentação no espaço, pela busca

constante do lugar de morada, acesso a trabalho e, enfim, melhor condição de vida para a família de um modo em geral, conforme se depreende a partir do gráfico 17 abaixo:

Gráfico 17- Justificativa para a Inserção das Famílias no Distrito do Coração.



Fonte: Autora (Levantamento Socioeconômico do Distrito do Coração- 2010).

A análise do gráfico 17 indica que o deslocamento e fixação das famílias junto ao Distrito do Coração se fazem, principalmente, em razão do ensejo: pela melhoria de qualidade de vida (52 famílias); pela melhor condição de acesso e inserção no mercado de trabalho (34 famílias); por outros motivos como o deslocamento de toda a família (24 famílias); pela busca por serviços de saúde (7 famílias); e pela necessidade de acesso à educação para os filhos (4 famílias).

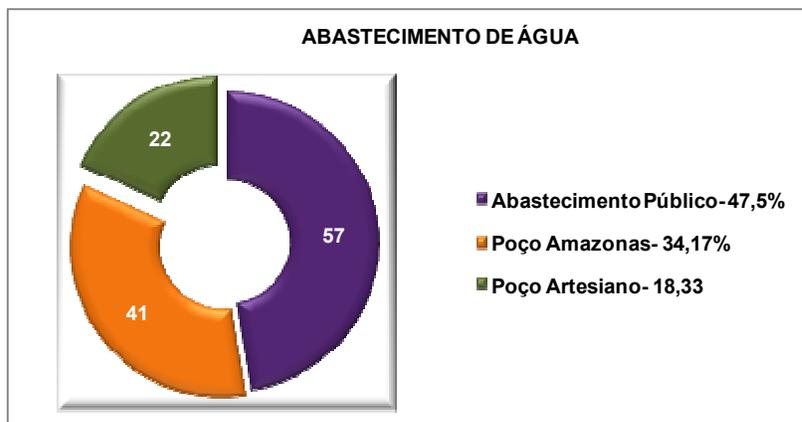
Entretanto, é importante salientar que tais ensejos não encontram correspondência no Distrito. Logo, a ausência dessas melhorias nas condições de vida da população gera todo um fluxo encadeado de conflitos com o meio (como as insalubridades no processo de ocupação e/ou uso inadequado do espaço), materializados pelas demandas conflitantes entre o poder público e a população que vivencia as problemáticas decorrentes da falta de políticas habitacionais, políticas de saneamento, políticas sociais de acesso a lazer, trabalho, saúde, educação e outras, situações corriqueiramente evidenciadas em comunidades de baixa renda, como é o caso do Distrito do Coração.

De modo imediato, os reflexos da geração de demandas provenientes da ocupação desordenada no Distrito se traduzem em problemáticas de prestação de serviços públicos como o abastecimento de água; a produção e coleta de resíduos domésticos; e a limpeza pública na comunidade.

Dado a irregularidade e a precariedade do abastecimento de água no Distrito,

a população desenvolveu três estratégias para suprir a sua demanda diária de consumo nas residências, *vide* gráfico 18:

Gráfico 18- Estratégia Doméstica de Abastecimento de Água.



Fonte: Autora (Levantamento Socioeconômico do Distrito do Coração-2010).

Observa-se assim pelo gráfico 18 que o abastecimento de água no Distrito do Coração apresenta uma certa variabilidade em suas formas, em que, o abastecimento público representa 47,5% (57 famílias do total de 120) e, portanto, a maior abrangência dentre as três variações identificadas. Contudo, é fato que, durante a pesquisa de campo (setembro/outubro de 2010) constates reclamações quanto ao fornecimento de água tiveram destaque em relatos da população, os quais se fundamentavam em três aspectos: a má qualidade da água; a má distribuição do serviço (isto é, nas áreas de ocupação mais recentes, como às margens da EFA, e nas localidades mais afastadas, como no Porto do Céu, não há fornecimento público de água) e as constantes interrupções no fornecimento (ocorrendo diariamente em pequenos intervalos de tempo).

Em razão dessa problemática, a satisfação da necessidade de água das 47,5% famílias informantes que afirmaram gozar do abastecimento público, complementam-no (quando das situações de interrupção do serviço) com a prática de recorrer aos vizinhos que possuem poços particulares em casa. Registrou-se que 34,17% ou 41 famílias (do total de 120) têm abastecimento de água proveniente de Poço Amazonas⁵³ e, 18,33% ou 22 famílias (do total de 120) de Poço Artesiano⁵⁴,

⁵³São poços de água com perfuração média entre 8 e 12 metros de profundidade e, diâmetro médio em torno de 1 e 1,5 metros. Seu custo de perfuração é estimado em R\$ 400 e R\$ 500 a depender da profundidade, em que o trabalho é realizado através de escavação manual.

⁵⁴Poços de água com perfuração média de 30 metros de profundidade e, diâmetro de poucos milímetros. O trabalho de perfuração é realizado através do uso de máquinas e instalação de tubulação específica.

quantitativo menos expressivo que se justifica pelo alto custo de perfuração e instalação deste, que chega a alcançar valores em torno de R\$ 3 mil.

Embora o abastecimento público represente 47,5% dos casos, percebe-se que, somadas as duas outras variações estratégicas de saneamento da demanda de água (poço amazonas e poço artesiano) constituem 52,5% das situações identificadas, do que se apresentam duas questões: 1- mais da metade das famílias entrevistadas estão excluídas do fornecimento público de água, ou seja, esta demanda urbana não lhes é suprida pelo poder público; 2- a coleta de água de poços amazonas e/ou artesianos não é assistida por processo de tratamento, o que, conseqüentemente, acarreta em risco de insalubridade para as famílias.

O tratamento de resíduos domésticos é outro fator relevante do dia a dia da população que se relaciona diretamente com a prestação de serviços públicos a Comunidade. Conforme esboçado no gráfico 19 (próxima página), três arranjos foram identificados- coleta pública; queima doméstica; e despejo em área aberta:

Gráfico 19- Tratamento de Resíduos Domésticos.



Fonte: Autora (Levantamento Socioeconômico do Distrito do Coração-2010).

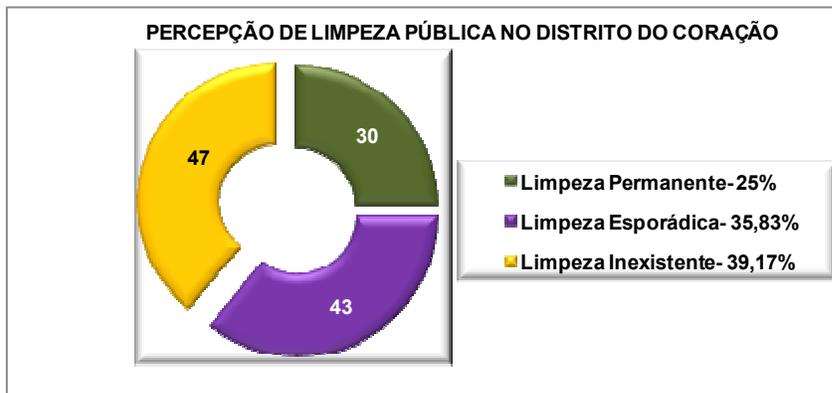
O maior percentual apresentado é o da coleta pública realizada pela Prefeitura Municipal de Macapá, alcançando 75,83% das famílias entrevistadas (91 do total de 120). Na falência da prestação desse serviço ao conjunto da população do Distrito, esta adota a prática da queima doméstica dos resíduos produzidos diariamente (22,5% ou 27 famílias do total de 120), o que em geral ocorre nos quintais das residências, ou, realiza-se o despejo residual em áreas abertas (entulhamento em terrenos abandonados, ruas pouco movimentadas, ou em áreas afastadas que dão acesso às localidades do Distrito), quantitativo que corresponde a 1,67% dos casos.

Vale lembrar que, tanto a queima quanto o descarte em área aberta,

representam graves danos ao meio ambiente, assim como, contribuem para o comprometimento da saúde pública no local, já que o entulhamento de lixo pode favorecer a insalubridade da proliferação de doenças na Comunidade.

Estas práticas tomam dimensões mais preocupantes quando são somadas ao problema da deficiência da limpeza pública descrita pelos informantes, *vide* gráfico 20:

Gráfico 20- Frequência da Limpeza Pública Urbana no Distrito do Coração.



Fonte: Autora (Levantamento Socioeconômico do Distrito do Coração-2010).

A indicação de 39,17% (47 informantes) como inexistência de limpeza pública dentro da Comunidade, é um dado que reflete o tratamento secundário destinado às áreas periféricas do Município de Macapá, principalmente, àquelas que se qualificam como populações de baixa renda.

Esse perfil encontra continuidade no caráter esporádico (35,83% ou 43 informantes) com que algumas áreas menos valorizadas (ruas mais afastadas e localidades distantes como o Porto do Céu) dentro do Distrito são alvo de ações de limpeza. Todavia, há situações em que poucas áreas privilegiadas têm atenção de limpeza pública permanente (25% ou 30 informantes), como ocorre na principal via de acesso ao núcleo urbano do Distrito, cita-se a Rua Francisco de Assis, onde estão localizadas duas unidades escolares, os principais pontos comerciais, associação de moradores e o posto de saúde local.

De fato, a condição de insuficiência da limpeza pública no Distrito do Coração é uma situação constante, comprovada tanto pelo número que representa sua inexistência e/ou esporadicidade quanto pelo reconhecimento do problema *in loco*, conforme evidenciado durante a pesquisa de campo.

5.1.3- Precariedade da Educação, Alimentação e Saúde no Distrito

Na perspectiva da redução da pobreza e da desigualdade socioeconômica, a Educação, a Alimentação e a Saúde são fatores de extrema relevância, que têm inclusive sido colocados como condicionalidades básicas em Programas de Transferência de Renda (conforme discutido no sub-capítulo 3.3).

Obviamente, a permanência duradoura de crianças e adolescentes dentro dos ambientes escolares é uma prática que, a longo prazo, poderá demonstrar melhoria na qualidade de vida das famílias, dado a possibilidade da formação de uma mão de obra qualificada, que fatalmente, terá melhores oportunidades de acessar ao mercado de trabalho brasileiro. Além disso, sabe-se que uma boa formação escolar também gera um importante senso de participação política e social, elemento motriz de inclusão e de cidadania.

No tocante a garantia de cidadania para comunidades de baixa renda, ampliar a possibilidade de alimentação e de acesso à saúde das famílias que as compõem, é um passo fundamental para a redução das desigualdades intrarregionais na Amazônia. No Distrito do Coração, esta é uma estratégia que ainda depende de arranjos políticos para se efetivarem de maneira progressiva na melhoria da qualidade de vida, uma vez que suas deficiências ainda são recorrentes e difusas, conforme se analisa a seguir.

5.1.3.1- Incipiência do Ensino Público no Distrito

Dentro da Amazônia ainda há uma forte cultura (alimentada pelo modo de vida de suas Comunidades) em priorizar a formação prática de aprendizes em trabalhos pouco lucrativos, para contribuir com a composição da renda familiar (que em geral é baixa), estratégia que, desde cedo, acaba afastando crianças e adolescente das salas de aula. Aliado a isto, também existe o problema dos poucos investimentos públicos na Educação, questão que a longo prazo tem sido prejudicial para o desenvolvimento da própria região.

Nesse contexto, é importante salientar que no Distrito do Coração, a relação Comunidade x Atendimento ao Ensino Público ainda está longe de satisfazer as necessidades da população. Em seu núcleo urbano conta-se apenas com duas unidades escolares fazendo atendimento à Educação Infantil e ao Ensino

Fundamental. Na área rural (Localidade do Porto do Céu) o Ensino Fundamental é ofertado através de uma unidade escolar estadual, que complementa o espaço físico da escola num anexo deficiente, condição visualizada na figura 6 (abaixo):

Figura 6- Instalações Escolares de Educação Infantil e Ensino Fundamental.

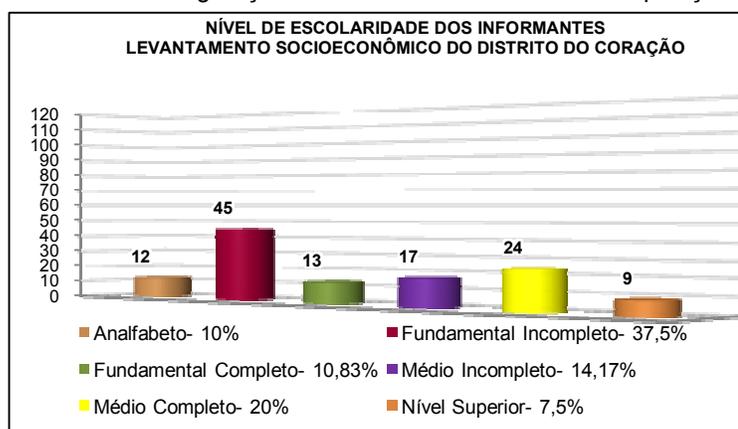


Fotos: Autora, 20 de outubro de 2010.

Na figura 6A dispõe-se imagem do Prédio da Escola Municipal de Ensino Fundamental Goiás; em 6B imagem da Escola Municipal Luzia Costa da Silva (atendimento a Educação Infantil) ambas localizadas no núcleo urbano do Distrito do Coração. E, na figura 6C, condições de instalação do anexo da Escola Estadual David Miranda dos Santos (Área Rural- Localidade do Porto do Céu).

O contato com a Comunidade durante a pesquisa de campo revelou a insatisfação das famílias com as condições infraestruturais com que a Educação se apresenta atualmente dentro do Distrito. Outro fator relevante foi o registro da constante reivindicação para a oferta do Ensino Médio, visto que, os alunos desse nível de ensino precisam se deslocar para os municípios de Macapá e/ou Santana (numa distância média de 10 KM) para poder terem seqüência em seu processo de formação escolar. Quanto ao nível de escolaridade da população informante, tem-se a configuração disposta no gráfico 21 (abaixo):

Gráfico 21- Configuração do Nível de Escolaridade da População.



Fonte: Autora (Levantamento Socioeconômico do Distrito do Coração- 2010).

O nível de escolaridade disposto acima suscita que a condição de

precariedade e insuficiência na oferta do Ensino Público no Distrito do Coração tem relação direta com:

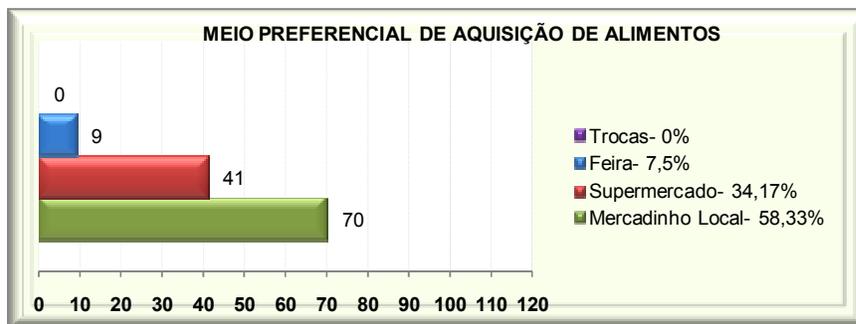
- A deficiência da formação de mão de obra qualificada, uma vez que a população de adolescentes, jovens e adultos que poderiam cursar o EJA (Educação de Jovens e Adultos), em geral, não dão prosseguimento na formação escolar. Esses representam 37,5% dos informantes (ou 45 do total de 120) que indicaram ter paralisado os estudos escolares no Ensino Fundamental, tendo deixado-o incompleto;
- A dificuldade de inserção no mercado de trabalho, pois o percentual da população informante que detém o Ensino Médio Completo (20% ou 24 do total de 120) ou o Ensino Médio Incompleto (14,17% ou 17 do total de 120) é bastante reduzido, se consideradas as exigências de qualificação do trabalhador a médio e longo prazo, fator que tem comprometido tanto a composição da renda familiar, quanto à melhoria da qualidade de vida dos moradores, uma vez que, estes, ficam a mercê do desenvolvimento de trabalhos poucos lucrativos e ainda de caráter esporádico (trabalhos manuais, comércio informal, atividade de diarista doméstica e outros).

Destaca-se que o Levantamento Socioeconômico também registrou um significativo percentual de 10% de informantes analfabetos e, um pequeno quantitativo de 7,5% com nível superior.

5.1.3.2- A Estratégia da Alimentação entre os Moradores

Outra característica acentuada no Distrito do Coração diz respeito à prática da alimentação entre os moradores e suas estratégias cotidianas de realização. Quanto à de aquisição de alimentos, a pesquisa de campo indicou o disposto no gráfico 22:

Gráfico 22- A Prática da Aquisição de Alimentos.



Fonte: Autora (Levantamento Socioeconômico do Distrito do Coração- 2010).

Assevera-se que, no cotidiano da Comunidade o meio mais utilizado para aquisição de alimentos é o mercadinho de bairro (58,33% ou 70 famílias do total de 120 consultadas), fator de grande relevância para o fomento da economia local, tanto quanto, para as famílias que têm o costume de comprar à curto prazo (isto é, fazem retiradas de mercadorias que, em geral, são pagas quando do recebimento de salários e/ou benefícios de transferência de renda).

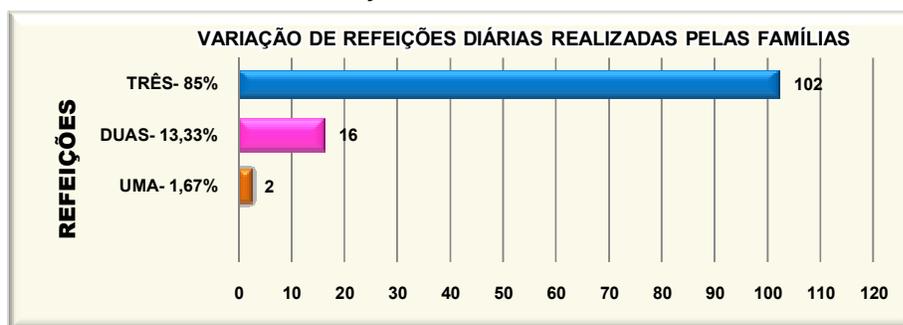
A segunda opção mais indicada foi de compras realizadas em supermercados (34,17% ou 41 famílias do total de 120) dos municípios de Macapá e/ou de Santana, visto que, a localização geográfica do Distrito fica entre esses dois municípios do Estado. As feiras populares (dos municípios citados) representam um pequeno percentual de 7,5% (9 famílias do total de 120), valores que demonstram um perfil de práticas (relativas à aquisição e consumo de alimentos) eminentemente urbanas da população do Distrito do Coração.

É importante ressaltar que a Transferência de Renda do Governo Federal (através do Bolsa Família) e do Governo Estadual (através do Renda Para Viver Melhor) tem sido fundamental no favorecimento da circulação monetária dentro e fora do Distrito do Coração, pois quando de seu recebimento (sempre no início de cada mês), muitas mães (que são as beneficiárias diretas dado o cadastramento ocorrer impreterivelmente em seu nome) afirmaram em entrevista que ao receberem os valores da TR em Macapá (município onde fica o Banco pagador), já gastam todo o dinheiro lá mesmo, seja em supermercados e/ou no pagamento de prestações da aquisição de pequenos eletrodomésticos.

Por tal perspectiva, afirma-se que a TR tem suscitado impactos positivos na dinâmica e no modo de vida da Comunidade do Distrito do Coração, seja por seu valor monetário (que, embora reduzido, em alguns casos é a única renda garantida do mês) ou pela auto-estima oportunizada à família, a qual se torna visível à sociedade através de pequenas, mas, importantes vantagens como a prática do crédito na praça, e a segurança da renda mínima fixa.

Ainda nos parâmetros da vida cotidiana dessa população, verificou-se os aspectos relativos a variação diária de refeições realizadas pelas famílias, *vide* disposição no gráfico 23 (a seguir):

Gráfico 23- Quantitativo de Refeições Realizadas Diariamente.



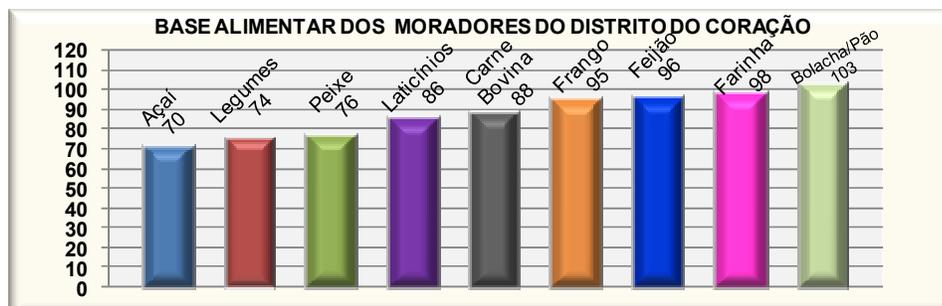
Fonte: Autora (Levantamento Socioeconômico do Distrito do Coração- 2010).

A maioria dos entrevistados afirmou que conseguem fazer três refeições diárias (café, almoço e jantar), prática que se reproduz entre 85% das famílias (ou 102 do total de 120). Todavia, há um percentual significativo de 13,33% (16 do total de 120) que não dispõe de condições financeiras para tal prática cotidiana, realizando, portanto, apenas duas refeições por dia (em geral café e almoço ou almoço e jantar). Enfim, do total de 120 famílias consultadas, 1,65%, conforme descrito no gráfico acima, se alimenta apenas uma vez ao dia, situação que se dá pela total ausência de recursos para subsistência da família, que, em geral prioriza o almoço e garante a complementação nutricional das crianças e adolescentes com a merenda escolar.

Considerando as estratégias cotidianas presentes no modo de vida do Distrito do Coração, relativas à variação do número de refeições diárias, é imprescindível ressaltar que, mesmo entre as famílias que afirmaram conseguir realizar 2 ou 3 refeições por dia, as mesmas foram enfáticas em destacar que isto ocorre na maior parte do mês, mas, que também existem dias (em geral final do mês) em que não é possível manter essa regularidade, principalmente no período que antecede pagamentos de salários e TR do Governo Federal e Estadual.

A base alimentar dos moradores do Distrito está descrita no gráfico 24 abaixo:

Gráfico 24- Prática de Consumo de Alimentos entre as Famílias.



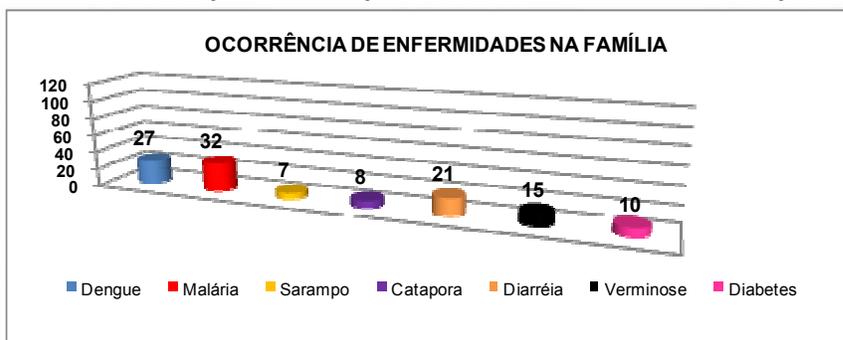
Fonte: Autora (Levantamento Socioeconômico do Distrito do Coração-2010).

Como mostra o gráfico 24 a base alimentar da população não difere da alimentação comum no Estado do Amapá, em que ocorre o freqüente consumo de alimentos típicos da região, como é o caso do açaí combinado com o peixe e a farinha (em substituição do consumo de arroz). Alimentos comuns no hábito alimentar da população brasileira, como pão, farinha, feijão, laticínios, carne bovina e frango, também constituem a base nutricional da Comunidade. Destaca-se que o açaí, embora tenha um grande apreço da população entrevistada, aparece em menor quantitativo no esboço gráfico anterior, dado sua constante elevação de preço, que o tem deixado inacessível para as famílias de renda mais baixa.

5.1.3.3- Recorrência de Doenças na Família e Atendimento à Saúde

A condição de insalubridade pública que afeta o Distrito do Coração, principalmente, no que se relaciona ao abastecimento de água e a limpeza pública urbana, têm contribuído para a ocorrência de doenças que tem a proliferação favorecida pela contaminação da água, bem como por seu represamento que oportuniza a reprodução do mosquito vetor da dengue e da malária. Dentre as doenças citadas pela população (gráfico 25), as famílias do Distrito estão vulneráveis na seguinte descrição:

Gráfico 25- Descrição das Doenças mais Comuns no Distrito do Coração.



Fonte: Autora (Levantamento Socioeconômico do Distrito do Coração-2010).

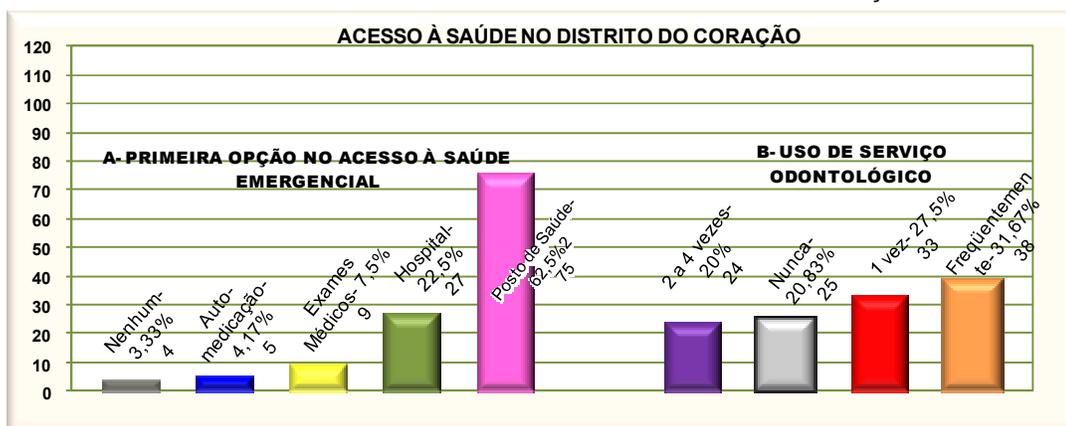
Como se pode observar, duas doenças tem maior destaque no gráfico acima: a Malária, mais citada pelas famílias entrevistadas no Levantamento Socioeconômico (32 indicações), é uma típica doença endêmica na Amazônia, característica referenciada pelo Ministério da Saúde ao diagnosticar que no Brasil, aproximadamente 99% dos casos de malária se concentram nessa região (BRASIL, 2003).

O outro destaque é para as ocorrências de dengue (27 indicações), também endêmica na Amazônia segundo maior percentual apresentado no gráfico 22. Diarréia (21 indicações) e verminoses (15 indicações) são doenças comuns que também têm despertado a preocupação dos moradores, juntamente com outras de menor ocorrência (*vide* gráfico 25). A preocupação dos moradores se relaciona, principalmente, com a problemática acessibilidade ao serviço público de saúde no Distrito, o qual esteve suspenso durante a construção do atual posto de saúde que atende a Comunidade.

Ressalta-se que uma única Unidade Básica de Saúde é responsável pelo atendimento de toda a demanda do Distrito. A mesma começou a funcionar em novembro de 2010. Todavia, foram repetitivos os relatos de descontentamentos da população com os serviços oferecidos, dado a dificuldade em marcar e realizar consultas e exames médicos, e a reduzida distribuição de medicamentos utilizados no tratamento das doenças anteriormente citadas e outras mais simples.

Mesmo diante das problemáticas relatadas pelos moradores, o Posto de Saúde ainda é a primeira opção quando se trata de necessidades de saúde, conforme está indicado no gráfico 26 abaixo:

Gráfico 26- Assistência de Saúde Pública na Comunidade do Distrito do Coração.



Fonte: Autora (Levantamento Socioeconômico do Distrito do Coração- 2010).

A preferência da população do Distrito ao tratamento de saúde emergencial (até mesmo pela comodidade do deslocamento) tem sido o Posto de Saúde da Comunidade, onde 62,5% das famílias (75 do total de 120) buscam atendimento. Outros 22,5% das famílias (27 do total de 120) se sentem mais seguros recorrendo diretamente ao Hospital de Emergência dos municípios de Macapá e/ou Santana.

Algumas famílias (7,5% ou 9 do total de 120) afirmaram só buscar os serviços

de saúde da Unidade Básica do Distrito para realizarem exames médicos, e, há ainda, uma pequena parcela da população que prefere utilizar a auto medicação como alternativa, esses representam 4,17% das famílias (5 famílias do total de 120).

O diferencial da Unidade Básica de Saúde do Distrito do Coração está em oferecer atendimento odontológico, serviço bastante requisitado por 31,67% das famílias entrevistadas (38 do total de 120), as quais afirmaram utilizarem freqüentemente este serviço.

Com menor constância, de 2 a 4 vezes ao ano, 20% das famílias (24 do total de 120) acessam o serviço odontológico. E, com pouca assiduidade há os que se beneficiam 1 única vez por ano desse serviço, quantitativo que corresponde a 27,5% das famílias (33 do total de 120). Enfim, se verificou também, situações em que a família entrevistada nunca fez nenhum tipo de tratamento de saúde bucal, 20,83% dos casos registrados (25 do total de 120) representam esse perfil.

Partindo de uma análise integrada e sistemática dos aspectos infraestruturais abordados pelo levantamento, observa-se que há uma resistente insuficiência de prestação de serviços públicos básicos à Comunidade do Distrito do Coração. Considerando tanto às famílias de perfil tipicamente urbano, ou àquelas mais identificadas com um modo de vida mais lento e bucólico das comunidades ribeirinhas locais, muitas demandas fazem parte da expectativa e das necessidades dessas famílias.

Uma visão crítica da própria população residente indica que urbanização; infraestrutura; educação; saúde; e segurança pública são grandes problemas a serem discutidos em termos de proposições de políticas públicas para melhoria do modo de vida das gentes que compõem essa Comunidade Distrital.

Percebe-se, portanto, que os arranjos socioeconômicos presentes na Comunidade do Coração, sejam aqueles relacionados a prática da moradia, da educação, saúde, alimentação, ou ainda, aqueles ligados ao trabalho e a geração de renda, apresentam o fator fundamental da articulação, reprodução e permanência das famílias dentro do Distrito, pois, no caráter prático, estes arranjos são estratégias cotidianas de uso e ocupação do espaço que se enraízam no modo de vida da população.

Este processo de apropriação e relação de pertencimento da Comunidade com o Distrito representa um ponto chave para a dialética entre Desenvolvimento local e Transferência de Renda.

5.2- DESENVOLVIMENTO LOCAL/REGIONAL X TRANSFERÊNCIA DE RENDA: OLHARES E PERSPECTIVAS

A partir de meados do século XX, esboçou-se a idéia consensual entre pesquisadores quanto à necessidade de revisão das estratégias tradicionalmente adotadas na formulação de Políticas Regionais no Brasil. De acordo com Bandeira (1999, pp.10-11):

“Tais estratégias além de apresentarem um conteúdo que, em alguns aspectos, não mais se ajusta às realidades e necessidades de uma economia globalizada e aos novos papéis assumidos pelo setor público padecem de problemas de escopo e de estilo. Quanto ao escopo torna-se cada vez mais claro que as abordagens centradas no nível de abrangência territorial das grandes regiões [...] devem ser substituídas por iniciativas de abrangência sub-regional ou local [...]. Quanto ao estilo vem-se tornando cada vez mais evidente a inadequação das ações formuladas *de cima para baixo*, sem o envolvimento de segmentos relevantes da sociedade civil”.

Por isso, enfatiza-se que diante do quadro de reformulação das relações entre economia, desenvolvimento e políticas públicas “[...] *pensar em desenvolvimento regional é, antes de qualquer coisa pensar na participação da sociedade local no planejamento contínuo da ocupação do espaço e na distribuição dos frutos do processo de crescimento*” (OLIVEIRA; LIMA 2003, p.31).

De acordo com Amaral Filho (2001) as pesquisas recentes sobre crescimento (no sentido geral) e desenvolvimento regional (em particular) apresentam aspectos interessantes, visto da convergência de um objetivo comum: endogeneizar as fontes de crescimento e de desenvolvimento.

Com caráter quantitativo, as fontes de crescimento se caracterizam pelas atividades produtivas desenvolvidas e fomentadas como vocativo regional. Complementarmente, as fontes de desenvolvimento (considerando uma acepção mais densa que vai além da geração de riqueza), estão relacionadas com aspectos qualitativos, se caracterizando, portanto, pela capacidade de distribuição de riqueza, geração de emprego e renda, acesso a serviços públicos, e outros elementos que efetivam uma qualidade de vida no complexo regional.

Notadamente, o desenvolvimento endógeno se diferencia por atrelar ao processo de fomento e crescimento econômico, fatores como a “[...] *contínua ampliação da capacidade de agregação de valor sobre a produção, bem como, da capacidade de absorção da região, cujo desdobramento é a retenção do excedente econômico gerado na economia local [...]*”, o que também pode se estender através

da “[...] *atração de excedentes provenientes de outras regiões*”. Distingue-se, enfim, que o resultado dessa endogeneização econômica está diretamente representado pelo aumento da oferta de empregos, da circulação de produtos e da geração de renda, no imediato local e/ou regional (AMARAL FILHO, 2001, p.2).

Partindo disto, entende-se que de forma contraditória, a região amazônica descreve um processo de pseudo-endogeneização, em que esta, apresenta-se setORIZADA e limitada em pólos produtivos (extração mineral, agronegócio e ZFM) que têm-se mostrado incapazes de fomentar a agregação de valor a economia local, dado sua intensa relação com o mercado exportador. Assim, apenas pequenos excedentes econômicos da produção, são direcionados ao desenvolvimento local (cidades e populações do entorno das atividades produtivas), em razão da obrigatoriedade de medidas compensatórias.

Todavia, é mister considerar que os modelos implementados para o desenvolvimento da região amazônica (na perspectiva de crescimento econômico), historicamente estiveram muito mais atrelados aos interesses da economia nacional do que propriamente direcionados ao recorte regional (mesmo que uma Superintendência da Amazônia tenha sido politicamente criada para esse fim).

Mas, independente da proposta adotada na política econômica nacional para o desenvolvimento da Amazônia (exploração de recursos naturais, grandes projetos de exploração agroextrativista), a percepção que se tem é de que os modelos implementados não conseguiram cumprir os objetivos do desenvolvimento socioeconômico, tampouco, conseguiram encadear uma postura de redução da desigualdade intrarregional, talvez pela ausência de reconhecimento da singularidade e heterogeneidade da população e seu meio de inserção sócio-espacial, e/ou ainda pela própria diversidade territorial que compõe a região (BENCHIMOL, 2009; GONÇALVES, 2008).

Em termos locais, a criação do Território Federal do Amapá, em 1943, transferiu a administração deste ente federativo para a União, que passou a definir as diretrizes políticas para seu desenvolvimento. De tal modo, a orientação federal de produtividade econômica foi reduzida ao extrativismo mineral, com uma produção voltada ao mercado exterior e com excedentes financeiros direcionados à composição do PIB nacional. Embora alguns empregos tenham sido gerados, juntamente com alguns investimentos em infraestrutura nos municípios de Santana e Serra do Navio, um legado decadente é o que marca essa pseudo-endogeneização

local, dado seu caráter dependente de agentes externos para se realizar (OLIVEIRA; LIMA, 2003; PORTO, 2003).

No tocante às questões relativas ao desenvolvimento do Estado (criado em 1988), destaca-se: a instalação em 1991 da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana (ALCMS) para cumprir o papel de desenvolver as regiões fronteiriças e incrementar as relações bilaterais com os países vizinhos; e a implantação e implementação do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá (PDSA) entre 1995-2002⁵⁵, que objetivava redirecionar as estratégias de desenvolvimento para o Estado sob a ótica da sustentabilidade (PORTO, *op. cit.*).

Apesar das mudanças significativas em termos de modelos de desenvolvimento para o Amapá/Amazônia, sejam esses pautados no extrativismo, no comércio ou na sustentabilidade, nota-se que, recorrentemente as proposições de Políticas Públicas têm contribuído para acentuar a desigualdade socioeconômica das populações heterogêneas (ribeirinhos, quilombolas, migrantes), à medida que a endogeneização do desenvolvimento se processa a passos lentos e com uma participação mínima das populações locais⁵⁶.

Diante disso, assevera-se que, a pobreza na Amazônia é um resultado direto de políticas segregacionistas (seja o tipo de ocupação, as atividades econômicas implantadas, a concentração de investimentos públicos em alguns Estados) que, tem contribuído de maneira decisiva para o enraizamento da desigualdade socioeconômica e do desenvolvimento desigual.

Esses fatores, projetados como recorte de análise na Comunidade do Distrito do Coração (Macapá-AP), também corresponde a um processo de pseudo-endogeneização, o que está se reproduzindo à medida da: falência da distribuição de riqueza/reinvestimento de excedentes financeiros do pólo industrial na própria Comunidade; ausência de estratégias locais para transformação coordenada de agentes econômicos externos (nesse caso a Transferência de Renda do Governo Federal e Estadual) em geração e sustentabilidade de renda; e do cerceamento da autogestão e da participação popular na gestão institucional.

Seguramente, identifica-se que esses fatores, encadeados ou dissociados

⁵⁵Período corresponde a dois mandatos consecutivos do Governo de João Alberto Rodrigues Capiberibe (PSB).

⁵⁶É reconhecido, entretanto, que a sociedade local tem a habilidade de transformar o crescimento econômico advindo das esferas centrais em desenvolvimento para a região, na medida de sua participação direta nas estratégias cotidianas dos arranjos socioeconômicos que dinamizam as macroestruturas do Estado (BANDEIRA, 1999; OLIVEIRA; LIMA, 2003).

são indispensáveis para se projetar perspectivas ao desenvolvimento local. Todavia, a prática cotidiana da Comunidade do Coração, afiança que boa parte das estratégias socioeconômicas que garante a permanência e a sobrevivência da população no lugar, está muito mais relacionada a arranjos familiares e/ou individuais (como visto no capítulo anterior), do que pautada no encadeamento de políticas públicas, fator que tem condicionado o desenvolvimento do Distrito.

No que se refere à sua gestão institucional, a mesma se caracteriza como direta e descentralizada, desconhecendo, portanto, a possibilidade de uma autogestão legitimada pela participação popular e/ou pela atuação de um conselho gestor. E, por se tratar de um Distrito de Macapá, o gestor direto (Agente Distrital) é nomeado por cargo comissionado pelo Prefeito do Município.

Em entrevistas realizadas durante o Levantamento Socioeconômico, muitos informantes relataram insatisfações com a condução administrativa que o Agente Distrital vem implementando na Comunidade. Este, por sua vez, narrara algumas dificuldades intrínsecas que dificultam e limitam o processo de gestão, dentre as quais se destaca:

- Não há no Distrito nenhum tipo de estrutura administrativa (escritório para recepção de moradores, equipamentos para monitoração populacional, aparatos de manutenção urbanística) disponível para atuação *in loco* efetiva;
- O Agente Distrital não conta com apoio de equipe técnica (funcionários) para dinamizar e/ou descentralizar a administração em seus diferentes pontos de ocupação (urbana às margens da Rodovia Duca Serra e/ou às margens da Estrada de Ferro do Amapá e, rural às margens do Rio Matapi), ou seja, uma única pessoa (ele) é responsável pelo gerenciamento de conflitos e demandas de uma população estimada em 3.500 mil pessoas;
- Há uma notória incapacidade operacional do gestor direto, posto da inexistência de uma agência distrital para o planejamento e gerenciamento de atividades e ações que sejam comuns aos interesses da população, como no caso do combate à dengue, da limpeza pública, do lazer, da segurança comunitária, da visita técnica de agentes de saúde e outros.

Percebe-se, portanto, que ao conjunto de elementos estruturantes da gestão, desenvolvimento e sustentabilidade do Distrito, algumas restrições (de alta relevância) retardam e/ou dificultam o processo de saneamento (a longo prazo) das demandas socioeconômicas da Comunidade. Atrelado a isso, o não recebimento de

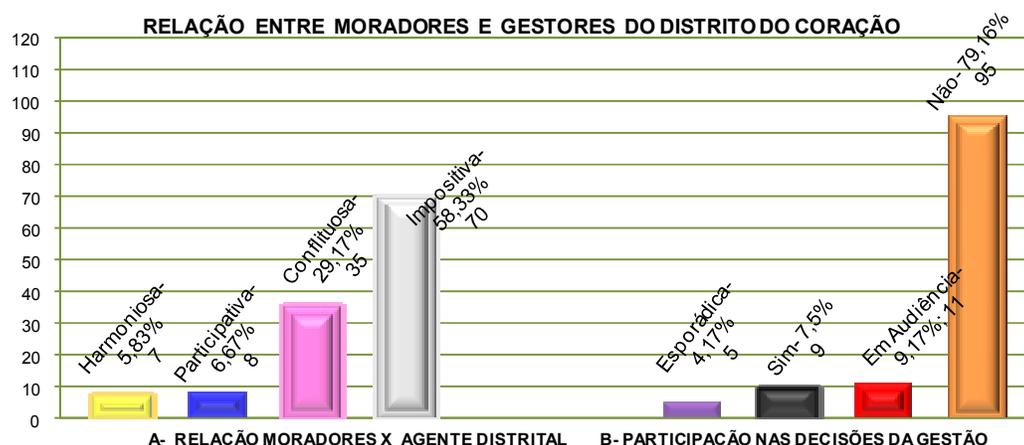
recursos do Fundo de Participação dos Distritos (que objetiva a manutenção de pequenos problemas na Comunidade) e a ausência sistemática da Prefeitura de Macapá em questões de assessoramento e monitoramento tornam o problema ainda mais complexo.

Mesmo em face de limitações técnico-operacionais urgentes, três projetos infraestruturantes da Comunidade estão sendo discutidos, e contam com possível execução a partir do ano de 2011:

- O primeiro trata da construção de uma Praça Comunitária, que tem como justificativa principal a necessidade de oferecer uma estrutura mínima de lazer e desporto a crianças, jovens e adolescentes dentro da própria Comunidade;
- O segundo se refere à ampliação da rede pública de abastecimento de água tratada, para que se possam sanar os constantes problemas de interrupção e de má qualidade com que esse serviço é prestado;
- O terceiro é a construção de uma Escola que garanta melhor qualidade de atendimento à educação, assim como, que ofereça a continuidade no Ensino Médio, modalidade da Educação Básica que representa uma reivindicação antiga dos moradores.

Dentro da dinâmica cotidiana do modo de vida na Comunidade do Coração, a relação dos moradores com o Agente Distrital (gestor direto) tem sido um elemento de tensão e insatisfações. Se por um lado a narrativa do Agente é em afirmar um desinteresse de parte da população em participar e se inteirar sobre sua gestão, suas problemáticas e limitações, por outro lado, os moradores fazem a seguinte avaliação (gráfico 27):

Gráfico 27- Avaliação da Gestão Institucional.



Fonte: Autora (Levantamento Socioeconômico do Distrito do Coração).

Observa-se a partir do gráfico 27 que os moradores da Comunidade têm uma avaliação inversa àquela descrita pelo Agente Distrital. A relação deste com os moradores foi descrita como impositiva (58,33% ou 70 indicações) ou conflituosa (29,17% ou 35 indicações) na percepção de 87,5% dos informantes, apenas 5,83% consideraram-na harmoniosa e outros 6,67%, participativa. Muitos dos entrevistados (79,16% ou 95 informantes) justificam sua não participação nas tomadas de decisões relativas à Comunidade na postura impositiva e/ou conflituosa do gestor (Agente Distrital), declarada como um fator determinante à inibição do foro deliberativo e participativo.

Vale ressaltar que, para que o desenvolvimento endógeno se protagonize a médio e longo prazo, é imprescindível que se criem na Comunidade um conjunto de elementos políticos, institucionais e sociais que discipline e fortaleça as relações socioeconômicas como mecanismo de gestão e desenvolvimento. Mas, na situação de impedimento dessa articulação progressiva, a busca de alternativas para resolução de problemas recorrentes na Comunidade (que cotidianamente retardam o acesso a uma melhor qualidade de vida) especialmente, aquelas questões relativas ao desemprego crescente; ao abastecimento de água; ao saneamento básico e a manutenção urbanística, tornam-se ainda mais dificultadas.

Por outro lado, enfatiza-se que a mobilização social da população local, é o elemento motriz do processo de desenvolvimento local/regional, desenvolvimento que tem no caráter endógeno, a fundamentação da participação dos sujeitos sociais na discussão, promoção e implementação das políticas públicas locais (BANDEIRA, 1999; OLIVEIRA; LIMA, 2003).

No tocante as questões de melhoria na qualidade de vida da Comunidade, a falta da participação popular nas tomadas de decisões e condução da gestão, além de reduzir a capacidade da criação de estratégias locais de desenvolvimento e deflagrar a ausência de políticas públicas que estimulem a geração de renda e a circulação econômica dentro da Comunidade, também condiciona a dependência de agentes econômicos externos, sejam aqueles referentes à empregabilidade (geralmente saneada nos municípios de Macapá e Santana) e/ou à Transferência de Renda, principalmente, o Programa Bolsa Família (Federal) e o Programa Renda Para Viver Melhor (Estadual/Amapá).

Denota-se que as mudanças provocadas pela Transferência de Renda na vida cotidiana da Comunidade do Coração são expressas com ligeiro entusiasmo e

com um certo tom de esperança pelos próprios atores sociais que compõe esse espaço. Durante a pesquisa de campo (setembro/outubro de 2010) foram entrevistadas 12 mães de famílias beneficiadas (10% do total de 120 famílias participantes), sendo que, 7 delas estavam recebendo recursos financeiros dos dois programas (PBF e PRPVM), 2 apenas do PBF, e 3 gozavam somente do PRPVM.

Houve quase uma unanimidade dessas mulheres em afirmar que a assistência de transferência de renda tem acarretado em mudanças positivas na vida das famílias, pois, a simples mensuração de uma renda familiar fixa e duradoura oportunizada pela TR, trouxe possibilidades socioeconômicas antes inexistentes e até mesmo intangíveis. *“Agora agente pode”*, foi uma fala marcante e recorrente.

Ainda que se registre o fato de os valores de TR serem monetariamente baixos, é importante chamar a atenção para o seu valor social. Na Comunidade do Coração ela tem tido um papel fundamental no processo de distribuição e/ou redistribuição de renda e de fomento econômico, seja através do consumo nos pequenos mercadinhos em que todo mundo é “vizinho” de todo mundo, seja na compra da televisão que informa, diverte e entretém toda a família, seja na compra do açaí produzido nas vizinhanças, seja na pintura do pátio da casa e, enfim, no sustento da família (especialmente a alimentação).

O pequeno valor unitário da TR (por família) é, notoriamente, um impeditivo para sua consagração efetiva como geradora de uma renda mínima capaz de suprir sozinha as necessidades da vida humana (moradia, saúde, alimentação, educação, transporte...). Todavia, na conjuntura da dinâmica socioeconômica de Comunidades pobres, ela tem a grande relevância de estimular arranjos e estratégias locais de cooperação para um possível desenvolvimento local/regional.

Obviamente, por si só a Transferência de Renda não gera desenvolvimento, mas tem se mostrado como um instrumento indispensável nas políticas públicas de assistência social visto de sua dimensão e alcance nas mais diversas localidades. Desta forma, o fortalecimento da relação existente entre Transferência de Renda x Comunidade x Gestão Institucional (do Distrito) é um ponto de convergência de interesses no que tange a perspectiva do desenvolvimento local pela valorização e potencialização dos recursos socioeconômicos disponíveis.

6- CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ocupação do espaço amazônico tem características peculiares, seja pela diversidade de seu território ou ainda pela heterogeneidade das populações que o compõe. Assim, o Modo de Vida dessa população é diverso e dinâmico e, à medida que sofre influências externas de organização, o processo de (re)apropriação do lugar produz arranjos socioeconômicos que qualificam a identidade de suas Comunidades.

Nesta mesma ordem, o acesso a políticas públicas de Transferência Direta de Renda, seja o Bolsa Família ou o Renda para Viver Melhor, tem provocado mudanças na dinâmica socioeconômica da Comunidade do Coração, uma vez que, impõe a mesma, ritmos diferenciados de organização e desenvolvimento. Tais diferenciações podem ser condicionadas pelas peculiaridades das populações típicas da Amazônia, corriqueiramente, compostas por afrodescendentes, caboclos, ribeirinhos e migrantes, todas identificadas no Distrito.

No tocante a questões de impactos na redução da pobreza, que permeiam os objetivos dos Programas de Transferência de Renda, os repasses têm valores universais a todas as famílias beneficiadas, seja no nível federal ou estadual. Todavia, os valores repassados desconsideram, por exemplo, a variabilidade do custo de vida de região para região, estado ou cidade. São, de toda forma, insuficientes para produzir, diretamente, impactos efetivos na redução da pobreza, posto que, esta é fruto da associação de fatores diversos.

Um deles é o desenvolvimento desigual que afeta o modo de vida das populações amazônicas, favorecendo a permanência da condição de pobreza que atinge uma extensa parcela dos grupos sociais que formam esse espaço. Espaço este caracterizado pelas diversidades e especificidades regionais, sejam estas ambientais, sociais e/ou culturais, e que fundamentam um conceito de pobreza, pautado por diferentes parâmetros que ultrapassam os aspectos meramente econômicos, para adentrar nos aspectos sócio- culturais.

Na Amazônia a pobreza assumiu diferentes roupagens, visto que, essa é relacionada a fatores endógenos da má distribuição de riqueza, bem como se pauta a aspectos culturais da vida na região. A depender da comunidade típica que se analisa, têm-se percepções diferenciadas de qualidade de vida.

A Transferência de Renda no contexto amazônico, enquanto política pública

de saneamento da Pobreza e da Desigualdade Intrarregional, desconsidera a existência de uma diferença significativa na condição e amplitude do desenvolvimento entre os Estados que compõe a Amazônia. Essas divergências intrarregionais são ainda mais visíveis quando os parâmetros de comparação da pobreza são expressos por indicadores populacionais atrelados a políticas de saneamento da baixa renda ou da insuficiência de renda.

Entretanto, o implemento da Transferência de Renda na atual conjuntura da região amazônica tem uma dimensão de grande importância nas políticas governamentais de combate à fome e à pobreza, visto que, em várias cidades a TR não só complementa a renda da família, como também chega a ser a única renda segura do mês.

Neste quadro, os programas institucionais Bolsa Família (Federal) e Renda Para Viver Melhor (Estadual/Amapá) são programas que tem por objetivo principal possibilitar a retirada de famílias da condição de extrema pobreza, para tanto transferem renda direta a famílias, exigindo contrapartidas relativas à saúde e à educação de crianças e adolescentes.

Ambos os programas tem se configurado num importante mecanismo socioeconômico da Comunidade Distrital do Coração, posto que, tem possibilitado uma condição de inserção e acesso dessas famílias ao micro-crédito; ao estabelecimento de uma renda fixa, independente do valor monetário; a condição de pertencimento na comunidade se fortalece e possibilita novos olhares dentro de uma perspectiva econômica, se não suficiente para uma boa qualidade de vida, mas calcada na intencionalidade do bem estar social.

Essa Comunidade tem um modo de vida caracterizado por traços indistintos da vida urbana, dado sua localização imediata às margens da Rodovia Duca Serra, no município de Macapá, e, principalmente, dado a dinâmica dos arranjos socioeconômicos presentes na cotidianidade da população. Mas, ela também é representada por moradores de áreas ribeirinhas, com um ritmo de vida mais lento, integrado ao vai e vem das marés, ao extrativismo do pescado, do açaí e da pequena produção de farinha. A existência de moradores vivendo em área de risco nas proximidades de uma linha ferroviária completa o sentido pleno da sua singularidade.

Apresentando demandas emergenciais para uma efetiva qualidade de vida, sua população gera estratégias ou arranjos socioeconômicos (moradia, alimentação,

saúde, educação e outros) que garantem a sobrevivência e a reprodução do grupo nesse espaço social. Tais arranjos têm sido essencialmente condicionados pela Transferência de Renda do Governo Federal e Estadual (Amapá) que, além de contribuir na composição/complementação de uma renda mínima às famílias, gera o importante dispositivo do combate à fome; da minimização das desigualdades; da inclusão; e da cidadania.

Assim, à pergunta de pesquisa: “Que configuração a Transferência de Renda (Bolsa Família e Renda Para Viver Melhor) produz no modo de vida da Comunidade do Distrito do Coração?”, conforme o disposto no início do trabalho reafirma-se tratar de uma configuração baseada na visibilidade social, cujas famílias beneficiárias dos programas participam da geração de renda mínima, ao mesmo tempo em que se garante cidadania básica à população do Distrito, quando da possibilidade de acesso ao pequeno crédito local; ao simples almoço diferenciado aos domingos; a capacidade financeira de adquirir eletrodomésticos e de investir em benfeitorias residenciais. É um jeito de viver e um modo de vida lento, mas gradual; tanto urbano quanto ribeirinho, mas com urgência de melhoria na qualidade de vida; e, finalmente, diverso e polivalente nas estratégias do cotidiano.

Esses elementos e perspectivas conjuntamente têm sido determinantes para o processo de endogeneização do Desenvolvimento Local, dado a permanência das famílias no lugar; o fomento da circulação de moeda; e os investimentos na própria Comunidade.

Enfatiza-se que os objetivos do trabalho foram satisfatoriamente cumpridos, pois, houve a descrição do processo de inserção e intencionalidade econômica da Política de Transferência de Renda na Proposta de Gestão da Assistência Social no Brasil. Conseguiu-se identificar como os Programas Bolsa Família e Renda Para Viver Melhor têm intervindo na formatação dos arranjos socioeconômicos presentes no cotidiano da Comunidade Distrital do Coração. E, além disso, o trabalho dimensionou as relações entre a Política de Transferência de Renda e suas articulações com o desenvolvimento local.

Observa-se, enfim, que os arranjos socioeconômicos na Comunidade do Distrito do Coração, no que tange, as condições de moradia, lazer, trabalho e saneamento de renda, apresentam um cotidiano de larga simplicidade, acarretado tanto pelo modo de vida próprio do lugar, quanto pelas marcas da desigualdade socioeconômica que se visualiza entre a população. Destaca-se que a renda familiar

é extremamente frágil, as moradias, a educação e a saúde no distrito são revestidas de incipiência e precariedade. Todavia a Transferência de Renda do Governo Federal e Estadual tem fomentado ajustes no dia a dia das famílias, reflexos que se traduzem em visibilidade e identidade social.

Como última análise, distingi que o saneamento das desigualdades socioeconômicas na Amazônia carece de políticas públicas direcionadas pelo reconhecimento de sua diversidade, seja ela geográfica, econômica, social ou cultural e, depende diretamente de reformulações no âmbito da proposição e criação de mecanismos operacionais que sirvam à implementação dessas políticas, assim como, à estratégias de configuração do desenvolvimento local/regional.

Recomenda-se assim que, a gestão institucional do Distrito do Coração implemente um plano gestor discutido e formatado através da participação da Comunidade, referendando a instituição de um Conselho Gestor que viabilize a descentralização das ações públicas em função da autogestão e o desenvolvimento de projetos efetivos à sustentabilidade urbana e rural.

Da mesma forma é fundamental que os agentes econômicos internos (empresas e pequenos comércios) e os agentes econômicos externos (principalmente o governo através da Transferência de Renda) sejam potencializados de modo a garantir a sustentabilidade de renda da população e, conseqüentemente, uma melhor qualificação ao seu modo de vida, o que pode ser alcançado através do planejamento econômico endógeno no Distrito, como na organização de feiras de produção agrícola, pescado, artesanato, otimização da mão de obra local na execução de serviços urbanos (obras públicas) e/ou pequenos reparos residenciais (construção civil) e outros que retenham a geração de renda.

O trabalho de cooperação entre a população do Distrito e seu gestor direto pode acarretar em proposições de medidas que interessam ao conjunto da população. Portanto, repensar a gestão descentralizada significa encontrar mecanismos de interação que podem encadear e efetivar o tanto Desenvolvimento Local quanto a melhoria da qualidade de vida na Comunidade.

REFERÊNCIAS

ADAMS, Cristina; MURIETA, Rui; NEVES, Walter (Orgs.). **Sociedades Caboclas Amazônicas: modernidade e invisibilidade**. São Paulo: Anna Blume, 2006.

ALAYÓN, Norberto. **Assistência e assistencialismo: controle dos pobres ou erradicação da pobreza?** 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

AMARAL FILHO, Jair do. **A Endogeneização no Desenvolvimento e Regional e Local**. Caderno de Planejamento e Políticas Públicas, 23, jun. 2001. Brasília: IPEA, 2001, pp. 261-286.

BANDEIRA, Pedro. **Participação, Articulação de Atores sociais e Desenvolvimento Regional**. ISSN 1415-4765. Brasília: IPEA, 1999.

BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia Formação Social e Cultural**. 3ª ed. Manaus: Valer, 2009.

BECKER, Bertha K. **Geopolítica da Amazônia**. Revista Estudos Avançados [on line], vol. 19, v. 53, pp. 71-86. ISSN 0103-4014, jan./abr, 2005. São Paulo, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v19n53/24081.pdf>>. Acesso em: 20.04.2010, 23:00 horas.

BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos: Táticas para enfrentar a invasão neoliberal**. Rio de Janeiro: Jorge Zagar, 1998.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social (MDS)**. 2010. [on line] .Disponível em: <<http://www.mds.gov.br>>. Acesso em: 15.03.2010, 14:34 horas.

_____. **Ministério da Saúde. Programa nacional de prevenção e controle da malária**. Brasília. 2003.

_____. **Presidência da República. Plano Amazônia Sustentável: diretrizes para o desenvolvimento da Amazônia Brasileira**. Brasília: MMA, 2008.

BUENO, Eduardo. **Náufragos, traficantes e degredados: as primeiras expedições ao Brasil, 1500-1531. V.II**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1998

CAMILO, Janaína. **Homens e pedras no desenho das fronteiras: a construção da Fortaleza de São José de Macapá (1764/1782)**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2009.

CARNEIRO, Annova M. F. **A Centralidade da Família no Programa Bolsa Família: análise referenciada no Programa em São Luís –MA**. 2010. 202 fls. Tese de Doutorado (Doutorado em Políticas Públicas)- Programa de Pós- Graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2010.

CHANG, Há-Joon. **Chutando a escada - a estratégia do desenvolvimento econômico em perspectiva histórica**. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

CHASTEEN, John Charles. **América Latina: uma história de sangue e fogo**. Tradução de Ivo Korytowski. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

COSTA, Rogério da. **Por um novo conceito de comunidade: redes sociais, comunidades pessoais, inteligência coletiva**. Interface (Botucatu) [on line]. 2005, vol.9, n.17, pp. 235-248. ISSN 1414-3283. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/icse/v9n17/v9n17a03.pdf>>. Acesso em: 10.04.2010, 09:56 horas.

DIJK, Teuan A. van. **Discurso e Poder**. São Paulo: Contexto, 2008.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**. V.1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2002.

FEITOZA, Isnanda de A.. **Modo de Vida na Amazônia: reflexos da transferência de renda na Comunidade Distrital do Coração (Macapá/Amapá- 2004 a 2010)**. 2º Encontro da Sociedade Brasileira de Sociologia- Região Norte, Belém-PA, 13 a 15 de setembro de 2010. Belém: UFPA, 2010.

FOLADORI, Guilherme; TAKS, Javier. **Um Olhar Antropológico sobre a Questão Ambiental**. MANA, vol.10, n.2, pp.323-348, out., 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/mana/v10n2/25163.pdf>>. Acesso em: 10.10.2010, 22:02 horas.

FONSECA, Ana Maria Medeiros.; VIANA, Ana Luiza Ávila. **Direito a Saúde, atenção básica e transferências condicionadas de renda na América Latina**. Ciência e Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v.12, n.6, pp.1505-1512, 2007.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

_____. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

GEA (GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ). **Secretária de Estado da Inclusão e Mobilização Social (SIMS)**, [on line 2010]. Disponível em: <<http://www.sims.ap.gov.br>>. Acesso em: 13.04.2010, 10:43 horas.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Amazônia, Amazônias**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2008.

GRUPIONI, Luis D. Benzi; LOPES DA SILVA, Aracy (Orgs.). **A Temática Indígena na escola: Novos subsídios para professores de 1º e 2º graus**. São Paulo: Global, 1997.

HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a História**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. 7ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004

HENRIQUES, Ricardo. **Desnaturalizar a desigualdade e erradicar a pobreza: por um novo acordo social no Brasil**. In: HENRIQUES, Ricardo. **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000, PP.1-18.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **A questão social no capitalismo. Temporalis**, Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS. V. 2, n.3 jan./jun., 2001.

IBGE- 2010. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em : 28.12.2010 , 14:34 horas.

LAVINAS, Lena. **Prefácio**, pp. 7-11. In: MACEDO, MYRTEES De A.; BRITO, Sebastiana R. de. **Transferência de Renda: nova face de proteção social?**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

_____. **Pobreza, desigualdade e exclusão**: Contextos atuais. Documento de Base URB-AI 10. São Paulo: Prefeitura Municipal, 2003. Relatório de Pesquisa (versão preliminar).

LEITE, Ilka Boaventura. **Os Quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas**. Revista de Etnográfica, vol. 4, Nº.2,2000, pp. 333-354, 2000. Disponível em: <http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_04/N2/Vol_iv_N2_333-354.pdf>. Acesso em: 23.04.2010, 10:17 horas.

LIMA, Débora de M. **A Construção Histórica do termo Caboclo sobre as estruturas e representações sociais no meio rural amazônico**. Novos cadernos NAEA , Belém, nº 2 ,vol. 2, pp. 05-28, dezembro, 1999

LIRA, Sérgio R. B.de; SILVA, Márcio L. M. da; PINTO, R. S.. **Desigualdade e heterogeneidade no desenvolvimento da Amazônia no século XXI**. Revista Nova Economia, Belo Horizonte, n.19, vol.1, pp.153-184, jan.-abr., 2009.

LOUREIRO, Violeta R. **Amazônia: estado, homem, natureza**. Coleção Amazoniana. Belém: CEJUP, 1992.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MACEDO, MYRTEES De A.; BRITO, Sebastiana R. de. **Transferência de Renda: nova face de proteção social?**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

MACHADO, Kenys M. **Mensuração da pobreza: uma comparação entre a renda e a abordagem multidimensional da pobreza**. 2006.125 fls. Dissertação (Mestrado em Administração)- Programa de Pós Graduação em Administração, Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2006.

MARÉS DE SOUZA FILHO, Carlos Frederico. **Multiculturalismo e direitos coletivos**. In: SOUSA SANTOS, Boaventura (Org.). **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmo-politismo multicultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MONTENEGRO, Antonio T. **História Oral e Memória: a cultura popular revisitada**. São Paulo: Contexto, 2001.

OLIVEIRA, Gilson B. de; LIMA, José E. de S. **Elementos endógenos do desenvolvimento regional : considerações sobre o papel da sociedade local no processo de desenvolvimento sustentável**. Revista FAE, Curitiba, v. 6, nº 1, pp.31-37, maio/dez.2003. Disponível em:

<http://www.fae.edu/publicações/pdf/revista_da_fae/fae_v6_n2_o3_gilson.pdf>.

Acesso em: 17.01.2009,5:43 horas.

PÊCHEUX, Michel. **Sobre os Contextos Epistemológicos da Análise de Discurso**. Caderno de Tradução-Instituto de Letras-UFRGS, n. 1, nov., 1998, 2ª edição. Disponível em:

<http://www.ileel.ufu.br/laboratoriodeestudospolifonicos/arquivos/textos_geral/contextos_epistemologicos_da_AD_pecheux.pdf>. Acesso em: 15:09.2009, 17:40 horas.

PERONI, Vera M.V.. **Reforma do Estado e a tensão entre público e privado**. Redefinanciamento UFPR, 2003. Disponível em:

<<http://www.redefinanciamento.ufpr.br/vera2.pdf>>. Acesso em: 14.09.2010, 23:15 horas.

PERUZZO, Cicilia Maria K. **Comunidades em Tempos de Redes. Publicado no livro- “Comunicación y movimientos populares: Quais redes?**. Porto Alegre: Editora Unisinos, 2002, pp.275-298. Disponível em:

<http://www.ciciliaperuzzo.pro.br/artigos/comunidades_em_tempos_de_redes.pdf>.

Acesso em: 10.04.2010, 11:32 horas.

PINSKY, Carla B. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

PINTO, Manoel de J. de Souza. **Relatório Técnico de Levantamento Socioeconômico do Distrito do Coração/AP**. Macapá: UNIFAP, 2010.

PORTO, Jadson Luís Rebelo. **Amapá: Principais transformações econômicas e institucionais- 1943- 2000**. 2ª ed. Macapá: GEA/SETEC, 2003.

RAMBO, Analise Graciele; RÜCKERT, Aldomar Arnaldo. **O Desenvolvimento Territorial e as Escalas Geográficas de Poder e Gestão**. In: XXV Encontro Estadual de Geografia. Passo Fundo: 12 a 14 maio, de 2005.

SANTANA, Jomar A. **A evolução dos Programas de Transferência de Renda e o Programa Bolsa Família**. Seminário “População, Pobreza e Desigualdade”, Belo Horizonte, Brasil, de 5 a 7 de novembro de 2007. Disponível em: http://www.renda.nepp.unicamp.br/sistema/files/Brasil/abep_1019.pdf. Acesso em: 23.05.2010, 14:45 horas.

SANTILLI, Jualiana. **Socioambientalismo e Novos Direitos- proteção jurídica à diversidade biológica e cultural**. São Paulo: Peirópolis, 2005.

SANTOS FILHO, José Camilo dos. **Pesquisa Quantitativa versus Pesquisa Qualitativa: o desafio paradigmático**. In SANTOS FILHO, José Camilo. Pesquisa Educacional: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986, pp.13-59.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço- técnica e tempo, razão e emoção**. 2ª ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

SCHERER, Elenise F. **Mosaico terra-água: a vulnerabilidade social ribeirinha na Amazônia-Brasil**. VIII Congresso Luso-afro-brasileiro de Ciências Sociais, Universidade de Coimbra, 16 a 18 de setembro de 2004, Portugal. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/EliseScherer.pdf>>. Acesso em: 12.02.2011, 16:30 horas.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. **Desigualdade reexaminada**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SHIROMA, Eneida O.; CAMPOS, Roselane F.; GARCIA, Rosalba M.C..**Decifrar textos para compreender a política: subsídios teórico-metodológicos para análise de documentos**. PERSPECTIVA, Florianópolis, v. 23, n. 02, pp.427-446, jul./dez. 2005. Disponível em: <http://www.perspectiva.ufsc.br/perspectiva_2005_02/11_artigo_eneida_roselane_rosalba.pdf>. Acesso em: 28.02.2010, 10:50 horas.

SILVA, Maria O. da S.; LIMA, Antônia J. de; FERREIRA, Maria D'Alva M.; SILVA, Maria R. F e.; LIMA, Valéria F.S.A.. **O Bolsa Família no enfrentamento à pobreza no Maranhão e Piauí**. São Paulo: Cortez, 2008.

SILVA, Maria O. da S.; YAZBEK, Maria C.; GIOVANNI, Geraldo di. **A política social brasileira no século XXI: A prevalência dos Programas de Transferência de Renda**. 4ª Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SOUSA, Maria Helena; SILVA, Nilza Nunes da. **Estatísticas obtidas de um levantamento complexo**. Revista de Saúde Pública, 2003, vol. 37, n.5, ISSN 0034-8910. São Paulo: USP, 2003. Disponível em: <<http://www.scielosp.org/pdf/rsp/v37n5/17484.pdf>>. Acesso em: 05.02.2010, 12:58 horas.

SOUZA, Jessé (Org). **A invisibilidade da Desigualdade Brasileira**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

_____. **A Gramática social da desigualdade brasileira**. Revista Brasileira de Ciências Sociais – 2004 vol. 19, n.54, ISSN 0102-6909. São Paulo, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.pdf>>. Acesso em: 13.003.2010, 22:32 horas.

SOUZA, Márcio. **História da Amazônia**. Manaus: Editora Valer, 2009.

SOUZA, Nali de Jesus. **Desenvolvimento Econômico**. 5ª Ed. Rev. São Paulo: Atlas, 2005.

VALVERDE, Rodrigo Ramos H. F. **Transformações no conceito de território: competição e mobilidade na cidade**. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, nº 15, 2004. Disponível em: <<http://www.geografia.fflch.usp.br/Publicacoes/Geousp/Geousp15/Artigo8.pdf>>. Acesso em: 08.02.2010, 20:16 horas.

VICENTINI, Yara. **Cidade e História na Amazônia**. Curitiba: Ed. UFPR, 2004.

VIOTTI, Emília. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. São Paulo: UNESP, 1998.

WENSTEIN, Barbara. **A Borracha na Amazônia: expansão e decadência 1850-1920**. Tradução: Lólio de Oliveira. São Paulo: HUCITEC- EDUSP, 1993.

ZYLBERBERG, Raphael Simas. **Transferência de Renda, estrutura produtiva e desigualdade: uma análise inter-regional para o Brasil**. 2008. 105 fls. Dissertação (Mestrado em Economia)- Programa de Pós Graduação em Economia das Instituições e do Desenvolvimento, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

APÊNDICE A- QUESTIONÁRIO DE LEVANTAMENTO SOCIOECONÔMICO



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ- UNIFAP
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE MESTRADO INTEGRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

QUESTIONÁRIO DE LEVANTAMENTO SOCIOECONÔMICO

Projeto de Pesquisa- **TRANSFERÊNCIA DE RENDA: Reflexos do Bolsa Família e do Renda Para Viver Melhor no Modo de Vida da Comunidade do Coração (Macapá/Amapá)**

Local de Pesquisa- **Área Urbana e Rural do Distrito do Coração.**

IDENTIFICAÇÃO

- 01- Nome: _____
- 02- Sexo: () M () F Idade (anos):____ Data de Nascimento: __/__/____
- 03- Possui algum dos seguintes documentos?
() RG () Título de Eleitor () Carteira de Trabalho () CPF
- 04- Possui conta em banco? () Sim () Não
- 05- Ocupação Remunerada: _____
- 06- Escolaridade:
() Fund. Incomp. () Fund. Comp. () Méd. Incomp. () Méd. Comp. () Nív. Sup.
- 07- Que meio de comunicação/informação a família mais utiliza?
() Telejornal () Rádio () Jornal escrito () Revista () Internet
- 08- Qual sua principal motivação em assistir TV?
() Jornais () Novelas () Artistas () Filmes () Programas educativos
- 09- Qual sua matriz religiosa?
() Católica () Assembléia de Deus () Adventista () Culto afro () outros
- 10- Em que comunidade típica você se define?
() Quilombola/afro-desc. () Ribeirinho () Caboclo () Migrante () outros
- 11- Qual o seu estado civil?
() Casado () Solteiro () União estável () Separado () Viúvo
- 12- Quantos filhos você tem? _____
- 13- Quantas pessoas moram na casa? _____
- 14- Quantas pessoas da família trabalham em atividade remunerada? _____
- 15- Qual a estimativa de renda/mês da família (em R\$)?
() 270-540 () 540-810 () 810-1080 () 1080-1620 () + 1800 () - 270
- 16- Quais aparelhos abaixo existem em sua casa?
() Televisão () Geladeira () Ap. som () Ap. DVD () Microondas
() Computador () Ventilador () Fogão () Ar condicionado
- 17- Tipo de locomoção/mobilidade mais utilizada pela família:
() Ônibus () Bicicleta () Moto () Carro próprio () Lotação
- 18- Via de aquisição de alimentos:
() Supermercado () Feira () Mercadinho () Trocas () outros
- 19- Quantas refeições são feitas diariamente:
() Café () Almoço () Jantar () C-A () C-A-J () C-lanche -A- lanche-J

20- Produtos mais comuns na alimentação diária (café, almoço, lanche ou jantar):

- () Pão () Bolacha () Leite () Iogurte () Suco () Café () Arroz
 () Feijão () Farinha () Açúcar () Carne Bovina () Frango () Peixe
 () Batata, cenoura, tomate () Salada () Frutas () Mortadela

21- A família recebe alguma transferência de renda do governo federal, estadual ou municipal?

- () Sim: _____ () Não.

22- Você é natural de: Estado: _____ Município _____ Localidade _____

23- O que levou sua você/família a morar na Comunidade do Coração?

- () Trabalho () Educação () Saúde () Viver Melhor () outros: _____

24- Sua estada na Comunidade do Coração é: () permanente, fixa () transitória

25- Como você avalia a relação do agente distrital da Comunidade do Coração com a comunidade?

- () Harmoniosa () Conflituosa () Impositiva () Participativa

26- Você e/ou sua família participa da tomada de decisão relativas a administração do Distrito?

- () Sim () Esporadicamente () Só quando há audiência pública () Não

LOCAL ONDE RESIDE

27- Endereço: Rua/Av. _____ nº _____ Bairro _____

28- Tempo de permanência na Comunidade:

- () 1 ano () 2-4 anos () 5-10 anos () Desde o nascimento

29- Tipo de habitação:

- () Alvenaria () Madeira () Madeira-palafita () Mista-alvenaria/madeira

30- Condição da moradia: () Própria () Alugada () Cedida

31- Tamanho (m²) área: Ocupada _____ Construída _____ Delimitada por cerca (afins)? () Sim () Não

32- Sistema de coleta de dejetos na casa:

- () Fossa séptica () Fossa aberta () Esgot. Sanit. público () Fossa negra

33- Sistema de deposição dos resíduos domésticos:

- () Coleta pública () Despejo em área aberta () Enterrado () Queimado

34- Limpeza pública na Comunidade:

- () Permanente () Esporádica () Inexistente

35- Abastecimento de água:

- () Poço artesiano () Poço amazonas () Abastecimento público

36- Abastecimento de energia elétrica/residencial:

- () R-consumo baixo () R-consumo médio () R-consumo alto () Irregular

37- Abastecimento energia elétrica/área pública da Comunidade:

- () Regular () Irregular () Insuficiente

38- Percepção de violência na Comunidade:

- () Não identificado () Baixo () Médio () Alto

39- Você ou algum membro da sua família já foi vítima de violência na Comunidade?

- () Sim _____ () Não

SAÚDE NA FAMÍLIA

40- Já houve caso de alguma doença das citadas abaixo?

- () Dengue () Malária () Sarampo () Catapora () Hepatite () Diarréia
 () Verminose () Diabetes

41- Utiliza serviço odontológico?

- () 1 vez () 2-4 vezes () 1 vez/ano () 2 vez/ano () freqüentemente () 0

42- Utiliza serviço de saúde pública?

- () Hospitais () Posto de saúde () Exames () Farmácia popular () Nenhum

43- Faz exames médicos com regularidade? () Sim- sangue, fezes, urina () Não () Outros

APÊNDICE B- ROTEIRO DE ENTREVISTA COM A COMUNIDADE



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ- UNIFAP
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE MESTRADO INTEGRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM A COMUNIDADE

Projeto de Pesquisa- **TRANSFERÊNCIA DE RENDA: Reflexos do Bolsa Família e do Renda Para Viver Melhor no Modo de Vida da Comunidade do Coração (Macapá/Amapá)**

Local de Pesquisa- **Área Urbana e Rural do Distrito do Coração.**

IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

Nome: _____ Sexo: _____ Idade: _____

() Ocupação () Função () Cargo _____

Escolaridade: _____

- 1- Em qual PTR's você está enquadrado? Qual o valor do benefício?

- 2- Quantos filhos estão cadastrados em PTR's?

- 3- Qual a faixa etária dos beneficiados?

- 4- Em que ano (série) os filhos beneficiados por PTR's estão matriculados?

- 5- Como é utilizado o recurso transferido pelo governo?

- 6- Que mudanças ocorreram no modo de vida da família a partir do PTR's?

- 7- Você acredita que o dinheiro da transferência de renda do Governo dinamiza o cotidiano do Distrito?

- 8- Quais as práticas sócio-culturais que mais se caracterizam na família?

**APÊNDICE C- ROTEIRO DE ENTREVISTA COM A GESTÃO
INSTITUCIONAL/AGENTE DISTRITAL**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ- UNIFAP
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE MESTRADO INTEGRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM A GESTÃO INSTITUCIONAL/AGENTE DISTRITAL

Projeto de Pesquisa- **TRANSFERÊNCIA DE RENDA: Reflexos do Bolsa Família e do Renda Para Viver Melhor no Modo de Vida da Comunidade do Coração (Macapá/Amapá)**

Local de Pesquisa- **Área Urbana e Rural do Distrito do Coração.**

01- Nome: _____

02- Ocupação: () Cargo _____ Condição _____

03- Escolaridade ou Formação: _____

04- Como o processo de ocupação do Distrito do coração está sendo monitorado?

05- Ocorre contagem populacional recorrente? Qualquer pessoa pode adquirir lotes no Distrito?

06- Como o Conselho Comunitário está atuando no Distrito? Quem são os membros?

07- Os moradores participam da gestão do Distrito/se mobilizam? Eles têm Termo de Compromisso?

08- Como pode ser descrita a relação da comunidade com o agente distrital?

09- Há retorno institucional e/ou sócio-cultural/econômico de pesquisas realizadas dentro do Distrito?

10- Do ponto de vista socioeconômica do Distrito do Coração, naquilo que permeia o cotidiano da Comunidade, que problemas de ordem sócio-econômica estão sendo percebidos e/ou enfrentados pela Comunidade?

11- É possível relatar conflitos com sujeitos/atores do Distrito do Coração: moradores, empresários, comerciantes? No que eles têm prejudicado a dinâmica e a gestão do Distrito?

12- Quais projetos estão sendo atualmente desenvolvidos no Distrito? Objetivos dos mesmos?

13- Que dificuldades a Gestão do Distrito mais tem enfrentado?

14- Como se avalia a atual condição socioeconômica do Distrito do Coração?

15- Na perspectiva da gestão do distrito os PTR's têm modificado as condições socioeconômicas da Comunidade?

16- De acordo com o que se observa na dinâmica do Distrito, é possível para a gestão dimensionar a importância de tais programas em uma comunidade típica amazônica como a do Coração? Que aspectos seriam possíveis apontar no cotidiano da Comunidade?

17- Perspectivas de trabalho/projetos a serem implementados em 2010/2011?

18- De que forma os recursos destinados ao Distrito estão sendo aplicados?

APÊNDICE D- MATRIZ DE OBSERVAÇÃO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ- UNIFAP
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

MATRIZ DE OBSERVAÇÃO DIRETA
Local de Pesquisa- Área Urbana e Rural do Distrito do Coração.

Matriz de Observação Direta / Composição Iconográfica															
Áreas de Lazer ou Recreação		Ativ. Econ. (formal/ informal)		Comércio		Habitação		Instituições Públicas		Serviços Públicos		Passeio Público		Meio Ambiente	
				Padaria		Linear		Escola Munic.		Coleta de Lixo		Calçadas		Ressaca	
				Mercadinho		Contínua/familiar		Escola Est.		Limpeza Pública		Ciclovias		Arborização	
				Feira		Baixa		Posto / Saúde		Esgoto		Sinalização (horiz./vert)		Animais Silvestres	
				Açougue		Alta		Posto / Policial		Energia Elétrica		Meio-fio		Animais Vadios	
				Peixaria		Área Ocupada				Água Encanada		Asfalto		Poluição Visual	
				Lojas						Transp. Público		Ponto Ônibus		Poluição Sonora	
				Batedeira/açaí								Redutor de Velocidade		Degradação Ambiental	
														Lixeiras Viciadas	
Identificar Tipos		Identificar Tipos		Quantidade		Padrão		Quantificação Qualificação		Qualificação		Identificação Qualificação			
Precário		P		Boa Instalação	B	Homogêneo	H	Suficiente	S	Regular	R	Registrado		Rg	
Boas Condições		Bc		Regular	R	Heterogêneo	He	Boa Instalação	B	Irregular	Ir	Não ocorre			
Produtividade Estável		Pe				Grande	G					Grande ocorrência	G o	Baixa ocorrência	Bo
						Pequena	P								
						Boas Condições	Bc								
											Atende a demanda		A d		
Considerações da Observação															